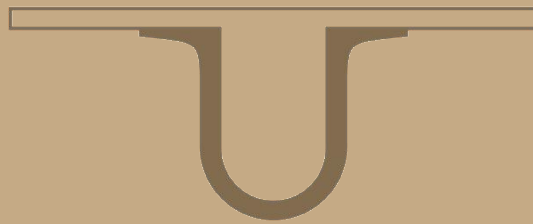




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Joana Castanheira Gabriel

ARQUITETURA SOCIAL DA FNAT (1938-1974)

COLÓNIAS DE FÉRIAS PARA TRABALHADORES NACIONAIS

Dissertação de Mestrado em Arte e Património, orientada pela Professora Doutora Joana Rita da Costa Brites, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2019

FACULDADE DE LETRAS

ARQUITETURA SOCIAL DA FNAT (1938-1974) COLÓNIAS DE FÉRIAS PARA TRABALHADORES NACIONAIS

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Arquitetura Social da FNAT (1938-1974)
Subtítulo	Colónias de férias para trabalhadores nacionais
Autor/a	Joana Castanheira Gabriel
Orientador/a(s)	Doutora Joana Rita da Costa Brites
Júri	Presidente: Doutora Maria Luísa Pires Carmo Trindade Vogais: 1. Doutora Susana Luísa Mexia Lobo 2. Doutora Joana Rita da Costa Brites
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arte e Património
Área científica	História da Arte
Data da defesa	26 - 02- 2019
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Doutora Joana Rita da Costa Brites, pela motivação e pela imprescindível orientação, científica e metodológica.

Ao Arquivo Histórico da INATEL, ao Dr. José Batista de Sousa e ao Dr. Luís Reis, pela colaboração, disponibilidade e atenção revelados ao longo dos contactos estabelecidos e da consulta documental.

Ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Biblioteca do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e ao corpo docente, que ao longo dos últimos anos contribuiu para a minha formação académica e humana.

Aos meus amigos Inês Soares, Sara Silva, André Goes, Rafaela Gomes, Luísa Sousa, Jacinta Tavares, Rafaela Figueiredo e João Archer de Carvalho, pela paciência, compreensão e motivação.

Aos meus pais, às minhas irmãs, ao meu padrinho e tios, pelo respeito e carinho demonstrados.

E por último, mas não menos importante, um agradecimento especial ao meu irmão adotivo Fernando, pelo companheirismo de todas as horas.

RESUMO

A presente dissertação, intitulada *Arquitetura social da FNAT (1938-1974): colónias de férias para os trabalhadores nacionais*, pretende abordar, de modo sistematizado e a partir de uma leitura crítica e problematizante do caso português, a temática da operacionalização do turismo social pelos regimes fascistas.

Pese embora considerada uma tipologia turística recente, o turismo social, essencialmente estudado pela sociologia e geografia, adquiriu um papel preponderante no panorama mundial que seria pertinente compreender e investigar por outras ciências sociais. Reflexo das alterações económicas, sociais e laborais que eclodiram nos finais do século XIX, este tipo de turismo alcançou expressividade e concretização, servindo as pretensões políticas dos regimes, quer liberais, quer fascistas, europeus do século XX que importa analisar no âmbito da historiografia artística.

Pretendendo compreender a instrumentalização da tipologia turística durante o Estado Novo, esta dissertação, após analisar sinteticamente a relação entre fascismo, turismo social e arquitetura na conjuntura europeia, foca-se no território nacional e nos programas arquitetónicos direcionados para as colónias de férias desenvolvidos pela FNAT.

Não sendo as únicas materializações do turismo social em território nacional durante o regime fascista, as colónias de férias da FNAT projetadas para os trabalhadores nacionais revelaram-se essenciais para a expansão da tipologia e as suas estruturas influenciaram obras similares, desde 1938 até 1974.

Palavras-chave: Turismo Social – Fascismo – Arquitetura – Estado Novo – Colónias de Férias da FNAT.

ABSTRACT

Titled *Social Architecture of FNAT (1938-1974): holiday camps for national workers*, the present dissertation intends to analyse, in a systematised way and critically focusing on the Portuguese case, the thematic of the operationalisation of the social tourism by fascist regimes.

Although considered a recent tourism typology, social tourism, essentially studied by sociology and geography, has acquired a predominant role in the world panorama that would be pertinent to understand and research by other social sciences. Reflecting the economic, social and labour changes that emerged at the end of the 19th century, this type of tourism has gained expressiveness and materialisation, serving the political pretensions of the 20th-century liberal and fascist European regimes that must be analysed in the context of art historiography.

In an attempt to understand the instrumentalisation of the tourism typology during the Estado Novo, this dissertation, after providing a summary analysis of the relationship between fascism, social tourism and architecture in the European context, focuses on the national territory and the architectural programs for holiday colonies developed by FNAT.

Despite not being the only materialisations of social tourism in the national territory during the fascist regime, the FNAT vacations colonies designed for national workers proved to be essential for the expansion of typology, and their structures influenced similar works from 1938 to 1974.

Keywords: Social Tourism – Fascism – Architecture – Estado Novo – FNAT Holiday Camp

ÍNDICE

Introdução	5
1. Turismo Social, Fascismo e Arquitetura.....	8
1.1 «Itália de Mussolini» – um palco de experimentação ideológica, social e arquitetónica	13
1.2 Alemanha Fascista - A viagem, a «ilusão» do progresso social e o pluralismo arquitetónico de Prora.....	21
1.3 Franquismo, as Obras Sindicais e as Cidades de repouso	27
2. Turismo social no Estado Novo, uma realização conjunta do SPN e da FNAT	33
2.1 Os primeiros ensaios do regime: O SPN, os pequenos hotéis e o programa de Pousadas	35
2.2 «Construção da Alegria Nacional» – A FNAT e o projeto inicial das colónias de férias	43
3. Arquitetura social de férias da FNAT (1938-1974): colónias de férias para os trabalhadores nacionais.....	61
3.1 Colónia «Um lugar ao Sol» (1938-1949): “a primeira realização duma obra de larga projecção social”	63
3.2 Readaptações e reestruturações (1950-1960): colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira», «Marechal Carmona» e «António Corrêa d’Oliveira»	86
3.3 O início do fim (1961-1974): A busca utópica pela colónia de férias do Norte do país e a dissolução da Fundação.....	104
Conclusão.....	112
BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS	119
1.1 Documentação de arquivo.....	119
1.2 Documentação impressa	120
a) Periódicos.....	120
b) Artigos de Periódicos	121
c) Decretos	122
d) Outros	123
1.3 Bibliografia	125
ANEXOS	129
Índice Anexos	130

Siglas

C.A - Comissão Administrativa

C.C - Comissão Central

DAF - Deutsche Arbeitsfront

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

GATEPAC - Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea

INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres

JCCP - Junta Central das Casas do Povo

KdF - Kraft durch Freude

MEN – Ministério da Educação Nacional

MOPC - Ministério das Obras Públicas e Comunicações

OND - Opera Nazionale Dopolavoro

OSE - Organização Sindical Espanhola

OSDE - Obra sindical de Educación y Descanso

SPN - Secretariado De Propaganda Nacional

SNI - Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

Índice de Figuras.

Fig. 1- Colónia XXVIII Ottobre, em Cattolica.

GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 5..... 20

Fig. 2 - Maquete do projeto de Clemente Klotz para Prora.

GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 6. 26

Fig. 3- Fotografias aéreas das três cidades sindicais.

GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 10. 30

Fig. 4 - Hotel do Facho. Década de 1940.

Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho..... 38

Fig. 5 – Pousada de Santa Luzia, Elvas, 1942.

Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Vol. 3, nº 21 (junho 1944). 40

Fig. 6 – Interior Pousada de S. Brás de Alportel.

Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Vol. 3, nº 21 (junho 1944).....41

Fig. 7 – Pousada de S. Brás de Alportel.

Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Vol. 3, nº 21 (junho 1944).....42

Fig.8 – Partida para as colónias balneares infantis da FNAT

Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. II, nº20 (1946).....51

Fig. 9 – Crianças das colónias balneares infantis da FNAT

Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. III, nº 33 (1947).....52

Fig. 10 – Crianças das colónias balneares infantis da FNAT

Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. IV, nº 41 (1948).....53

Fig. 11 – Colónia balnear infantil de O Século.

Fotografia de Horácio Novais, Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian, 1943. Preto e Branco.....54

Fig. 12 - Colónia infantil «Marechal Carmona», 1941.

Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho.....55

Fig. 13 – Presidente do Conselho e membros do Governo analisam a planta da colónia «Um Lugar ao Sol».

Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. III, nº 30 (1947)65

Fig. 14 – Capela da colónia «Um Lugar ao Sol».

Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian.67

- Fig. 15 – Planta da colónia de férias «Um Lugar ao Sol».**
Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954.....68
- Fig. 16 – Refeitório colónia «Um Lugar ao Sol». 1945.**
75 ANOS: das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI. Lisboa: Fundação INATEL. 2011.....69
- Fig. 17 – Refeitório colónia «Um Lugar ao Sol». 1960.**
NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....70
- Fig. 18 – Pavilhões residenciais.**
Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.....73
- Fig. 19 – Pavilhão residencial.**
Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.....74
- Fig. 20 - Pavilhão Familiar colónia «Um Lugar ao Sol». 1952.**
Arquivo INATEL. Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012.....76
- Fig. 21 – Pavilhão Central.**
Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.....78
- Fig. 22 - Sala de Convívio.**
Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.....78
- Fig. 24 – Enquadramento dos pavilhões residenciais.**
Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.....81
- Fig. 25 – Fachada da colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», vista parcial Norte, 1948.**
MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013)83
- Fig. 26– Alçado e planta da colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1948.**
Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. IV, nº 39 (1948).....89
- Fig. 27 – Fachada Sul da colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1955.**
NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....90
- Fig. 28 – Pormenor da planta projetada para colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1948.**

<i>Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho.</i> Vol. IV, nº 39 (1948).....	91
Fig. 29 - Fachada da colónia balnear Marechal Carmona, 1941. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].....	94
Fig. 30 - Palacete Grandela – vista para as janelas neomanuelinas, aos rendilhados, as colunas torças e os pináculos e arco neoárabe. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].....	94
Fig. 31 - Fachada da colónia balnear Marechal Carmona, 1961. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho.[s.d].....	96
Fig. 32 - Sala de Jogos da colónia balnear Marechal Carmona, década de 1960. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].....	98
Fig. 33 - Bar da colónia balnear Marechal Carmona, década de 1960. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....	99
Fig. 34 - Pormenor da colónia balnear Marechal Carmona, década de 1960. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].....	99
Fig. 35 – Pormenor da fachada da colónia de férias «António Corrêa d’Oliveira», década de 1960. <i>75 ANOS: das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI.</i> Lisboa: Fundação INATEL. 2011.....	102
Fig. 36 – Projeto da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....	107
Fig. 37 – Pormenor do Bloco central da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....	108
Fig. 38 – Pormenor de um pavilhão destinado a dormitórios da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.....	109
Fig. 39 – Edifício destinado à colónia de férias de Entre-os-Rios. 1970. <i>INATEL - 75 ANOS: das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI.</i> Lisboa: Fundação INATEL. 2011.....	110

Introdução

Considerando que, desde a década de 1930, o turismo social e as suas infraestruturas foram instrumentalizados pelos regimes fascistas para manipular e controlar os trabalhadores, a presente dissertação propõe-se analisar a realidade nacional através do projeto das colónias de férias da FNAT direcionado para os trabalhadores nacionais, entre 1938 e 1974.

Atribuindo à FNAT um enfoque particular, a presente dissertação numa investigação que contemplou a recolha e interpretação de pareceres, correspondências, projetos, fotografias de época, legislação, documentação impressa, livros e periódicos, como os *Boletins da FNAT*, essencialmente presentes no arquivo Histórico da INATEL, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no acervo bibliográfico da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Fruto de mais de dois anos de investigação, o corrente estudo pretende oferecer ao leitor uma leitura do modo como os fascismos, através das suas organizações recreativas e de inculcação ideológica, colocaram a tipologia turística ao serviço dos seus valores e potenciaram a sua expansão. Orientando a pesquisa para o objeto de estudo da dissertação, a estruturação dos capítulos culmina, sempre que possível, nas colónias de férias.

Emergindo nos finais do século XIX, associado às lutas da classe trabalhadora e à democratização dos tempos livres, o turismo social conheceu um crescimento considerável no intervalo entre as Guerras Mundiais, tendo, quer em regimes liberais, demoliberais e socialistas, quer em regimes fascistas, uma expressão significativa. Reconhecendo o seu alcance social e económico, os regimes fascistas estiveram entre os primeiros, no panorama europeu, a operacionalizar, de modo consciente, este tipo de turismo, transformando-o num instrumento de controlo social.

Atendendo à especificidade de cada regime fascista, com inevitável repercussão em formas de atuação variadas, e considerando o turismo social uma noção ainda em construção, torna-se necessário analisar de maneira problematizante o modo como os diferentes regimes aplicaram esta tipologia de turismo (se é que aplicaram) e de que forma isso se reflete arquitetonicamente nas infraestruturas a ela associadas, em especial nas colónias de férias.

Deste modo, ao longo do primeiro capítulo, visa-se apresentar uma interpretação crítica e sintética da aplicação do turismo social nos regimes fascistas, analisando-os de forma repartida, mas não isolada. Preocupando-se em apresentar as especificidades de cada regime, as instituições responsáveis pela tipologia turística e as estruturas para si edificadas, o capítulo inicial centra-se no estudo internacional do fenómeno, articulando a tríade turismo social, fascismo e arquitetura.

Após a análise global do panorama europeu, a partir da qual se elucidam as articulações passíveis de estabelecer com a realidade nacional, apresenta-se, no segundo capítulo, uma síntese do modo como se processou a expansão e a materialização do turismo social durante o regime fascista português. Mesmo sabendo que o seu surgimento não esteve associado ao Estado Novo e que a sua concretização não se cingiu à ação conjunta do SPN/SNI e da FNAT, importa iniciar este capítulo com uma explicação breve do que foram as primeiras décadas do regime e de que forma as alterações sociais sentidas e as suas instituições potenciaram a expansão da tipologia turística.

Caracterizada sumariamente a realidade do país ficam reunidas as condições para sintetizar a ação do SPN/SNI e a natureza dos novos paradigmas do turismo nacional. Desenvolvidos para as classes sociais menos abastadas, tendo em vista a elevação física e cultural do indivíduo e o incremento regional, o primeiro programa de pousadas do Secretariado e a legislação que o mesmo elaborou para os hotéis de pequenas dimensões podem ser compreendidos como os primeiros ensaios concebidos para o turismo social e terão influências diretas nas colónias de férias da FNAT.

Percebendo as dinâmicas do Secretariado em torno da tipologia e aceitando a articulação entre ambos os organismos, a última parte do segundo capítulo fica reservada à emergência e instituição da FNAT e à ampliação do programa das colónias de férias. Inicialmente orientado para o público infantil, este projeto foi condicionado, ao longo dos tempos, pelas oscilações da Fundação e ficou muitas vezes dependente da participação dos grémios patronais e do regime.

Inserida, de modo definitivo, nos quadros do Estado, na década de 1950 a FNAT sofreu profundas modificações nos seus estatutos e, ao perder a gestão das estruturas infantis, foi obrigada a reestruturar e remodelar o projeto das colónias de férias, orientando-o para os trabalhadores nacionais e as suas famílias. A análise do programa de remodelações ficou reservada para o terceiro e último capítulo desta dissertação.

Relembrando que o objeto de estudo da presente dissertação são as colónias de férias da FNAT destinadas aos trabalhadores nacionais e a sua arquitetura, o terceiro capítulo inicia-se

com a análise interpretativa do projeto de «Um lugar ao Sol» (1938-1949), a primeira estrutura da Fundação edificada para o público adulto e a única até à década de 1950. Contando com uma construção de raiz, a colónia de férias erigida na Mata da Caparica representa o primeiro espaço de reflexão deste capítulo. Apresentando-se como o início de uma obra social mais ampla e não obstante as diferenças existentes entre este primeiro exemplo e os restantes, o entendimento da organização e conceção desta colónia, até 1954, torna-se fundamental para compreender os empreendimentos futuros direcionados para a tipologia.

Depois de caracterizar as opções estéticas e funcionais aplicadas na colónia «Um Lugar ao Sol», o terceiro capítulo concede ao leitor uma análise sucinta das principais readaptações feitas entre 1950 e 1960. Apesar de examinar cada projeto de modo particular, uma particular atenção é prestada aos eixos estruturantes que aproximam e apartam as colónias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», «Marechal Carmona» e «António Corrêa d'Oliveira».

Num último momento, o capítulo comporta uma leitura explicativa do que foram os anos finais da Fundação (1961-1974). Procurando um equilíbrio entre a necessidade de renovação e modernização e a ânsia de se manter fiel aos seus preceitos, a FNAT dedicou os seus últimos anos à concretização da tão ambicionada colónia de férias da região Norte. Planeada e projetada, ao longo das décadas, para diferentes localizações, esta colónia acabou por ser inaugurada, apenas em 1971, na região de Entre-os-Rios em moldes que pretendiam aproximar-se mais do «termalismo social» do que do «turismo social».

Longe de pretender dar resposta a todas as problemáticas existentes em torno do turismo social e de esgotar a necessidade de estudar as colónias de férias nacionais, financiadas ou não pela FNAT, a presente dissertação ambiciona estimular a produção de novas investigações orientadas para a temática.

1. Turismo Social, Fascismo e Arquitetura

Estruturando-se como um produto da sociedade industrial do século XIX e, concludentemente, como uma realidade da sociedade pós-industrial do século XX¹, o turismo social² consagrou-se, nos últimos anos, como um importante propulsor socioeconómico do sector turístico em alguns países europeus. Refletindo o desejo de esbater as assimetrias cada vez mais vincadas da sociedade atual, esta tipologia tende a promover, dentro das suas potencialidades, o máximo de igualdade no acesso ao turismo sem descurar as vantagens que este pode propiciar à região onde se desenvolve³.

Financiado por entidades privadas, organizações não-governamentais e, por vezes, pelo próprio Estado, através de subsídios ou legislação favorável à sua promoção, este tipo de turismo concebe, partindo de uma ação pedagógica do lazer, atividades direcionadas para o desenvolvimento psicomotor do indivíduo e/ou grupo social de parques recursos⁴. Esclareça-se que apesar de se adequarem às exigências da atualidade, os programas e iniciativas desta tipologia turística não se apartam do cariz social e associativo que esteve a si vinculado desde as suas primeiras manifestações ainda no século XIX⁵.

¹ FALCÃO, Carlos Henriques Porto – Turismo social. Em busca de maior inclusão social. Observatório de inovação do turismo. 2006. Apud CARVALHO, Caio Luis de (Coord.); BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Coord.). *Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório de inovação do turismo*. Rio de Janeiro: SENAC.DN, 2006, p. 128.

² Sobre a temática do Turismo Social cfr., entre outros: ABATIA, Sérgio Rodríguez – Panorama do Turismo Social no mundo. 1º Encontro Nacional de turismo Social do Sesc. Março. 2004 In *Observatório de inovação do turismo*. 2006; AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001); ALMEIDA, Marcelo Vilela - *Turismo social: por uma compreensão mais adequada deste fenómeno, e a sua implicação prática na realidade atual brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado; CHEIBUB, Bernardo L. – Reflexões sobre o Turismo Social a partir da História institucional do serviço Social do Comércio (SESC) e da Produção Académica Brasileira. *Dos Algarves, A multidisciplinary journal*. Algarve, nº 21 (2012), p. 4-23; FALCÃO, Carlos Henriques Porto – Turismo social. Em busca de maior inclusão social. Observatório de inovação do turismo. 2006. In CARVALHO, Caio Luis de (Coord.); BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Coord.). *Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório de inovação do turismo*. Rio de Janeiro: SENAC.DN, 2006. p.127-145; KNEBEL, Hans-Joachim - *Sociología del turismo; cambios estructurales en el turismo moderno*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1974. p. 71-86; OURIQUES, Helton Ricardo – *A produção do Turismo: Fetichismos e Dependência*. São Paulo: Alínea. 2005; PORTER, Roy – OS ingleses e o Lazer. In Corbin, A. – *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, p. 19-58.

³ ABATIA, Sérgio Rodríguez – Panorama do Turismo Social no mundo. 1º Encontro Nacional de turismo Social do Sesc. Março. 2004 In *Observatório de inovação do turismo*. 2006, p. 134-135.

⁴ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 35-36.

⁵ ABATIA, Sérgio Rodríguez – Panorama do Turismo Social no mundo. 1º Encontro Nacional de turismo Social do Sesc. Março. 2004 In *Observatório de inovação do turismo*. 2006, p. 134-135.

Procurando adaptar-se à heterogeneidade de públicos que dele usufruem e contabilizando um já vasto património de reflexão sobre a sua natureza, o turismo social adquire várias definições e designações em função do tempo, espaço e conjuntura onde se insere⁶ gerando desde cedo problemáticas de entendimento e enquadramento no seio das ciências sociais⁷.

Reconhecido universalmente a partir do I Congresso Internacional de Turismo Social, realizado na Suíça em 1956, o conceito de «turismo social», ainda em processo de construção no domínio académico, encontra na formulação abstrata da sua definição a maior fonte de polémica⁸. Perante a ausência de limites rígidos e de uma designação estanque, esta tipologia turística aparece, de forma recorrente, mencionada como «turismo popular», «turismo doméstico», «turismo médio» e, de maneira menos adequada, mas ainda assim habitual, como «turismo de massas»⁹. Ressalve-se que, nascendo em contextos diversos e tendo objetivos estruturais diferentes, as tipologias de turismo social e de massas não devem ser confundidas em função das variadas aplicações semânticas do termo «massas».

Com efeito, o turismo de massas, diferentemente do social, nasce na década de 1960 como resultado das transformações económicas, políticas e culturais que se sentem na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial onde indivíduo, gozando de outra liberdade e autonomia económica, deseja experienciar ao máximo a cultura da praia, do sol e do consumismo, originando autênticas deslocações em massa para a bacia do mediterrâneo¹⁰. Podendo ser entendida como uma tipologia voltada para o aproveitamento prazeroso do ócio, que privilegia o conforto, o luxo e as deslocações sazonais de grandes grupos de pessoas¹¹, esta afasta-se da feição associativista e teoricamente idealista que potenciou, associado à revolução industrial e às disputas trabalhistas, o aparecimento das primeiras manifestações de turismo social.

Pese embora contando com um desenvolvimento exponencial no período entre as duas Guerras Mundiais, o surgimento do turismo social, como já mencionado, fez-se sentir ainda

⁶ ABATIA, Sérgio Rodríguez – Panorama do Turismo Social no mundo. 1º Encontro Nacional de turismo Social do Sesc. Março. 2004 In *Observatório de inovação do turismo*. 2006, p. 147.

⁷ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 35.

⁸ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 35.

⁹ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 35.

¹⁰ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento, p. 993.

¹¹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 994.

durante o século XIX, em torno das alterações sociais e laborais que despontavam do interior da sociedade industrial. No Reino Unido, imediatamente no rescaldo da revolução industrial, já se discutiam medidas para organizar e regulamentar o lazer operário¹², tentando minimizar ambientes conflituosos e desviantes nos bairros que se iam desenvolvendo nas periferias das cidades¹³. A título de exemplo importa referir que, logo no início do século, as associações corporativistas inglesas adquiriram propriedades da aristocracia falida para as converterem em espaços de natureza social e recreativa¹⁴, numa espécie de prelúdio do que seria a aplicação efetiva do turismo social.

A partir da década de trinta do século XX, esta tipologia turística acabaria por ver consolidadas as suas bases a nível europeu, tendo quer em regimes liberais, demoliberais e democráticos, quer em regimes fascistas, uma expressão significativa. Note-se que a legislação trabalhista que estabeleceu a redução do horário de trabalho e introduziu as férias pagas em mais de 40 países, instituiu-se em 1936 após a Convenção da Organização Social Internacional do Trabalho. De feição progressista e renovadora, esta legislação permitiu a extensão dos hábitos de fim de semana e de viagens a um maior número de pessoas e estratos sociais, acelerando, assim, o processo de democratização do lazer e de instrumentalização do turismo social¹⁵.

Na Europa democrática e liberal, o primeiro país a desenvolver esta tipologia de turismo, criando uma conjuntura a si favorável, foi a França. Em 1936, impelido pela Convenção da Organização Social Internacional do Trabalho e pela ação da Frente Popular, o governo Francês erigiu uma legislação trabalhista que favorecia o direito a duas semanas de férias pagas por ano e desenvolveu, em simultâneo, uma política de democratização de lazer que resultou, inclusive, na criação do ministério direcionado para o efeito¹⁶.

Seguindo o exemplo francês, outros Estados europeus, como a Bélgica, a Grã-Bretanha ou a Holanda, conceberam, no mesmo ano, prerrogativas benéficas ao turismo social. A Bélgica, por seu turno, diligenciou políticas interventivas de âmbito social e de lazer, favorecendo a criação de organizações e ações direcionadas para a tipologia em questão. Após instituir, em 1936, o direito a um feriado anual remunerado, o governo belga implantou, três

¹² PORTER, Roy – Os ingleses e o Lazer. In Corbin, A. – *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001, p. 21.

¹³ OURIQUES, Helton Ricardo – *A produção do Turismo: Fetichismos e Dependência*. São Paulo: Alínea, 2005.

¹⁴ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 19.

¹⁵ FALCÃO, Carlos Henriques Porto – Turismo social. Em busca de maior inclusão social. Observatório de inovação do turismo. 2006, p. 129.

¹⁶ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 20.

anos depois, o Conselho Superior de Férias dos Trabalhadores e do Turismo Social que, entre outras coisas, regulamentou as atividades associadas à tipologia¹⁷. É importante frisar que este tipo de turismo, não obstante as preocupações sociais que suportaram a sua estruturação teórica, foi encarado, assim como o turismo em geral, como uma relevante fonte de receitas económicas e um importante instrumento de desenvolvimento regional, tornando-se imprescindível, portanto, o controlo e a regulamentação das suas atividades e programas¹⁸.

Na qualidade de fenómeno inerente à evolução social e num quadro de inclusividade, o turismo social perspetivava uma sobrevalia para as populações mais desfavorecidas e para o desenvolvimento local. No entanto, esta tipologia converteu-se, igualmente, num instrumento de propaganda e de manipulação da sociedade quando colocada ao serviço dos regimes políticos ditatoriais que emergiram após a Primeira Guerra Mundial¹⁹.

Concatenando-se com a fragilidade que a guerra havia propagado no panorama mundial e apresentando-se como uma alternativa aos sistemas liberais, demoliberais e socialistas que se iam difundindo gradativamente, quase em simultâneo com a ascensão do turismo social e longe de deter um entendimento historiográfico consensual, na década de 1920 aflorou na Europa uma tipologia política de feição “nacionalista e imperialista ou colonialista, centralista e intervencionista, capitalista mas corporativista e autárcaica ou proteccionista”²⁰, denominada fascismo²¹. Alicerçando os seus princípios numa conceção regeneradora e historicista de salvação nacional, estes regimes políticos detiveram, com recurso à opressão, censura e propaganda, o monopólio de todos os poderes e domínios da sociedade, misturando a sua ação com a do próprio Estado²².

De cariz totalitário, corporativo e nacionalista, imperial e intervencionista, o fascismo visou «disciplinar» as massas dentro e fora do seu local laboral, explorando uma narrativa de «inclusão social» e de «preocupação» com o desenvolvimento da classe trabalhadora. Essa narrativa, inserida na «demanda regenerativa» de renovação nacional que ambicionava a criação de um «homem-novo», prolongou o domínio do regime para a esfera privada da vida operária, dinamizando e rentabilizando a produção dentro do espaço fabril e controlando, em

¹⁷ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 20-21.

¹⁸ FALCÃO, Carlos Henriques Porto – Turismo social. Em busca de maior inclusão social. Observatório de inovação do turismo. 2006, p.128.

¹⁹ GURRÍA DI-BELLA, Manuel - *Introducción al turismo*. México: Trillas, 1999, p. 114-115.

²⁰ NUNES, João Avelãs - Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. Revista Portuguesa de História. Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV (2000) p. 317.

²¹ Sobre a temática de Fascismo cfr., entre outros: GRIFFIN, Roger – *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 1996.

²² NUNES, João Avelãs - Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. Revista Portuguesa de História. Universidade de Coimbra. Vol. XXXIV (2000) p. 314-318.

simultâneo, as suas atividades fora dele. Note-se que a redução do horário de trabalho, a introdução das férias pagas, a melhoria nas condições de assistência no posto laboral e a consciência de que o repouso devidamente instrumentalizado se tornava benéfico e produtor²³ despertou a sociedade e os regimes políticos, democráticos e fascistas, para um novo entendimento do tempo livre e dos momentos de lazer, agora não mais exclusivos e vocacionados para uma elite, mas sim democratizados e orientados para todos os escalões da sociedade²⁴.

Procurando um controlo pleno da sociedade e tendo como objetivo tornar os momentos de lazer produtivos, os regimes fascistas geraram e financiaram organizações recreativas de cunho estatal que se ocuparam de desenvolver, a baixos custos, atividades inerentes ao tempo livre dos seus associados. Garantindo o seu preenchimento com programas que apelavam ao repouso e ao «crescimento educacional» do indivíduo, essas organizações promoveram eventos, de índole cultural, desportiva e turística, que estimulavam o progresso físico, o desenvolvimento intelectual e a construção de uma moralidade «sadia» afeta às ideologias do regime.

Adstrito à índole turística que algumas atividades e programas adquiriram importa ressaltar que os regimes fascistas encontraram no turismo, e em especial na tipologia de turismo social, um útil aliado para fundamentar e fomentar as suas ideologias, quer interna, quer externamente. Percebendo desde cedo a sua potencialidade enquanto elemento propulsor de desenvolvimento económico, social e regional, e compreendendo a sua dimensão eficaz, operante e discreta de instrumento de propaganda, persuasão e enquadramento da sociedade, os países com regimes fascistas foram dos primeiros no âmbito europeu a instituir, de forma consciente, esta tipologia turística.

Ainda que revestindo discursivamente de preocupações sociais o controlo das massas e do seu tempo livre, a Itália, à época sob um regime fascista, foi, como veremos em pormenor de seguida, um dos primeiros países europeus a instrumentalizar o turismo social e dotá-lo de infraestruturas especificamente preparadas para o efeito, associado aos prolegómenos e programas da organização recreativa Opera Nazionale Dopolavoro²⁵.

²³ VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri. 2010, p. 13.

²⁴ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 702.

²⁵ CHEIBUB, Bernardo L. – Reflexões sobre o Turismo Social a partir da História institucional do serviço Social do Comércio (SESC) e da Produção Académica Brasileira. *Dos Algarves, A multidisciplinary journal*. Algarve, nº 21 (2012), p. 10.

1.1 «Itália de Mussolini» – um palco de experimentação ideológica, social e arquitetónica

Apresentando-se como a fonte de regeneração da nação italiana e como um governo amplamente vocacionado para a população, o regime de Mussolini desenvolveu desde cedo um grande investimento no campo social e trabalhista, onde o turismo social acabaria por se solidificar²⁶.

Preocupado com a ocupação «perigosa» do tempo livre, desejando convertê-lo em tempo dedicado ao regime e pretendendo afastar-se da atuação bolchevique, o Estado incrementou organizações corporativas e recreativas que visaram organizar e/ou gerenciar as classes trabalhistas nos seus momentos do «*dopolavoro*», manipulando-os e transmutando-os em átimos aproveitados na esfera pública em vez de na privada²⁷.

Dessas organizações, a Opera Nazionale Dopolavoro (OND), adaptada a partir dos moldes e ideologias de aproveitamento do tempo pós-laboral de Mario Giani²⁸, acabou por ter um papel de destaque na ação do regime enquanto elemento de penetração e controlo social²⁹. Sendo descrita por Enrico Beretta como “uma das criações mais brilhantes de Mussolini”³⁰, a OND, gerada em 1925, foi rapidamente reconhecida pelo *partido Nazionale* como uma organização visceral para o domínio social. Em favor da sua importância, a organização recebeu uma ampliação de funções dois anos depois, acabando, inclusive, por ser incorporada nas estruturas estatais em 1937³¹.

Estando encarregue da construção física e ideológica do «novo homem italiano», a Opera Nazionale Dopolavoro tinha, inicialmente, como principal função desenvolver a elevação física e mental do indivíduo, promovendo para isso uma ampla série de atividades e programas de ginástica, atletismo, folclore, teatro, cinema, rádio, excursões, colónias de férias,

²⁶ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 85th ACSA Annual Meeting and Technology Conference. University of Florida. 1998, p.409.

²⁷ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p.409.

²⁸ VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri. 2010, p. 16.

²⁹ GENTILE, Emilio - *La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo stato nel regime fascista*, Roma, Nis, 1995, p. 187.

³⁰ MORICONI, Emma - *L’Opera Nazionale Dopolavoro, il Regime sociale e popolare* Il Giornale d’Italia e Mussolini. *Il giornale d’Italia*. La nostra storia. (Fevereiro, 2015).

³¹ VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri. 2010, p. 16.

entre outras. No entanto, com um peso cada vez maior na vida do indivíduo, depressa a OND angariou também a função social, que de certa forma já lhe estava intrínseca³².

Ao fomentar planos vocacionados para a organização da vida doméstica, para a ideologia do regime e para a vida laboral sadia, a OND teria, irrevogavelmente desde a sua criação, de interferir na vivência social. No entanto, essa intervenção tornou-se oficial e mais vincada quando os seus programas passaram a ser administrados por secretários sociais e a eles se acrescentaram projetos de assistência social que, abordando um variado leque de assuntos como a habitação social, extrapolavam o âmbito do lazer³³. O cariz social da OND e das suas ações acabou por misturar a própria ação do regime fascista com a solidificação do turismo social em Itália, ao incitar por via estatal, e com base no turismo, a recuperação e elevação sociocultural e física do indivíduo, sem negligenciar o fator de incremento regional e a sua sustentabilidade.

Apesar de ter brotado, em território italiano, de forma ténue durante o século XIX, mesclado com movimentos associativistas e vinculado a organizações desportivas independentes de cunho burguês, como o *Clube Alpino Italiano* ou o *Touring Club Ciclista Italiano*, importa frisar que foi durante o século XX, impulsionado por iniciativas privadas e públicas, que o turismo social se afirmou e se solidificou, ganhando nele a sua maior expressão até à atualidade. Em 1919 articulada com a proposta de Mario Giani de promoção social do tempo livre dos trabalhadores, que ambicionava potencializar as suas capacidades intelectuais e físicas, esta tipologia de turismo ganhou um novo ímpeto. Todavia, esta só adquire uma expressão efetivamente relevante, durante a década de 1920, em articulação com as alterações dos direitos laborais, a crise financeira de 1929 e a ação da OND³⁴.

Em função da Grande Depressão, do êxodo rural que ela promoveu e da sobrelotação dos espaços urbanos que daí decorreu, a OND necessitou fomentar, no final da década de vinte, uma série de atividades capazes de equilibrar a distribuição da população italiana. Deste modo, agindo em conformidade com o seu papel pedagógico e propagandístico e auxiliando a promoção do turismo e das «tradições rurais», a Opera Nazionale Dopolavoro apetrechou o território interior italiano com cinema itinerante – Carro di Tespia – bibliotecas, teatro, folclore e festas populares numa tentativa de capitalizar população para áreas despovoadas³⁵. Elogiando os benefícios que a vida no campo traria ao corpo e à mente e permitindo uma maior

³² KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 409.

³³ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 409.

³⁴ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 93.

³⁵ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 411-412.

sustentabilidade – quer das áreas urbanas então sobrelotadas, quer das áreas rurais em fase de despovoamento – a ação da OND tentou redirecionar parte da população para áreas rurais onde, isolada e afastada dos tumultos urbanos e dos seus circuitos de «vícios danosos», seria mais facilmente controlada³⁶.

Note-se que, enquanto forte aliado do regime de Mussolini no controlo dos momentos de lazer pós-laborais, a OND promoveu, durante os tempos livres, a organização fragmentada da sociedade italiana através de atividades que a agrupavam consoante idade, género e profissão³⁷.

Desconstruindo de modo propositado as estruturas nucleares formadas em torno da família, a ação da OND parece, numa primeira observação, agir em desconformidade com os ideais do regime, principalmente no que toca à questão da unicidade e da família. Contudo, numa análise mais atenta podemos perceber que esta metodologia de dividir a população em conformidade com o seu papel social acabaria por um lado por minimizar os sentimentos de união e identidade que se geravam no seio da família e da classe, menorizando, em simultâneo, a possibilidade de emergirem focos de contestação anti-regime; e por outro, potenciava a criação de laços de proximidade e familiaridade com o grupo onde se inseria e com o próprio Estado.

Consequentemente, a divisão dos tempos livres gerou diferenças na projeção, edificação e recuperação dos espaços físicos que acolheram as atividades destinadas a cada grupo, assim como a sua composição e disposição no espaço, sendo possível identificar três tipos de estruturas de lazer relacionados com a ação da OND: os dopolavoro, os balillas e as colónias de férias³⁸.

Destinados ao público adulto, os dopolavoro incrementaram-se um pouco por todo o território italiano, antes e durante o regime, funcionando como clubes recreativos de usufruto pós-laboral. Sofrendo alterações morfológicas e de funcionamento, que permitiram adequar estruturas anteriores e isentas de pretensões políticas aos objetivos propagandísticos e de controlo do fascismo, estes clubes, enquanto dirigidos pela OND, materializaram-se em edifícios reservados, que não possibilitavam antever pelo exterior a sua disposição interna, e autossuficientes, sendo apetrechados no interior com lojas, pequenos espaços de convívio e outros equipamentos essenciais para a vida urbana e laboral. Resguardados de olhares externos e de não associados, garantindo a privacidade de quem os frequentava, e compartimentados,

³⁶ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*.1998, p. 411.

³⁷ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*.1998, p. 409-410.

³⁸ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*.1998, p. 409-410.

evitando, assim, ajuntamentos de massas conflituosos, os dopolavoro foram projetados para que a sua disposição e organização influenciasse a autocriação por parte do indivíduo de uma mentalidade coletiva ordenada que não derivasse, diretamente, de uma imposição taxativa e racional por parte do Estado, mas sim de uma apreensão autónoma³⁹.

Os balillas, por sua vez, conciliando a valência de clube com a função de ginásio, destinaram-se aos jovens italianos, e no campo do lazer apresentaram-se como uma novidade concebida pelo regime, quer em estrutura ideológica quer em composição arquitetónica, não sendo contaminada com influências estruturais anteriores. Idealizados para ocupar grande parte do tempo livre dos adolescentes, erradicando destes pensamentos de contestação política enquanto, em simultâneo, os preparavam fisicamente, estes espaços foram projetados de modo a sublinhar “o interesse dos fascistas na máquina: a máquina da higiene e a máquina para o exercício”⁴⁰.

Com o maquinismo a servir de símbolo para representar o corpo, a arquitetura dos balilla criou, de maneira harmoniosa e equilibrada, ambientes que lembravam o meio fabril, o frenesim da cidade moderna, o ruído, o carro e a própria máquina, parecendo em algumas descrições espaciais uma pintura ou uma poesia futurista. Contando com paredes amovíveis e espaços ajustáveis, onde a modernidade por vezes chegava associada à exposição de canalizações, utilização de materiais sanitários mais modestos ou pela simples exibição de sistemas mecânicos e condutas de ventilação, estes edifícios exibiam, ainda que estando muitas vezes dependentes dos baixos orçamentos, ambientes esteticamente apelativos e afetos aos ideais para si desenhados⁴¹.

À semelhança do *modus operandi* dos dopolavoro, a arquitetura e organização dos balillas pretendeu incutir e auto-fomentar nos adolescentes uma mentalidade coletiva que aceitava as desigualdades sociais como algo natural. Utilizando materiais assumidamente diferentes, os edifícios modernos destinados a estes clubes adolescentes representavam metaforicamente a existência de uma sociedade desigual, onde cada elemento tinha uma finalidade e desempenhava uma função⁴².

As colónias de férias⁴³, no que lhes concerne e pese embora evocando muitas vezes o imaginário de uma infância feliz, surgiram associadas à enfermidade que matou mais de um

³⁹ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 411-412.

⁴⁰ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 411.

⁴¹ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 411.

⁴² KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 411.

⁴³ Sobre a temática das colónias de férias italianas cfr., entre outros: BALDUCCI, Valter - *Architettura per le colonie di vacanza. Esperienze europee*. Firenze: Alinea 2005; BALDUCCI, Valter - *Architecture and Society of the Holiday Camps. History and Perspectives*. Timisoara: Mirton-EOU, 2007; BALDUCCI, Valter -

quarto da população na viragem para século XX⁴⁴. Enquanto doença associada à industrialização, a tuberculose tomou a frente das preocupações do século XIX e XX, e foi mote das mais variadas produções artísticas, acabando, inclusive, por modelar a criação, à beira-mar, de edifícios vocacionados para receber e tratar os enfermos. Estes edifícios orientados principalmente para o tratamento infantil, conhecidos como sanatórios, foram as primeiras remanescências das colónias de férias, quer italianas, quer portuguesas, ainda que da sua configuração inicial e dos seus propósitos tivesse sobrado muito pouco⁴⁵.

Hasteando a bandeira da luta contra a tuberculose e das preocupações sociais, ao edificar colónias de férias, que se diferenciavam quanto à localização e quanto ao tempo de permanência⁴⁶, o regime ambicionava disciplinar as crianças e modelá-las em conformidade com as suas ideologias⁴⁷. Tal como aconteceu com os adultos e os adolescentes, também as crianças até aos doze anos foram convidadas a isolar-se da sua família para uma disciplina plena. Assim sendo, ausentando-se do seio familiar uma vez por ano, normalmente no período do verão e durante quatro semanas, estas permaneciam nas instalações das colónias – marítimas ou de montanha - onde, para além de serviços médicos e boa alimentação, eram inseridas numa densa programação que preenchia os seus dias de atividades, desde o acordar até ao deitar, sob o controlo apertado dos funcionários e dirigentes⁴⁸.

Vocacionadas, todavia, para crianças preferencialmente saudáveis, as colónias de férias italianas “financiadas pelo Ente Opere Assistenziali e coordenadas pela Opera Nazionale

Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011; CUTINI, Valerio; PIERIN, Roberto - *Le colonie marine della Toscana.* Pisa: Edizioni ETS, 1993; FERNANDES, Marcio – A fixação pelo Dopolavoro Paraestatal em quatro países: apontamentos sobre experiencias do século XX. Universidade de Lisboa. s.d.; GENTILE, Monica - *Il Restauro Del Moderno La Colonia Marina "XXVIII Ottobre" Per i Figli Degli Italiani All'Estero a Cattolica di Clemente Busiri Vici.* Università degli Studi di Palermo, 2011. Dottorato di Ricerca in Progettazione Architettonica - XXI ciclo; JOCTEAU, Gian Carlo- *Ai monti e al mare. Cento anni di colonie per l'infanzia.* Milano: Fabbri Editori, 1990; KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy.* 85 Th ACSA Annual Meeting and Technology Conference. University of Florida. 1998, p.409-414; LABÓ, Mário; PODESTÁ, Attilio - *Colonie marine, montane, elioterapiche.* Milano: Editoriale Domus, 1941; MACELLI, Elena-*Colonie di vacanza italiane degli anni '30. Architetture per l'educazione del corpo e dello spirito.* Firenze: Alinea, 2009; MARTINO, Stefano De; WALL, Alex - *Cities of Childhood. Italian Colonie of the 1930s.* London: Architectural Association, 1988; MORICONI, Emma - *L'Opera Nazionale Dopolavoro, il Regime sociale e popolare* Il Giornale d'Italia e Mussolini. *Il giornale d'italia.* La nostra storia. (Fevereiro, 2015).

⁴⁴ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia.* Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 6.

⁴⁵ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia.* Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 6-7.

⁴⁶ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia,* 2012, p.719

⁴⁷ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia.* Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

⁴⁸ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy.* 1998, p. 411.

Dopolavoro⁴⁹ não descuraram a preocupação com a arquitetura, na sua vertente pedagógica e propagandística, impulsionando a emergência, no mesmo edifício, de dois universos diversificados e com funções distintas: o interior e o exterior.

O universo interior dos edifícios, simples e austero, pensado para disciplinar as crianças, o seu dia e as suas atividades, foi projetado de forma hierarquizada, em grande escala, criando um distanciamento físico entre o utente, os funcionários e o próprio espaço, onde o único elemento que lhe era próximo ou semelhante eram os restantes elementos do grupo⁵⁰.

Ao nível da organização, o espaço interno dividia-se entre áreas para as crianças, que contavam com dormitórios, espaços de convívio, biblioteca, refeitórios, posto médico entre outros; e áreas exclusivas para os funcionários que incluíam zonas funcionais, como cozinhas e arrecadações, e zonas mais privadas, como as suas instalações pessoais, deixando latente, mesmo que de modo simbólico, a diferenciação de funções e de papéis. Não devemos esquecer que a projeção destas colónias aliava o pragmatismo dos espaços ao seu simbolismo, marcando a vivência das crianças desde o momento em que entravam até o momento em que saíam. Aliás, as formalidades a que as crianças eram submetidas logo na chegada à colónia, trocando as suas famílias e os seus trajes por um uniforme e por quatro semanas de isolamento, pareciam deter uma carga simbólica próxima na ritualização iniciática, onde estas abandonariam, temporariamente, o seu *modus vivendi* e a sua classe rumo a um momento de construção intelectual, moral e física que as converteria em indivíduos mais completos⁵¹.

Quanto aos elementos arquitetónicos internos importa chamar a atenção para as escadas e para as rampas de acesso que, geralmente, atingiam nestes espaços um lugar de destaque, funcionando como elementos centrais de organização espacial, como aconteceu, por exemplo, na colónia dei Fasci di Rieti, Lido di Montesilvano, projetada pelos arquitetos Leoni e Liguori, ou na colónia Varese, em Milano Marittima, projetada por Mário Loretto⁵². O universo arquitetónico interior era assim um universo pragmático, simbólico e fechado sobre si mesmo, tendo como função primordial disciplinar as crianças sem intervenção de terceiros⁵³.

O universo arquitetónico exterior, por sua vez, projetava-se moderno, demarcado na paisagem e monumental, visando acima de tudo ampliar e demonstrar a generosidade do regime

⁴⁹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 719.

⁵⁰ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 8.

⁵¹ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 8.

⁵² BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

⁵³ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 412.

numa atitude propagandística⁵⁴. Adotando formas que preencheriam o imaginário infantil, mas que, ao mesmo tempo, estavam ligadas à modernidade, à máquina e à realidade do pós-guerra, como aviões, navios, submarinos entre outros, as colónias de férias italianas marcavam as paisagens como autênticas obras de arte moderna, promovendo não só a imagem de um Estado empenhado com os seus cidadãos, mas também as regiões onde se inseriam e o próprio turismo, no caso com forte cunho social⁵⁵.

Sendo normalmente providas de uma aparatosa torre, estas colónias não deixavam antever pelo exterior a sua realidade interior, produzindo através do seu aspeto externo uma espécie de imagem idílica, diferente da do espaço envolvente, da cidade e até da mundividência dos pequenos utentes, que se perpetuaria na sua mente e funcionaria como uma propaganda interna e duradora⁵⁶.

Edificada entre 1932 e 1934, em Cattolica, a colónia Marinha XXVIII Ottobre, destinando-se, especialmente, a filhos de italianos que viviam fora do país, foi umas das mais referenciadas pelo regime italiano e pela própria historiografia⁵⁷. Denominada de «Le Navi», a colónia projetada pelo arquiteto Clemente Busiri Vici materializou-se, absorvendo a realidade do pós-Primeira Guerra, numa cidade de férias de feição naval, composta por nove edifícios (cinco principais e totalmente simétricos e quatro acessórios) que sem ligação física se encontravam «unidos» no espaço por uma arquitetura *horizontalizante* que figurava, de maneira estilizada, uma frota marítima⁵⁸.

Delimitando e organizando de forma simétrica o espaço, o edifício central da colónia, aludindo a uma torre de comando de um navio, congregou nos seus pisos superiores áreas dedicadas aos serviços administrativos e ao alojamento dos seus altos funcionários, e no piso inferior espaços coletivos e funcionais como o refeitório, a cozinha e a despensa. Imediatamente em frente a este edifício, erigiram-se quatro dormitórios de volumes longitudinais e dinâmicos, que remetiam a mente do observador para os submarinos da Primeira Guerra Mundial, e quatro edifícios acessórios, dispersos pelo espaço envolvente, que acolheram a capela da colónia, áreas dedicadas aos funcionários, como camaratas, uma enfermaria e um pavilhão de isolamento⁵⁹.

⁵⁴ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 412.

⁵⁵ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 8.

⁵⁶ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

⁵⁷ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

⁵⁸ GENTILE, Monica - *Il Restauro Del Moderno La Colonia Marina "XXVIII Ottobre" Per i Figli Degli Italiani All'Estero a Cattolica di Clemente Busiri Vici*. Università degli Studi di Palermo, 2011, p. 160.

⁵⁹ GENTILE, Monica - *Il Restauro Del Moderno La Colonia Marina "XXVIII Ottobre" Per i Figli Degli Italiani All'Estero a Cattolica di Clemente Busiri Vici*. Università degli Studi di Palermo, 2011, p. 160.

Contando com uma composição arquitetónica moderna que tinha como referente simbólico máximo a máquina, a colónia Marinha XXVIII Ottobre tornou-se, assim, relevante no campo da experimentação ideológica e arquitetónica das infraestruturas de lazer italianas, especialmente nas que abarcavam responsabilidades sociais.



Fig. 1- Colónia XXVIII Ottobre, em Cattolica. GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 5.

Projetadas para ampliar a «generosidade» do regime e conciliando modernidade arquitetónica com construções cenográficas de grande vulto, as colónias de férias careceram de amplos financiamentos estatais e atraíram, em simultâneo, vastos empreendimentos por parte da classe de arquitetos nacionais. Note-se que os arquitetos italianos, para além de considerarem o campo das colónias uma oportunidade de exploração dos limites da arquitetura racional, funcional, monumental e moderna, se identificaram com o projeto social que, inocuamente, lhes estava subjacente⁶⁰. Ainda que o campo social fosse, em grande medida, um estandarte político, importa salientar que as colónias de férias desenvolveram um papel preponderante na vida de muitas crianças, tornando-se, por vezes, o único meio que lhes permitia ter acesso a

⁶⁰ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 720.

acompanhamento médico permanente ou mesmo a completas condições de higiene e alimentação⁶¹.

Assim, a partir da década de 1920, enquanto pioneira na instituição do fascismo e na consolidação do turismo social, a Itália lançou bases teóricas e práticas que serviram de protótipo para os regimes congêneres que se foram afirmando paulatinamente.

1.2 Alemanha Fascista - A viagem, a «ilusão» do progresso social e o pluralismo arquitetónico de Prora

Seguindo as pisadas do fascismo italiano e mantendo a mesma linha de atuação em torno da manipulação da classe operária que teria tido desde a época do partido trabalhista, o fascismo alemão⁶² arvorou o estandarte das causas trabalhistas, direcionando as suas políticas para o controlo das massas e para as problemáticas sociais, dentro e fora do domínio público e laboral.

Suprimindo todas as instituições privadas e públicas – provenientes da República de Weimar – responsáveis pelos interesses trabalhistas como sindicatos e instituições recreativas, o Estado numa atitude totalitária, e visando anular as lutas de classe, criou em maio de 1933 a Frente Alemã para o Trabalho - Deutsche Arbeitsfront (DAF). Presidida por Robert Ley, a DAF tornou-se no principal mediador entre entidades patronais e empregados, acabando por fundar em novembro do mesmo ano a Kraft durch Freude (KdF), uma organização recreativa

⁶¹ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 412.

⁶² Sobre a temática do Fascismo Alemão cfr., entre outros: ANTILL, Peter - *Berlin 1945: End of the Thousand Year Reich*. New York: Osprey, 2005; BARKAI, Avraham - *Nazi Economics. Ideology, Theory and Policy*. Oxford: Berg Publisher, 1990; BESSEL, Richard. *Nazismo e Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014; BRADLEY, Catherine. *Hitler e o terceiro Reich*. Trad. de Manuela Cruz. Rio Tinto: ASA, 1990; BYTWERK, Randall. *Landmark Speeches of National Socialism*. Texas A&M University Press, 2008; CUOMO, Glenn R. - *National Socialist Cultural Policy*. New York: Palgrave MacMillan, 1995; GUILLEBAUD, Claude W. - *The Social Policy of Nazi Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1941; GRUNBERGER, Richard - *The 12-Year Reich: A Social History of Nazi Germany 1933–1945*. New York: Holt Rinehart and Winston, 1971; HEIDEN, Konrad - *Der Fuehrer. Hitler's Rise to Power*. New York: Lexington Press. 1944; HILDEBRAND, Klaus - *The Third Reich*. Boston: George Allen & Unwin, 1984; KEEGAN, John - *The Second World War, Glenfield, Auckland 10*. New Zealand: Hutchinson, 1989; KERSHAW, Ian - *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*. London: Arnold, 2000; NEITZEL, Sonke; WELZER, Harald. *Soldaten: Protokolle vom Kämpfen, Töten und Sterben*. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 2011; OVERY, Richard - *The Dictators: Hitler's Germany, Stalin's Russia*. [S.l.]: Penguin Books. 2005; PARKER, Robert Alexander Clark - *Struggle for survival: the history of second world war*. New York: Oxford University Press, 1989; WUNDERLICH, Frieda - Fascism and the German Middle Class. *The Antioch Review*. Vol. 5, Nº. 1 (1945), p. 56-67.

responsável por suster o «aborrecimento» da classe trabalhista propício a originar “ideias e pensamentos estúpidos, inflamatórios e, finalmente, criminosos”⁶³ indesejáveis para o regime⁶⁴.

Enquanto única instituição reconhecida pelo Estado para organizar, promover e financiar as atividades recreativas dos trabalhadores e afastando-se da sua congénere italiana (OND) que controlava muitas outras instituições e organizações, a KdF dividida em seis oficinas vocacionadas para átimos do tempo pós-laboral distintos, «Amt Kulturgemeinde»⁶⁵, «Amt für Reisen, Wandern und Urlaub»⁶⁶, «Reichssportamt»⁶⁷, «Amt Schönheit der Arbeit»⁶⁸, «Amt Wehrmachtheime»⁶⁹, «Dorfverschönerungsaktion»⁷⁰, tornou-se essencial nas políticas sociais do regime⁷¹. Beneficiando de grande investimento estatal, estas oficinas permitiram à *Kraft durch Freude* deter o monopólio do lazer controlando e planeando, de maneira pública e omnipresente, as atividades de ócio privado⁷².

Ainda que não existisse durante o regime fascista alemão legislação específica sobre as férias pagas, apenas recomendações, a verdade é que a disponibilidade de tempo livre a exceder o simples descanso semanal preocupou o governo e levou-o a desenvolver atividades que controlassem e ocupassem plenamente o trabalhador e a sua família, transmitindo a imagem de um Estado corporativo que «investia» na progressão e na modernização social. Com efeito, apelando ao sentido nacional de vida em comunidade e a uma organização igualitária da coletividade, as ações da KdF subjugaram a autodeterminação individual na escolha das atividades de lazer a escolhas comunitárias por ela organizadas⁷³.

Apregoando preocupação com a classe trabalhista e com progresso social, a *Kraft durch Freude*, apesar de dinamizar atividades variadas de desporto, cultura popular e eventos sociais, investiu particularmente em às viagens dentro e, ocasionalmente, fora do território alemão⁷⁴. Sendo consideradas um forte elemento de propaganda e de unificação nacional, as viagens de

⁶³ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

⁶⁴ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

⁶⁵ Oficina da comunidade cultural;

⁶⁶ Oficina de viagens, caminhadas e férias;

⁶⁷ Oficina de Desporto;

⁶⁸ Oficina de beleza no trabalho;

⁶⁹ Oficina direcionada para as forças militantes;

⁷⁰ Oficina vocacionada para o embelezamento de vilas;

⁷¹ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 261.

⁷² BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

⁷³ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

⁷⁴ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

navio, carro ou comboio, participadas pelo Estado, atingiram números de adesão consideráveis, que pese embora não sendo os desejados e divulgados pelo regime, chegaram, em 1935, a ultrapassar os cinco milhões⁷⁵. Democratizando um hábito que teria pertencido até então a classes sociais mais abastadas, as viagens promovidas pela KdF potenciaram uma reestruturação no turismo alemão, no seio do qual emergiram duas tipologias distintas que coexistiram, mas não se articularam: o turismo de luxo e o social⁷⁶.

Assim como aconteceu em Itália e entendendo o turismo social com um produto da sociedade industrial, não podemos aferir de forma taxativa que este emergiu na Alemanha nazi. Na verdade, o turismo social alemão começou a despontar nas primeiras décadas do século XX quando várias ações filantrópicas e legislativas possibilitaram o surgimento de organizações e/ou iniciativas vocacionadas para as vertentes recreativas e sociais, principalmente no domínio infantil. Sem embargo, é de facto com o regime fascista que o turismo social ganha espaço e se aplica de forma consciente, mesmo que servido pretensões ideológicas⁷⁷.

Numa tentativa de satisfazer as massas e levá-las a acreditar na igualdade social, através da ação das suas oficinas de viagens, caminhadas e férias e de embelezamento de vilas, a KdF desenvolveu um leque de atividades ligadas ao turismo social, onde as viagens detiveram um papel preponderante. Desenhadas à imagem das viagens das classes abastadas, todavia mais contidas e remediadas, estas tendiam a inculcar nos trabalhadores a ilusão de equidade no acesso ao lazer. Assim, produzidas para serem acessíveis a um grande número de pessoas e contando com o desconhecimento da classe operária quanto à mundividência do turismo de luxo, estas viagens eram entendidas pelos seus utentes como o que de mais sofisticado existia a nível nacional e até internacional, pervagando uma sensação de inclusão social⁷⁸.

Com as viagens a tornarem-se uma realidade cada vez mais evidente para as camadas de baixas rendas e a excederem a duração diária, o Estado começou a verificar que as infraestruturas voltadas para o lazer não estavam preparadas para dar resposta aos novos paradigmas do turismo nacional. De facto, em território alemão não existiam, à data, edifícios destinados ao turismo em número suficiente para albergar a afluência que se fazia sentir, e os que subsistiam eram economicamente incompatíveis com a população que agora os procurava. Reitere-se que a permanência em hotéis e estâncias balneares, mesmo que financiada de forma

⁷⁵ ALMEIDA, Marcelo Vilela - *Turismo social: por uma compreensão mais adequada deste fenómeno, e a sua implicação prática na realidade atual brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 54.

⁷⁶ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

⁷⁷ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. (2001), p. 98.

⁷⁸ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 273.

parcial pelo regime, tornaria depressa o projeto das viagens inviável, quer pela incapacidade económica, quer pelo descontentamento que isso causaria nas camadas sociais que frequentavam de forma regular esses espaços.

Deste modo, atendendo a que a popularidade das viagens da KdF e a taxa de adesão estava relacionada com os baixos preços que elas comportavam e considerando que estas se destinavam essencialmente a classes sociais carenciadas, tornou-se imperativo projetar soluções arquitetónicas que permitissem a coexistência das duas vertentes turísticas, sem que uma afetasse a outra⁷⁹.

Em 1935, pretendendo dar resposta à questão das infraestruturas de férias e de viagem, o Estado desenhou um plano de investimento, em torno da construção de estâncias balneares e hotéis de grande capacidade, sustentado na ideia de que o trabalhador não se sentia confortável nas estruturas existentes e na indispensabilidade de se projetarem novos espaços orientados para o seu bem-estar⁸⁰. No plano inicial, o regime apresentou a intenção de edificar cinco estâncias, de grandes dimensões, construídas nas regiões de Kolberg/Pomerania, da Prússia Oriental, de Timmendorfer e de Rügen. No entanto, a guerra e as dificuldades que ela acarretou tornaram os planos inviáveis e apenas a estância balnear de Rügen foi efetivamente planeada e construída⁸¹.

Em maio de 1936, junto de uma reserva natural a Norte de Berlim, com um projeto de Clemente Klotz e a supervisão de Albert Speer, iniciou-se a construção de uma estância balnear de carácter monumental e funcional, que aspirava ser representativa do fascismo alemão e da sua feição recreativa e social⁸². Enquanto projeto ambicioso, a estância que adquiriu a denominação de Prora estendeu-se ao longo de mais de 4,5 km da costa, tendo capacidade para albergar 20.000 hóspedes e mais de 2.000 funcionários. Concebida como uma cidade de férias moderna e funcional, para além dos espaços de vivência privada, Prora foi apetrechada com áreas de serviço e de lazer comum, escola, instalações desportivas e médicas, permitindo ao utente ter nela tudo o que necessitava para as suas férias⁸³.

⁷⁹ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF". Seebad Prora auf Rügen* Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 272.

⁸⁰ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 275.

⁸¹ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 275.

⁸² LOBO, Susana Mexia - *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 722.

⁸³ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 279-280.

Dividindo-se em três áreas distintas, ligadas entre si, a estância contava com uma distribuição espacial organizada e hierarquizada de modo que os propósitos educacionais do regime não se perdessem. As áreas térreas e subterrâneas dos seus edifícios estavam destinadas a espaços comunitários, como salas de estar, salas de leitura e sala de jogos; e funcionais, como arrecadações, lavandarias e cozinhas. As alas habitacionais, uma a Norte e outra a Sul, com dois quilómetros de comprimento cada, para além dos quatro blocos de dormitório, foram munidas com áreas funcionais, como escadas, elevadores, lavandaria, quartos para os funcionários e casas-de-banho públicas⁸⁴.

Alinhado a leste, cada dormitório destinado aos trabalhadores e às suas famílias contava com vista privilegiada para o mar e uma compartimentação interna que, para além de permitir espaços diferenciados para pais e filhos, garantia a inclusão de um vestíbulo, dotado com um lavatório e água quente, armários embutidos e equipamentos destinados ao aquecimento central. A instalação do aquecimento central parece não fazer sentido para uma estância balnear, mas antevê a possibilidade de utilização da mesma em alturas sazonais diferenciadas, não sendo o seu uso exclusivo do verão. Ao nível do mobiliário, os dormitórios eram equipados com duas camas, um sofá, mesas e cadeiras de linhas simples e funcionais⁸⁵.

Ao meio das duas alas habitacionais, encontrava-se uma espécie de praça central, com cerca de meio quilómetro, que funcionava como centro nuclear da vida comunitária da estância. Exercendo uma força centrípeta em torno das vivências da colónia, esta praça albergava a sala de receção, uma sala de festividades com capacidade para 20.000 pessoas, um teatro, um cinema, um ginásio, uma piscina, um centro hospitalar, uma escola, restaurantes e lojas, uma estação de comboios e de autocarros, e uma garagem capaz de receber 6.000 carros, bem como uma torre com mais de 85 metros⁸⁶.

⁸⁴ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 280.

⁸⁵ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 280.

⁸⁶ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 280-281.



Fig. 2 – Maquete do projecto de Clemente Klotz para Prora. GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 6.

Programada para ser uma «máquina» de ideologia fascista, desde o amanhecer até ao anoitecer, sem que nenhum aspeto fosse deixado ao acaso, a estância acabou por se transverter num campo de simbiose arquitetónica. Permitindo que o arquiteto desenvolvesse uma estrutura liberta, em parte, da formalidade que a linguagem arquitetónica tinha adquirido enquanto símbolo da vida política alemã, em especial nos edifícios de culto e de Estado, o projeto de Klotz aliou a funcionalidade e racionalidade à monumentalidade e ao pendor clássico, que estavam habitualmente associados à imagem infraestrutural do regime, resultando numa composição funcional e moderna⁸⁷.

Na qualidade de edifício inscrito na ideologia do regime, Prora foi delineada a pensar nos trabalhadores e na sua manipulação, dispendo-se no espaço de forma racionalizada, hierarquizada e cénica. Contando com uma avultada carga simbólica, a estância que se agigantava na orla marítima demarcava internamente áreas públicas de privadas, retendo as primeiras nos pisos térreos, enquanto que as segundas se distribuía pelos andares superiores. Refletindo o seu cariz social e recreativo, o complexo irradiou um pluralismo arquitetónico que,

⁸⁷ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 276.

mesclando elementos clássicos e vernaculares numa harmoniosa e homogénea composição, tinha como objetivo principal seduzir as massas sem as deixar esquecer qual era o seu papel na sociedade e perante o Estado⁸⁸.

Com a instabilidade da II Guerra Mundial, a alteração nas prioridades alemãs e com a invasão do conjunto arquitetónico em 1939, Prora abandonou as suas funções, depois de ser adaptada a base militar⁸⁹, e anulou as pretensões do regime em hastear, através de futuras estâncias balneares, a bandeira do turismo social. Desta forma, pese embora considerada por alguns autores o expoente máximo da projeção das colónias de férias balneares⁹⁰ e apesar de ter sido ostentada como o prelúdio de uma enorme campanha de obras em torno do turismo social, a estância de Prora acabou por se tornar o primeiro e único edifício balnear construído para a classe trabalhista durante o regime, refletindo a forma com que o Estado encarava e concebia a aplicabilidade da tipologia turística enquanto fenómeno direcionado para o controlo dos baixos estratos sociais e para a propaganda nacional.

1.3 Franquismo, as Obras Sindicais e as Cidades de repouso

De cariz totalitário, conservador, católico e centralizado, o fascismo espanhol, durante cerca de quarenta anos, reivindicou para o seu controlo todos os domínios da vida pública e privada da sociedade⁹¹. Tendo a necessidade de criar bases legislativas de raiz e uma constituição nova, o Franquismo⁹² concebeu, até à década de 1950, uma série de instituições

⁸⁸ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*, 1999, p. 276-277.

⁸⁹ LOBO, Susana Mexia - *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 724.

⁹⁰ LOBO, Susana Mexia - *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 722.

⁹¹ PUIG, Alberto Fernández - *La dictadura franquista: régimen político, evolución social y económica*. Temario de oposiciones de Geografía e Historia Alfaró: Clio, 2011, p. 2.

⁹² Sobre a temática do Fascismo Espanhol cfr., entre outros: BARANOWSKI, Shelley - *Nacionalismo radical en un contexto internacional: Fuerza por la Alegría y las paradojas del turismo nazi*. *Historia Social*. Nº 52 (2005) p. 93-108; BARRERA, Carlos - *Periodismo y franquismo*. Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias, 1995; GALLEGO, José Andrés; PAZOS, Antón M; LLERA Luís de - *Los españoles entre la religión y la política: el franquismo y la democracia*. Madrid: Unión Editorial, 1996; GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos - *Historia de las derechas españolas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000; LÓPEZ, Pablo Pérez - *Católicos, política e información: Diario Regional de Valladolid (1931-1980)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994; MOLINERO, Carme; YSÁS, Pere - *Productores disciplinados y minorías subversivas: clase obrera y conflictividad laboral en la España franquista*. Madrid: Siglo XXI de España, 1998; PAYNE, Stanley G. - *El Primer franquismo: los años de la autarquía de España*. Madrid: Temas de Hoy, 1997; PAREDES, Javier - *Historia contemporánea de España (siglo XX)*. Barcelona: Ariel Historia, 1998; PUIG, Alberto Fernández - *La dictadura franquista: régimen político, evolución social y económica*. Temario de oposiciones de Geografía e Historia Alfaró: Clio, 2011; RUSSO, Alfredo - *Il fascismo in Mostra*. Milán: Editori Riuniti, 1999; SARTORIUS, Nicolás; ALFAYA, Javier - *La memoria insumisa. Sobre la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2002;

estatais e leis fundamentais capazes de o auxiliar na validação e fundamentação do regime. Estas alterações legislativas abarcaram em 1938 reformulações nas estruturas trabalhistas regulamentando as relações entre patrões e funcionários, proibindo todo, e qualquer, tipo de manifestações e associativismos operários, e fomentando, a partir da década de 1940, a emergência da Organização Sindical Espanhola (OSE).

Resultando de uma readaptação das organizações da Falange ligadas aos trabalhadores, a OSE enquanto única organização sindical permitida em território espanhol reuniu e articulou nos seus quadros entidades empregadoras e funcionários por intermédio de filiação obrigatória. Desenvolvendo-se numa estrutura vertical, a OSE submeteu ao seu domínio mais de vinte sindicatos e instituições adjuntas, como as «Obras sindicales», que a coadjuvaram no projeto de controlo social e laboral. Cite-se, a título de exemplo, no domínio das designadas «Obras sociales»: a «Obra Sindical 18 de Julio» que garantia a assistência médica; a «Obra Sindical del Hogar» que auxiliava no fornecimento de habitação social; e a «Obra sindical Alérgia y Descanso» destinada aos momentos recreativos pós-laborais⁹³.

Numa ação propagandística e pretendendo regulamentar os tempos livres dos trabalhadores, a Obra sindical Alérgia y Descanso facultou aos seus associados átimos de educação cultural e artística, viagens e excursões, formação militante e atividades desportivas, sofrendo influência direta das bases práticas e teóricas das suas congéneres – italiana, alemã e portuguesa. Importa mencionar que, antes da sua consolidação em 1940, a direção da Obra sindical se reuniu⁹⁴ várias vezes com os quadros administrativos da OND, da FNAT, da KdF, entre 1936 e 1938, para discutir e apreender os seus moldes teóricos e formas de atuação⁹⁵.

Em 1940, estruturando-se de maneira definitiva como organização recreativa e social de controlo do tempo pós-laboral, a Obra sindical Alérgia y Descanso acabou por ver fortificados os seus pilares fundamentais e alterada a sua denominação para Obra sindical de Educación y

THOMÀS, Joan María - *La Falange de Franco. El proyecto fascista del Régimen*. Barcelona: Plaza y Janes, 2001; TUSELL, Javier - *Dictadura franquista y democracia, 1939-2004*. Barcelona: Crítica, 2005.

⁹³ GALLEGOS, María Silvia López - El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. *Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. Nº 3 (2012) p. 97-98.

⁹⁴ “Os contatos e intercâmbios entre os líderes do sindicato de educação e descanso, OND, FNAT e KdF ocorreram na década de 1930. Para a troca de informações, várias reuniões foram organizadas, como o Congresso Mundial de Felicidade e Trabalho em Hamburgo, em 1936, ou aquele realizado em Roma durante o ano de 1938” GALLEGOS, María Silvia López - El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. *Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. nº 3 (2012) p. 96.

⁹⁵ GALLEGOS, María Silvia López - El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. *Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. Nº 3 (2012) p. 95-96.

Descanso⁹⁶ (OSDE). Deste modo, articulando uma parafernália de atividades de música popular, folclore, teatro, desporto, férias e excursões, a OSDE tornou-se responsável por fomentar e desenvolver a superioridade física e cultural do indivíduo espanhol. Em conformidade com a KdF, a organização das atividades da OSDE encontrava-se dividida em seis departamentos: de beleza no trabalho; de desporto; de Administração financeira; de Cultura e Arte; de Viagens, Férias e Excursões; e de Propaganda⁹⁷.

Ao aproximar, de modo ilusório, o trabalhador da classe burguesa outorgando-lhe a possibilidade de usufruir de itinerários turísticos que antes só eram acessíveis às classes mais abastadas, o departamento de Viagens, Férias e Excursões projetou, em articulação com Ministério da Informação e Turismo, programas de viagens e excursões a locais de relevância natural, patrimonial e nacional, cenicamente atrativos e com preços reduzidos. Potenciando a simpatia da classe trabalhadora para com o regime, o departamento de maior popularidade coadjuvou a fomentação e democratização do turismo social espanhol, que havia surgido ainda no século XIX associado a grupos infantis e juvenis⁹⁸.

Concentrando a sua atuação em torno das camadas mais jovens, o turismo social adquiriu, gradativamente, peso em território espanhol durante o século XX, atingindo maior investimento e visibilidade, tanto na esfera estatal, como na privada, com o Franquismo. Na década de cinquenta, o regime estabeleceu as primeiras medidas de regulamentação dos albergues e residências de férias juvenis e fundou, com o apoio da Frente de Juventude, a Rede de Albergue Juvenil Espanhol. Na década de sessenta incrementou e financiou a programação de viagens turísticas ligadas ao âmbito escolar, universitário e grupal com a participação

⁹⁶ Sobre a temática da OSDE cfr., entre outros: GALLEGOS, María Silvia López - *El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. nº 3 (2012); GALLEGOS, María Silvia López - El control del ocio en Italia y España de la Opera Nazionale Dopolavoro a la Obra Sindical de Educación y Descanso. *Investigaciones Históricas*. nº24 (2004), p. 215-236; GALLEGOS, María Silvia López - *Trabajadores vallisoletanos: La creación de la Organización Sindical Española (1939-1951)*. Valladolid: Diputación Provincial, 2008; GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016; MOLINERO, Carme - *La captación de las masas: política, social y propaganda en el régimen franquista*. Madrid: Cátedra, 2005; SANCHEZ LÓPEZ, Rosario - *El sindicalismo vertical, dimensión teórica y ámbito pragmático de una institución del franquismo. El ejemplo de Murcia*. Murcia: Universidad de Murcia, 1999; SGRAZZUTTI, Jorge - *Tiempo libre y disciplinamiento en las clases obreras italiana y alemana de entreguerras. Dopolavoro y Kraft Durch Freude: un análisis comparativo*. *Historia Social*. Nº 52 (2005) pp. 109-127; VIZA CABALL, Juan Bautista - *Valorización del Descanso (Dopolavoro español)*. Madrid: Editorial Española, 1937.

⁹⁷ GALLEGOS, María Silvia López - El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. *Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. Nº 3 (2012) p. 98.

⁹⁸ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 8-10.

inclusiva do Ministério da Informação e Turismo⁹⁹. Contudo, a ação do turismo social na Espanha Franquista não se reduziu apenas aos grupos mais jovens da sociedade.

Concatenando a ação da OSDE e do Ministério de Informação e Turismo, o Franquismo incitou o desenvolvimento do turismo social direcionado para os trabalhadores e converteu-o num forte aliado de domínio e manipulação da classe. Estabelecendo inúmeras parcerias com organizações estatais e privadas e recuperando a ideia da década de 1920 de popularizar o turismo através de «cartões de poupança», o Estado desenvolveu diversas iniciativas orientadas para os trabalhadores, em especial os de baixa renda, e as suas famílias. Dessas iniciativas mencionem-se, a título de exemplo, a promoção de descontos nas deslocações ferroviárias mediante a apresentação de um cartão de associado da OSDE; a reserva de mais de cinco mil quartos em hotéis, albergues e residências destinados a turistas de classes sociais mais baixas; e a construção de três cidades de repouso direcionadas, igualmente, para os mais necessitados¹⁰⁰.



Fig. 3- Fotografias aéreas das três cidades sindicais. GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015, p. 10.

Instigando o ordenamento territorial, favorecendo o incremento local e auxiliando o regime na demanda do controlo social, entre a década de cinquenta e sessenta, emergiram ao longo da costa espanhola três cidades de repouso¹⁰¹ que, embora bebendo inspiração nos

⁹⁹ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. (2001), p. 117-118.

¹⁰⁰ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. (2001), p. 120-121.

¹⁰¹ Sobre a temática das Cidades de repouso cfr., entre outros: GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015; RAMÍREZ, J. L. Oliver - Ciudad de vacaciones 1933: el concurso internacional para Playa de San Juan

projetos das colónias de férias italianas, alemãs e portuguesas, instituíram novos modelos de planeamento e edificação das estruturas de lazer de feição social.

Destinando-se aos afiliados da OSDE, as cidades de repouso materializaram-se em construções novas, de baixa densidade populacional, que se adaptaram de maneira harmoniosa ao território envolvente. Ao privilegiar composições orgânicas que dispersavam os edifícios no espaço de forma flexível encenando uma inserção consonante e discreta na paisagem natural, estas cidades, de cunho quase rural, investiram na extensa conceção e promoção de espaços verdes e na edificação de estruturas arquitetónicas simples, afastando-se da linguagem estética das colónias de férias fascistas de feição citadina e moderna, onde a premissa de destaque monumental na paisagem se tornava obrigatória¹⁰². Na verdade, camuflando as suas pretensões de controlo social e de propaganda ao promover férias em ambientes marítimos descontraídos e modestos, as cidades de repouso de Tarragona (1955), Perloria Oviedo (1956) e Marbella (1956), mesmo que inseridas num contexto social, político e económico díspar da conjuntura da década de 1930 espanhola, aproximaram-se estruturalmente da *Ciutat de Repòs i de Vacances* desenhada para Barcelona pelo *Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea* – GATEPAC¹⁰³.

Dispensando a organização racional, disciplinada e hierarquizada das colónias de férias, as cidades de repouso organizaram-se espacialmente em zonas dúcteis que articulavam edifícios, de domínio doméstico e público, com áreas de lazer externo, como jardins, parques e praia. Mantendo a opção delineada pelos arquitetos catalães Antonio Pujol Sevil e José María Monrava López para a cidade de repouso de Tarragona em 1955¹⁰⁴, o *layout* destas cidades sindicais dividiu-se em três zonas, que apesar de dispersas no espaço e autónomas, se relacionavam entre si: a residencial, a desportiva e a balnear¹⁰⁵.

De modo geral, localizada na área mais elevada para facultar aos seus utentes uma vista privilegiada sobre a cidade e o espaço natural, a zona residencial encontrava-se munida de

(Alicante). *Congreso Internacional Territorios del Turismo: El imaginario turístico y la construcción del paisaje moderno*. Girona: actas. Vol.2 (2014);PIÉ I NINOT, Ricard - Las arquitecturas del turismo: las piezas mínimas. Turismo Líquido. Barcelona: Instituto Hábitat Turismo Territorio, 2013; PUJOL SEVIL, Antoni; LÓPEZ, José María Monrava - Ciudad residencial de Tarragona. *Revista Hogar y Arquitectura*. Madrid. nº13. (1957). 19-48; TOMILLO CASTILLO, Arturo; SANZ DÍAZ, Carmen. - Las ciudades sindicales en el periodo franquista. *International Conference Intervention Approaches for the 20th Century Architectural Heritage*, Madrid, 2011;

¹⁰² GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p.16.

¹⁰³ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 678-680.

¹⁰⁴ PUJOL SEVIL, Antoni; LÓPEZ, José María Monrava - Ciudad residencial de Tarragona. *Revista Hogar y Arquitectura*. Nº13 (1957), p. 21.

¹⁰⁵ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 10-12.

edifícios destinados à receção, apartamentos, salas de jantar e estar, pavilhões de convívio e espaços de recolhimento religioso (capelas). Revelando-se uma novidade e contrariamente ao tipo de organização das colónias de férias que privilegiaram uma separação intencional das áreas de habitacionais, funcionais e de recreio, estas cidades sindicais, pensadas para espaços de acomodação temporária recreativa, desenvolveram áreas residenciais polivalentes que coadunaram a esfera privada com a pública, promovendo a vida dos seus utentes em espaços comunitários, onde seriam controlados¹⁰⁶.

Estruturando-se na área mais plana e extensa da cidade, a zona desportiva direcionada para o fortalecimento físico dos seus utentes foi dotada com modernos equipamentos desportivos, que comportavam campos de basquetebol, de futebol e de ténis, pista de patinagem, piscina, entre outros, e infraestruturas auxiliares, como balneários. Adaptando-se à morfologia do terreno, a última zona, dedicada aos desportos marítimos e às atividades de praia, erigiu-se junto da costa albergando áreas de restauração (bares e restaurantes), de recreio balnear e de relaxamento individual e familiar¹⁰⁷. Apresentando-se como uma exceção e pretendendo interferir o mínimo na paisagem envolvente conservando os elementos naturais pré-existentes, a cidade de Marbella, projetada em 1956 pelos arquitetos Manuel Aymerich Amadios e Ángel Cadarso del Pueyo, na qualidade de última projeção do género, reformulou o seu layout e inseriu-lhe uma quarta zona que convidava o utilizador a usufruir de longas estadias no exterior: o parque natural¹⁰⁸.

Deste modo, ao propiciar os principais momentos de controlo social, regulamentando os horários e padronizando o quotidiano dos seus utentes, as vivências em espaços coletivos adquiriram nas cidades de repouso um papel preponderante que condicionou a sua organização espacial e a própria conceção dos seus edifícios, que se conjugavam para promover a permanência no exterior¹⁰⁹. Para clarificar esta articulação de edifícios e espaços torna-se relevante atentar à estruturação circunscrita dos apartamentos das cidades. Programados para incitar a utilização de zonas comuns, os apartamentos, germinados e de cariz familiar, desenvolveram-se em torno de um leque reduzido de equipamentos e espaços de uso doméstico. Contando apenas com áreas estritamente essenciais para o descanso noturno e para suprimir as

¹⁰⁶ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneário Camboriú, 2016, p. 12.

¹⁰⁷ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneário Camboriú, 2016, p. 9-10.

¹⁰⁸ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneário Camboriú, 2016, p. 10-11.

¹⁰⁹ LOBO, Susana Mexia - *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 742.

necessidades básicas de higiene, os apartamentos foram dotados de quartos, salas de estar, casas-de-banho e, de forma pontual, de pátios exteriores, tornando-se dependentes de estruturas coletivas suplementares como restaurantes, SPA'S, instalações desportivas, capelas, entre outras¹¹⁰.

Embora delineadas de modo flexível, com independência entre si e subordinando-se apenas ao espaço em que se inseriam, as cidades de repouso da OSDE primaram, no geral, por uma homogeneidade estética dos seus edifícios e por uma uniformidade na linguagem arquitetónica. No entanto, a cidade sindical de Perlorá ao ser planeada por mais de oito arquitetos diferentes pertencentes aos serviços técnicos de *Arquitectura de la Obra Sindical del Hogar*, materializou-se, ao longo dos seus arruamentos, numa composição heterogénea e moderna¹¹¹.

Assim, condicionando o indivíduo espacial e temporalmente numa área circunscrita para o modelar segundo os valores e ideais do Estado, as cidades de repouso da OSDE, pese embora tendo procurado referências nas colónias de férias, diferenciaram-se das mesmas em muitos aspetos, não só em terminologia¹¹². De facto, surgindo quase duas décadas depois das estruturas de lazer social da OND e KdF e da dissolução dos regimes fascistas que lhe estavam subjacentes, não existiu por parte do franquismo interesse em vincular as cidades sindicais de repouso, as suas ações e projetos, aos promovidos pelo fascismo alemão e italiano. Na verdade, contando com um carácter de exceção de durabilidade que se arrastou até à década de setenta, o fascismo espanhol, assim como o português, necessitou moldar-se e moldar as suas infraestruturas ao contexto social, político e económico resultante do final da Segunda Guerra Mundial, onde os modelos de atuação fascistas se encontravam descredibilizados e em desuso.

2. Turismo social no Estado Novo, uma realização conjunta do SPN e da FNAT

¹¹⁰ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 15.

¹¹¹ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 10.

¹¹² GALLEGOS, María Silvia López - *El Deporte como forma de control social: la actividad de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo*. (2012), p. 95-96.

Antes do Estado Novo se instituir e em função das alterações sociais, laborais e hospitalares¹¹³ que ocorreram no país, durante o século XX entidades públicas e privadas perspetivaram, em diversos momentos, a necessidade de criar de uma obra educativa, salubre e recreativa, estruturalmente próxima das colónias de férias, que albergasse os momentos de repouso dos trabalhadores nacionais e das suas famílias. Conquanto, a criação de uma obra mais ampla dedicada a estas estruturas de lazer, aglutinando a sua emergência com a instituição do turismo social, em território nacional, e com a génese da própria FNAT apenas se consubstanciou, na década de 1930, com o apoio do regime fascista.

Similarmente ao *modus operandi* dos restantes regimes fascistas Europeus, o Estado Novo¹¹⁴ concebeu, a partir de 1933 várias organizações corporativas, paramilitares, opressivas, propagandísticas e recreativas que o coadjuvaram no projeto de centralização de poder e no controlo integral dos vários domínios da vida pública e privada, tendo em vista a construção de um novo «Homem Português»¹¹⁵.

A Constituição de 1933, enquadrava a atuação e estruturas do novo regime e participou, de igual modo, na reconfiguração da vida nacional em torno das suas ideologias e valores. Através dela e meses depois do Decreto-lei n.º 23048¹¹⁶, publicado em Diário do Governo a 23 de setembro, começou a estabelecer-se em território nacional, segundo os moldes do regime, o novo estatuto do trabalho nacional que, apesar de ainda não conferir o direito a férias pagas, aconselhou que as entidades patronais considerassem essa possibilidade a fim de evitar tumultos e lutas trabalhistas. De facto, o direito a férias pagas seria apenas promulgado em

¹¹³ Sobre esta temática cfr. SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2013. Tese de Doutoramento.

¹¹⁴ Sobre a temática do Fascismo Português, cfr., entre outros: CRUZ, Manuel Braga - *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988; ROSAS, Fernando - Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. *Vértice*. Lisboa. N.º 13 (abril de 1989), p. 21-29; NUNES, João Arsénio - Salazar e os fascismos. *Vértice*. Lisboa. N.º 13 (abril de 1989), p. 9-19; NOLTE, Ernst - *Les Mouvements Fascistes: L'Europe de 1919 à 1945*. Paris: Calmann-Lévy, 1991; PINTO, António Costa - *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação Nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992; COLLOTTI, Enzo - *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992; LUCENA, Manuel - *O Regime Salazarista e a sua Evolução*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1995; TORGAL, Luís Reis - «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. N.º 1 (junho de 1997), p. 5-32; LINZ, Juan - *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000; MEDINA, João - *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000; ROSAS, Fernando - O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXXV, N.º 157 (2001), p. 1031-1054; NUNES, João Paulo Avelãs - Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. *População e Sociedade*. Porto. N.º 8 (2002), p. 73-101; PINTO, António Costa - De regresso ao fascismo. *Análise Social*. Lisboa. N.º 179 (2006), p. 611-627.

¹¹⁵ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1031-1054.

¹¹⁶ Decreto-Lei n.º 23:048, 23 de setembro de 1933, Diário do Governo n.º 217- I Série. Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Lisboa, p. 1655-1656.

1937, na lei n.º 1:952, e orientado, exclusivamente, para trabalhadores pertencentes ao quadro permanente das empresas¹¹⁷.

Estas modificações nas leis laborais e as novas práticas sociais delas decorrentes, impulsionaram de forma direta, a divisão do turismo nacional em duas realidades distintas que o Estado Novo considerou imprescindível manter e fomentar. Primeiramente, assim como a I República o tinha feito, o regime reconheceu a importância da manutenção do turismo herdado do século anterior para o equilíbrio financeiro do país e para a fundamentação dos discursos nacionalistas. Ressalve-se que este turismo, de cariz burguês, vinculado ao conforto e luxo dos *Palaces* se tornou um forte aliado nas relações externas do Estado ao revelar-se essencial para satisfazer as elites internacionais que se deslocavam de modo pontual ao país¹¹⁸.

No entanto, perante as alterações estruturais que se faziam sentir no seio da sociedade e a extensão dos hábitos de fim-de-semana e de férias às classes operárias, tornou-se impreterível reajustar o turismo à nova realidade nacional, procurando articular e abranger todas as classes sociais. Assim, auxiliado pela “construção idealizada [de uma] cultura popular rural e ‘tradicional’ ([n]a sua versão folclórica)”¹¹⁹, o projeto de turismo social, iniciado nas primeiras décadas do século XX, expandiu-se e consolidou-se com o patrocínio do SPN, da FNAT e das suas ações direcionadas para o controlo e manipulação das massas, adquirindo feições populares e vernaculares¹²⁰.

2.1 Os primeiros ensaios do regime: O SPN, os pequenos hotéis e o programa de Pousadas

Instituído no ano de 1933, o Secretariado De Propaganda Nacional (SPN), sob a orientação de António Ferro, tornou-se responsável pela conceção e promoção de uma política cultural popular que, enquanto conduzia os portugueses para os princípios sociais e políticas do Estado, o dotava de uma irrepreensível imagem tradicional de Bom-Gosto¹²¹. Em 1939, e mesmo antes de se converter em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e

¹¹⁷ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 701-702.

¹¹⁸ CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 133.

¹¹⁹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 702.

¹²⁰ CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 151.

¹²¹ ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro, A vertigem da palavra- Retórica, Política e Propaganda do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio. 2013, p. 232.

Turismo (SNI) no ano de 1944, o SPN acumulou novas funções e passou a ter sob a sua alçada a incumbência de estimular e regulamentar a prática turística¹²².

Sob a tutela do SPN/SNI as preocupações que haviam ecoado no I Congresso de Turismo em 1936, relacionadas com questões estruturais, de higiene, de asseio e de disparidade entre o turismo internacional e doméstico¹²³, granjearam uma configuração mais formal e desaguaram numa política oficial que potenciou os “Grandes Valores Turísticos Nacionais.”¹²⁴

Para António Ferro as questões estruturais de alojamento e do «Bom-gosto» adquiriram ênfase nas diretivas desenvolvidas para o turismo e, entre um espírito experimental e a busca de novas estruturas turísticas orientadas para o público interno de baixas rendas, para quem os *Hotéis Palace* e os *Estoris* edificados não faziam sentido¹²⁵, assistiu-se em território nacional a uma alteração profunda dos equipamentos hoteleiros, onde se privilegiaram os hotéis de pequenas dimensões e se promoveu a conceção de um programa de pousadas, distribuídas de Norte a Sul do país¹²⁶. Erigindo-se em estruturas de dimensões reduzidas que priorizavam o asseio e conforto familiar ao luxo e aparato dos *Palace*, estes equipamentos alicerçaram-se teoricamente em princípios de desenvolvimento pessoal e investimento regional, e promoveram a exploração de formulários históricos e vernaculares com maior ou menor liberdade inventiva¹²⁷.

Apresentando-se como “grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídos de todo o falso luxo e sem a falsa pretensão de imitar caricatamente os hotéis urbanos de categoria”¹²⁸, os hotéis de média e pequena dimensão, inseridos de modo geral na classificação da terceira classe, foram desenvolvidos segundo as tónicas de higiene e simplicidade defendidas pelo SPN¹²⁹ e implantaram-se um pouco por todo o território nacional.

¹²² ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro, A vertigem da palavra- Retórica, Política e Propaganda do Estado Novo*. 2013, p. 226.

¹²³ CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 131.

¹²⁴ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 374.

¹²⁵ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 424.

¹²⁶ ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro, A vertigem da palavra- Retórica, Política e Propaganda do Estado Novo*. 2013, p. 263.

¹²⁷ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 702.

¹²⁸ Notícias Ilustrado. Edição semanal do *Diário de Notícias*. Ano VI, Série II, N.º 268 (30 de julho de 1933) p. 9 Apud CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 192.

¹²⁹ CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 192.

Sem ignorar os projetos do concurso Hotel Modelo veiculados pelo periódico *O Notícias Ilustrado*¹³⁰, estas unidades hoteleiras, com baixa capacidade de ocupação, separaram áreas funcionais de áreas privadas, reservando ao primeiro piso as áreas comuns e aos restantes as áreas mais privadas¹³¹.

As áreas comuns, não obstante a existência de exceções, foram guarnecidas com uma entrada, tão ampla quanto possível, uma sala de estar, proporcional à sua ocupação total, e outras funcionalidades, como a cozinha, a copa e a lavandaria. As áreas de índole privada, por sua vez, foram munidas com quartos e casas-de-banho, sendo obrigatório existir uma por piso e por cada grupo de 20 quartos¹³². Reforçando a ideia de que os hotéis eram educadores populares e sociais¹³³, importa referir que o asseio que se exigia nos espaços arquitetónicos também se transpunha para as louças, para as roupas e para os uniformes dos funcionários das estruturas hoteleiras¹³⁴.

Os quartos, destinados aos utentes, contavam com amplas janelas, pavimentos impermeabilizados, mobiliário modesto, mas ainda assim confortável, boas instalações elétricas, dotadas de interruptores de luz à entrada da porta e junto das camas para poderem ser utilizados pelos hóspedes, mesmo quando deitados. Poderiam ainda ser equipados com lavatórios e *bidés*, tanto quanto possível resguardados. A cozinha, a despensa e a copa deveriam ser colocadas no piso funcional, geralmente o piso do rés-do-chão, de modo a não transmitirem os seus odores pelos corredores e restantes espaços de convívio, mantendo todas as condições de asseio. No caso de serem compostas por mais de três andares, a legislação que regulamentava estas infraestruturas aconselhou que elas fossem dotadas de ascensores¹³⁵.

¹³⁰ Pretendendo concentrar numa publicação “a teorização da arquitetura hoteleira ao serviço do regime”, o periódico *Notícias Ilustrado*, em 1933, produziu, em articulação com o Conselho Nacional de Turismo, a CP e o Diário de Notícias, um concurso, e consecutiva exposição, do Hotel Modelo. Este concurso, regulamentado por Raul Lino, pretendeu encontrar o modelo hoteleiro ideal de oito regiões de Portugal continental e contou com a participação de arquitetos bolsiros do Conselho Nacional de Turismo. Sobre a temática cfr. CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento, p. 194-196.

¹³¹ Considerações sobre o Decreto-lei nº 19101, de 4 de Dezembro de 1930. Lisboa, 19 de novembro de 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480, [pt. 2/1].

¹³² Considerações sobre o Decreto-lei nº 19101, de 4 de Dezembro de 1930. Lisboa, 19 de novembro de 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480, [pt. 2/1].

¹³³ CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento.

¹³⁴ Considerações sobre o Decreto-lei nº 19101, de 4 de Dezembro de 1930. Lisboa, 19 de novembro de 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480, [pt. 2/1].

¹³⁵ Considerações sobre o Decreto-lei nº 19101, de 4 de Dezembro de 1930. Lisboa, 19 de novembro de 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480, [pt. 2/1].



Fig. 4 - Hotel do Facho. Década de 1940. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho.

A ação do SPN/SNI em torno dos hotéis de pequenas dimensões desenvolveu-se, sobretudo, ao nível da legislação e da regulamentação dos espaços. Articulando a Política do Espírito com a campanha do «Bom-gosto» e os decretos-lei produzidos para a hotelaria, o Secretariado classificava os estabelecimentos hoteleiros e assegurava a sua fiscalização ao nível da higiene, do gosto e dos preços aplicados, podendo ditar o encerramento dos espaços em caso de incumprimento. Conquanto, e apesar de funcionar como um organismo de superintendência e uniformização, a intervenção do regime, na figura do SPN, no caso hoteleiro foi menor do que a alcançada no projeto das pousadas, principalmente no que toca a financiamento e planeamento.

O projeto das pousadas foi avançado pela primeira vez no I Congresso de Turismo, em 1936, perante a necessidade de se conceberem infraestruturas, em pontos de passagem, capazes de oferecer alojamento cómodo, mas económico ao excursionista cada vez mais frequente em território nacional. Segundo Francisco Lima, as pousadas deveriam ser instalações simples, higiénicas, onde o turista ou excursionista pudesse permanecer e alimentar-se num ambiente de repouso e conforto que não acarretasse muitos gastos, permitindo a todos os portugueses, bem

como a estrangeiros, usufruir dos novos hábitos de fim-de-semana e das vantagens que esses hábitos lhes trariam ao nível económico e social¹³⁶.

Tendo como objetivo principal desenvolver a indústria local e o turismo, ambos ainda incipientes, o projeto de pousadas apresentado por Lima defendia a adaptação de edifícios pré-existentes, de cunho regional, ao conforto e à exigência do turismo do novo regime, a preços comportáveis pelos excursionistas de baixas rendas. Os edifícios, apetrechados com mobiliário simples e, sempre que possível, de inspiração regional, deveriam conter no máximo 10 quartos, casas-de-banho com água quente e localizadas de preferência junto da cozinha para reduzir canalizações e odores, uma sala de estar, munida com uma lareira ou um pequeno fogão para os períodos de Inverno que poderia servir, em simultâneo, de sala de jantar, bem como instalações de cozinha, copa, lavandaria, quartos de funcionários e garagem para 3 carros no mínimo¹³⁷.

Visando exaltar o que se entendia como o estilo português “moderno, forte, novo, saudável” que vinha “do passado sacudindo a poeira do caminho”¹³⁸ e repercutindo os ecos lançados em 1936 por Francisco Lima, Oliveira Salazar instituiu, em 1938 através da nota oficiosa que anunciava as comemorações do duplo Centenário da Fundação e Restauração Nacional, a construção de um “certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou (...) das necessidades de quem”¹³⁹ viajava e passeava¹⁴⁰ que seriam entregues ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) e ao Secretariado de Propaganda Nacional¹⁴¹.

Iniciado na década de 1940 com a pousada de Óbidos, este primeiro programa de pousadas, contando com a participação dos arquitetos Miguel Jacobetty Rosa, Rogério de Azevedo e Veloso Reis Camelo¹⁴², contemplou a conceção de oito estruturas regionais dotadas de um conforto e familiaridade que emergia da suavidade dos seus tons e do “arranjo harmonioso do lar ocasional”¹⁴³ que, embora pertencendo a todos os turistas, contribuía para

¹³⁶ LIMA, Francisco – Pousadas. I Congresso de Turismo. IV secção. Lisboa: 1936, p. 5.

¹³⁷ LIMA, Francisco – Pousadas. I Congresso de Turismo. IV secção. Lisboa: 1936, p. 5.

¹³⁸ FERRO, António – Carta aberta aos portugueses de 1940. Comemorações Centenárias: Programa Oficial. Lisboa: Seção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940. p. 283. Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 465.

¹³⁹ Nota Oficiosa da Presidência do Conselho. Diário de Notícias, 27 de março de 1938. Apud LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 43.

¹⁴⁰ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 43.

¹⁴¹ ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro, A vertigem da palavra- Retórica, Política e Propaganda do Estado Novo*. 2013.

¹⁴² LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 43.

¹⁴³ FERRO, António – Carta aberta aos portugueses de 1940. Comemorações Centenárias: Programa Oficial. Lisboa: Seção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940. p. 283. Apud LOBO,

que cada um reconhecesse nelas a sua própria habitação e não um hotel¹⁴⁴. Anunciando os princípios estéticos almejados para as pousadas nacionais, a Estalagem do Lidador, enquanto primeiro edifício do programa, adquiriu um carácter experimental que aliou arte popular com pragmatismo funcional e simplicidade¹⁴⁵.



Fig. 5 – Pousada de Santa Luzia, Elvas, 1942. Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Vol. 3, nº 21 (junho 1944).

Conjugando beirais, arcadas, alpendres e portadas de configuração regional, com volumes geométricos puros (cilíndricos e prismáticos), os edifícios destinados às pousadas de Elvas (1942), São Brás de Alportel (1944), Serém (1942), Marão (1942), Alfeizerão (1943), Santiago do Cacém (1945) e Manteigas (1948) enfatizaram a vertente tradicional, sem descurar a inovação técnica e a projeção cénica no espaço envolvente¹⁴⁶, e beneficiaram uma organização

Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 465.

¹⁴⁴ Discurso do Director do Secretariado de Propaganda Nacional. Sede do S.P.N., 27 de março de 1943. Apud LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*. 1ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 39.

¹⁴⁵ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 43.

¹⁴⁶ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 46.

hierarquizada e funcional dos espaços, separando, sempre que possível, áreas privadas, comuns e funcionais por pisos.

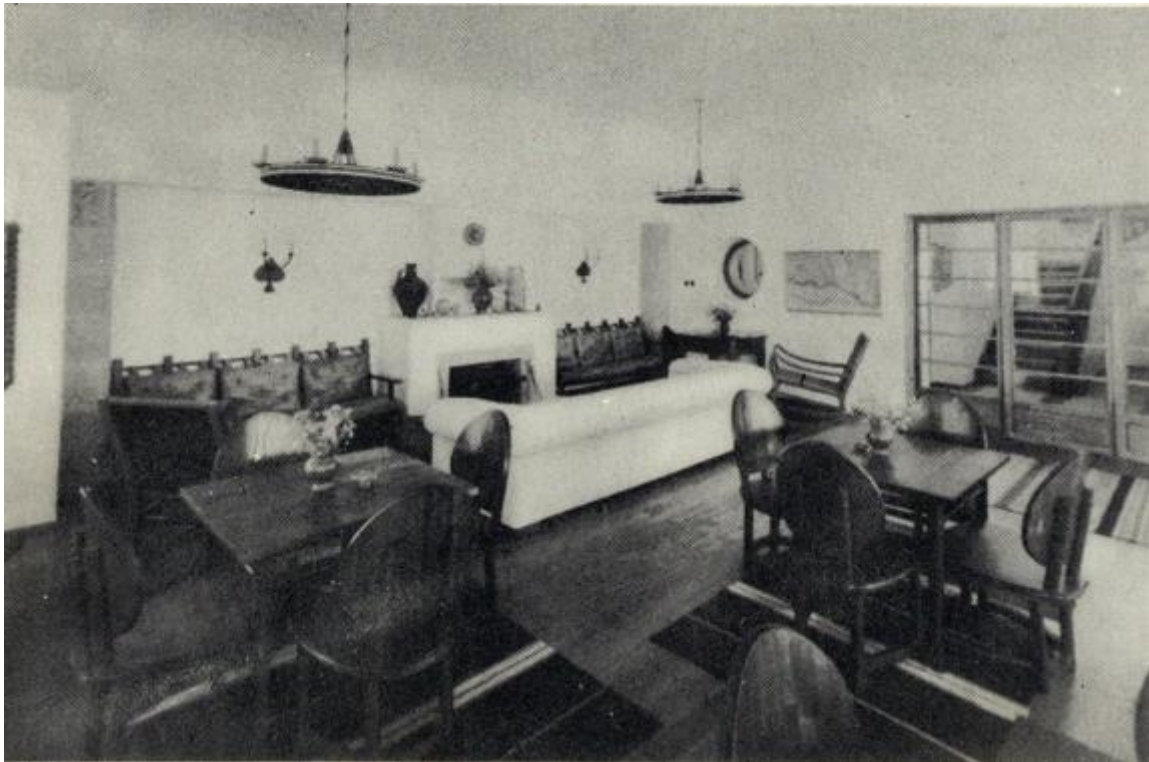


Fig. 6 – Interior Pousada de S. Brás de Alportel. Panorama. *Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Vol. 3, nº 21 (junho 1944). p. 24.

Concedendo às escadas um papel central na demarcação e separação dos espaços, as primeiras pousadas, enquanto edificações de pequenas dimensões, organizaram-se, de modo geral, em dois pisos. Na qualidade de área privilegiada de receção, o rés-do-chão destinou-se a abranger zonas comuns e funcionais como a sala de jantar, a cozinha, a copa e dependências para funcionários, ao passo que o segundo andar se reservou aos quartos e áreas mais privadas. De modo excecional, nas pousadas do Marão e do Serém, projetadas por Rogério de Azevedo, o ajuste à topografia permitiu a introdução de mais um andar, junto da encosta, que se revelou fundamental para hospedar quartos dos funcionários e áreas de suporte, tornando mais amplo o piso térreo reservado à cozinha, à copa e à sala de jantar, que encontrou nestas estruturas um papel de relevo¹⁴⁷.

De facto, permitindo os avanços e recuos dos volumes e a plasticidade dos materiais utilizados, as salas de jantar panorâmicas e semicirculares, ainda que com oscilações, apresentaram-se como imagem de marca da arquitetura do primeiro grupo de pousadas.

¹⁴⁷ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 46-49.

Estimulando a inserção, quer interna, quer externa, delareiras, varandas e esplanadas adstritas a si e conferindo-lhes funcionalidade e sentido estético, as salas de jantar, principalmente da pousada de São Brás de Alportel, Santiago do Cacém e Manteigas, aliaram tradicionalismo com modernidade e mediaram a relação do utente com o espaço envolvente, funcionando como uma extensão suave e amena do edifício que se aproximava da paisagem¹⁴⁸.

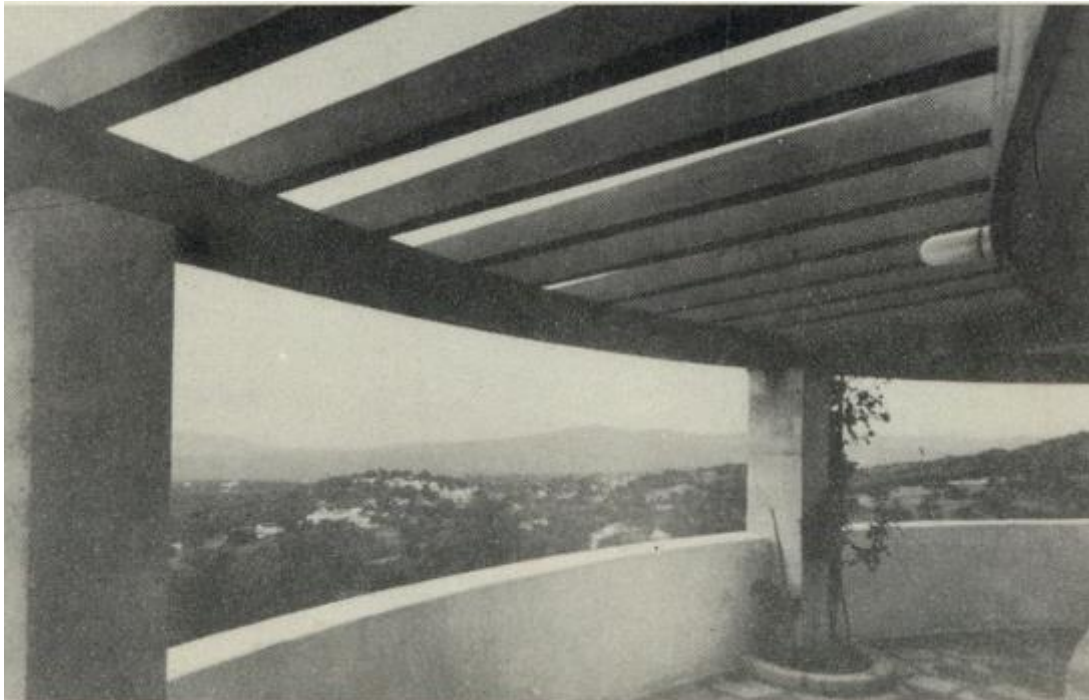


Fig. 7 – Pousada de S. Brás de Alportel. Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Vol. 3, nº 21 (junho 1944), p. 24.

Cumprindo as pretensões do diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, as primeiras oito pousadas nacionais, erigidas entre 1942 e 1948 como “maquetas animadas, espalhadas pelo país” de “conforto rústico” que fugiam “à monótona standardização” e permitiam extrair “ensinamentos (...) e desenvolver certas ideias”¹⁴⁹ incitaram o governo a investir num segundo programa, de feição histórica e regional, que contou com a participação da nova geração de arquitetos¹⁵⁰. Assim, na década 1950, procurando potenciar novos ensaios

¹⁴⁸ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 49-50.

¹⁴⁹ Discurso do Director do Secretariado de Propaganda Nacional. Sede do S.P.N., 27 de março de 1943. Apud LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*. 1ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 39.

¹⁵⁰ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 474.

arquitetónicos em torno do conceito de «Pousada», o segundo programa, sob a tutela da DGEMN, construiu-se alicerçado em edifícios com maior complexidade funcional¹⁵¹.

Contando com novas áreas de convivência, como salas de estar, bar, biblioteca e salas de leitura, que abriram caminho para um entendimento diferenciado da disposição espacial interna, estas pousadas privilegiaram uma organização funcional e hierarquizada menos rígida do que as primeiras, contornando a separação vincada de áreas privadas, comuns, e funcionais por pisos. Ainda no domínio interno e numa perspetiva comparativa, importa mencionar que também a relação do espaço com a ornamentação se alterou do primeiro para o segundo programa. Afastando-se do folclore decorativo imposto pelo SPN/SNI para as primeiras, a ornamentação das pousadas do segundo programa tornou-se mais consonante com a zona de implantação e a própria paisagem envolvente pretendendo compor um ambiente idealizado¹⁵².

Apesar de desenvolvidas com o objetivo de trabalhar as assimetrias regionais, as pousadas da década de 1950, erigindo estruturas de Norte a Sul do país na área interior, marginalizaram a zona litoral. Na realidade, para a faixa litoral balnear foram projetadas quatro pousadas em Aveiro, Nazaré, Sagres e Arrábida, das quais só duas foram materializadas, não obtendo, no entanto, o destaque pretendido. Afinal o litoral parecia estar reservado ao investimento privado e às colónias de férias¹⁵³.

2.2 «Construção da Alegria Nacional» – A FNAT e o projeto inicial das colónias de férias

¹⁵¹ LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*, 2007, p. 76.

¹⁵² LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 476.

¹⁵³ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 478.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, alguns republicanos e filantropos, como Afonso Costa¹⁵⁴ e Francisco Grandela¹⁵⁵, defenderam, envoltos em preocupações sociais e assistencialistas, ser imprescindível criar estruturas voltadas para o tratamento e internamento de crianças e idosos infetados com tuberculose, como sanatórios, preventórios, asilos e colónias de férias¹⁵⁶. Essas preocupações ganharam um novo intento com a implantação da I República que, atendendo às inquietações demonstradas até então, e considerando impreterível investir no “processo massificado da ideia de “educação sanitária””¹⁵⁷, estabeleceu, em 1911, a promoção “de «colónias de férias, campestres e marítimas» e «escolas ao ar livre, durante a época própria, para as crianças débeis ou doentes»”¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Professor Universitário e Advogado, Afonso Costa foi uma figura de relevo no panorama da política Nacional. Defensor da causa republicana desde jovem, este ficou reconhecido pela efusividade, por vezes agressiva, com que se insurgiu contra a monarquia e pelo seu intenso contributo para a laicização do Estado, ao redigir, em 1911, a Lei da Separação do Estado e das Igrejas. Sobre a sua vida e obra cfr., entre outros: MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1972; MENESES, Filipe Ribeiro de. - *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Dom Quixote, 2015; SOUSA, Jorge P. - Existiu uma fração socialista no Partido Republicano? Os casos paradigmáticos de Magalhães Lima e Afonso Costa. *Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. Vol. XVIII, n.º 2 (2013), p. 1-45; SOUSA, Jorge P. - Afonso Costa e Manuel Teixeira Gomes na missão que negociou em Londres, no verão de 1916, as condições financeiras para a participação de Portugal na I Guerra Mundial. Na proto-história da integração europeia. *Revista Universitária de História Militar*. Vol. III, N.º 5 (2014), p. 11-34; SOUSA, Jorge P. - Afonso Costa e a Refundação do Partido Republicano Português (1910-1920). O Congresso de Lisboa, de 27 a 30 de outubro de 1911. *Vila Nova*: n.º 6 (2018), p. 1-12.

¹⁵⁵ Enquanto republicano ativo, Francisco Grandela patrocinou e apoiou categoricamente o movimento contra a monarquia, abrigo no seu palacete diversos republicanos evadidos depois do regicídio. Após a queda da monarquia e a implantação da I República, Grandela continuou a doar-se à causa republicana encarando-a como uma missão de vida. Ao longo dos primeiros anos do regime Republicano, Francisco Grandela disponibilizou os seus bens “avaliados por ele próprio em 5800 contos – para a obtenção de crédito no estrangeiro, para além da oferta de escolas que ia construindo”; em 1912, pensando na população da Foz do Arelho, doou a capela da sua propriedade, sob invocação à santa Matilde, para que esta fosse convertida na casa do Povo; e ajudou “durante a Grande Guerra (...) a Câmara Municipal das Caldas a resolver problemas de abastecimento de pão”. Importa ainda referir que as relações de amizade deste republicano, com nomes importantes da política nacional, levaram até à Foz do Arelho personalidades como Afonso Costa. De facto, conferindo à região um momento de intervenção direta na vida política do país e reforçando o seu relevo nas políticas locais, em 1911, Afonso Costa instalou-se durante um mês no Palacete Grandela, enquanto ultimava “a famosa lei da separação da Igreja e do Estado”. Pese embora, tendo falecido em 1934, a figura de Francisco Grandela, o seu percurso de vida e a sua influência na Foz do Arelho tornam-se, de igual modo, relevantes para a presente dissertação, já que, em 1939, a FNAT adquiriria o palacete à sua família para nele instalar a colónia balnear infantil Dr. Marechal Carmona. A partir dessa data, novas dinâmicas políticas começaram a ecoar na Foz do Arelho e a impor um novo redesenho do espaço, onde não mais cabia a memória do espírito republicano. Cfr. TRANCOSO, Vasco – *Grandela e a Foz do Arelho*. 2ª edição. Caldas da Rainha: Cadernos de História Local, 2009.

¹⁵⁶ SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 47.

¹⁵⁷ SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 37

¹⁵⁸ VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri. 2010, p. 27.

No entanto, e apesar de reconhecida a importância destas estruturas para o desenvolvimento equitativo da sociedade, o apoio facultado pelo regime republicano, pela Assistência Nacional aos Tuberculosos, pelas Misericórdias e Juntas de Freguesia¹⁵⁹ mostrou-se incipiente, acabando o projeto por continuar a depender da iniciativa privada¹⁶⁰. Deste modo, e no que remete para as colónias de férias, até à instituição do Estado Novo¹⁶¹ os exemplos mais marcantes de investimento ficaram a cargo da iniciativa particular. Neste âmbito, cumpre destacar, a título de exemplo, a colónia balnear infantil da Cruz Quebrada¹⁶² e a colónia balnear infantil *O Século*¹⁶³.

Já num contexto político díspar, em Lisboa, no ano de 1933, a propósito da formulação dos seus estatutos, o sindicato nacional dos empregados bancários da região recuperou a ideia de criar uma «obra» que se responsabilizasse pelo período pós-laboral. Adstrito a esta obra, nos anos seguintes, o sindicato promoveu uma série de atividades e parcerias, de índole social e cultural, que pretendiam instigar e justificar a necessidade da sua formação¹⁶⁴.

Com efeito, após a inauguração da primeira cantina para associados, em dezembro de 1934, e em articulação com outros organismos sindicais do distrito, o sindicato de empregados

¹⁵⁹ SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 301.

¹⁶⁰ Sobre esta temática cfr., entre outros: FERREIRA, Francisco Gonçalves - *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990; SERRA, Augusto Paes da Silva Vaz - *Sanatórios marítimos: sua importância na profilaxia e tratamento da tuberculose*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930; ASSISTÊNCIA, Direção Geral de - *Instituições particulares de protecção à Infância existentes na cidade de Lisboa*. Lisboa: Direção Geral de Assistência, 1931; SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013.

¹⁶¹ Onde o patrocínio estatal começou realmente a ganhar relevância nestas matérias, contando com apoio insistente de Pedro Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, que, entre outras ações, desde cedo primou por estreitar laços com as restantes obras similares fascistas (VALENTE, 2012, p. 231-232).

¹⁶² “(...) a Colónia Balnear Infantil da Cruz Quebrada que possibilitava “banhos, alimentação e dormida por turnos de 400 crianças durante 15 dias na praia da Cruz Quebrada e ainda bibes, alpargatas, meias e chapéus de palha”” – ASSISTÊNCIA, Direção Geral de - *Instituições particulares de protecção à Infância existentes na cidade de Lisboa*. 1931. p. 7 Apud SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 301.

¹⁶³ Elaborada por iniciativa de João Pereira da Rosa, diretor do Jornal que lhe atribuiu nomenclatura, em 1927, a colónia O Século erigiu-se com o propósito de apoiar as crianças carenciadas de todo o país. Apresentando dificuldades económicas ao longo dos anos, no decorrer da década de 1940, a colónia recebeu verbas do Conde Monte Real para a aquisição de um terreno que permitisse a construção de um novo edifício, com cerca de 8 mil metros quadrados. Assim, ficando ao encargo do Arquiteto Inácio Peres Fernandes, a colónia auferiu novas instalações na zona mais privilegiada de Cascais, junto à Avenida Marginal de S. Pedro do Estoril, contando com acesso direto à praia, onde os seus utentes poderiam praticar desportos e usufruir de estadia à beira-mar. Durante a II Guerra Mundial, a colónia desempenhou um papel relevante ao acolher crianças refugiadas, algumas delas de descendência judia. Cfr. LOUREIRO, Cátia Filipa Caldas – *Turismo e inclusão Social: “O Caso das crianças desfavorecidas”*. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. 2014. Dissertação de Mestrado, p. 63-70.

¹⁶⁴ VALENTE, José Carlos - *A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 231-232.

bancários apresentou à “6ª comissão do centro de estudos corporativos da União Nacional, dedicado aos sindicatos nacionais”¹⁶⁵, um projeto para a construção de uma estrutura de férias. Posteriormente à aprovação do projeto, a comissão, à data presidida por Higinio Queiroz, constituiu, em janeiro de 1935, a formação de uma obra dedicada à colónia de férias, composta por duas comissões, uma organizadora e uma executiva¹⁶⁶.

Em março, do mesmo ano, o projeto foi apresentado a Oliveira Salazar e este concedeu um terreno na mata da Caparica para que nele se erigisse a colónia. A concessão feita pelo Presidente do Conselho fundamentou a ampliação da obra apresentada inicialmente, e converteu-a, a 13 de junho, numa iniciativa mais vasta, ainda que «modesta», de «valorização do trabalho nacional»¹⁶⁷ denominada de Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)¹⁶⁸.

Assim, projetando-se como uma organização corporativa de índole cultural, social e artística que complementava a instrução primária e as ações de propaganda e opressão do regime¹⁶⁹, a FNAT nasceu de uma necessidade de “fomentar, educar e distrair o corpo e o espírito dos que trabalham”¹⁷⁰ detendo um peso preponderante na vida do trabalhador nacional.

Segundo o Decreto-lei n.º 25 495, de 13 de junho de 1935,

“A organização corporativa da Nação não deve limitar os seus objetivos ao campo das preocupações de ordem meramente material. Por muito graves e instantes que sejam as solicitações de alguns problemas económicos do momento presente, há que alargar os horizontes do nosso esforço. Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa, mas não seria conseguida a sua vitória mais alta: a transformação profunda da nossa

¹⁶⁵ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012 p. 232.

¹⁶⁶ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 232.

¹⁶⁷ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1039 Apud VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958), 2012, p. 232.

¹⁶⁸ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 232-233.

¹⁶⁹ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001).

¹⁷⁰ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

mentalidade, o revigoramento de todos os laços e de todos os sentimentos que mantêm a comunidade nacional e a perpetuam através dos tempos. (...) É preciso estimular o ambiente de puro idealismo em que tais instituições se criaram, manter acesa a chama do entusiasmo e da confiança que o pensamento social do Estado Novo Corporativo fez reacender na consciência das massas trabalhadoras.”¹⁷¹

Apresentando-se como “uma pessoa moral, nos termos do artigo 37º do Código Civil, podendo exercer todos os direitos civis necessários ou convenientes à realização do seu fim”¹⁷², a FNAT, consolidada com o patrocínio estatal no regime de Fundação, conheceu os seus primeiros estatutos em 1935. Apesar de pouco rígidos, estes estatutos, outorgados pelo Presidente do Conselho, limitaram os direitos e deveres da organização no panorama nacional. A título de exemplo, estes restringiram os elementos que estariam aptos a ser seus associados, estipularam as proveniências das suas receitas e definiram a constituição da sua administração e as suas incumbências, que se encontravam diretamente ligadas ao Estado e seriam condicionadas pela Constituição e pelo Estatuto do Trabalho Nacional¹⁷³.

Segundo os estatutos, a direção da FNAT, regulada pelo Estado¹⁷⁴ através do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social¹⁷⁵, seria constituída por dois órgãos administrativos, a Comissão Central e Comissão Administrativa. A Comissão Central (C.C), reforçando a presença do Estado na Fundação, seria composta por António Oliveira Salazar, Pedro Teotónio Pereira, António Júlio de Castro Fernandes e Jaime Ferreira, e presidida pelo General António Óscar Fragoso Carmona¹⁷⁶. A esta Comissão seria designado o dever

¹⁷¹ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 857.

¹⁷² Artigo 5º, Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷³ “Artigo 2.º A F.N.A.T. tem por fim aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação moral.

Artigo 3.º A F.N.A.T. reconhece e acata a organização corporativa nacional, limita a sua acção aos trabalhadores inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas de Povo e as suas famílias e condiciona a sua orientação pelos princípios expressos na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷⁴ “Artigo 6.º O Estado superintende na administração e na acção da F.N.A.T., por intermédio do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷⁵ Importa referir que, ao longo dos anos, a influência do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, e mais tarde o Ministério das Corporações, será decisiva para o curso da Fundação e influenciará todos os domínios das suas obras, incluindo a aprovação ou não dos projetos arquitetónicos das colónias de férias.

¹⁷⁶ “Artigo 7.º A direcção e administração da F.N.A.T. competem a uma comissão central, que terá por Presidente o General António Óscar Fragoso Carmona e por membros efectivos o António de Oliveira Salazar, o licenciado

exclusivo de dirigir a FNAT¹⁷⁷, de nomear os recursos humanos necessários às funções e atividades por si desenvolvidos¹⁷⁸, de admitir os sindicatos aderentes e entre eles os seus bemfeitores¹⁷⁹, bem como outorgar a instituição e, conseqüente possível, destituição de uma Comissão Administrativa¹⁸⁰.

Constituindo-se como um complemento da C.C, a quem devia total obediência, a Comissão Administrativa (C.A)¹⁸¹, composta por um máximo de cinco elementos que cumpririam mandatos de um ano, encontrava-se incumbida de tutelar os bens, materiais e imateriais, da Fundação e de promover atividades e/ou organismos periféricos que, aprovados

em matemática Pedro Teotónio Pereira, António Júlio de Castro Fernandes e Jaime Ferreira.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷⁷ “Artigo 9.º A direção da F.N.A.T. é da competência exclusiva da comissão central.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷⁸ “Artigo 11.º A comissão central poderá nomear ou contratar o pessoal técnico ou de secretaria que seja necessário aos serviços da F.N.A.T.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁷⁹ “Artigo 16.º São aderentes efectivos da F.N.A.T. todos os Sindicatos Nacionais e Casas do Povo que se proponham como tais à comissão central e sejam por ela admitidos.

Artigo 17.º Os aderentes efectivos da F.N.A.T. têm por dever contribuir financeiramente para ela, pertencendo-lhes, porém, o direito de beneficiar da sua acção.

§ único. A contribuição dos aderentes efectivos da F.N.A.T. revestirá a forma de cotização mensal e será proporcional ao número dos seus membros segundo uma taxa a fixar em cada ano pela comissão central.

Artigo 18.º A acção e benefícios da F.N.A.T. podem excepcionalmente, por determinação da comissão central, estender-se aos membros dos Sindicatos Nacionais e Casas do Povo que não sejam aderentes efectivos.

Artigo 19.º São aderentes bemfeitores da F.N.A.T. as Uniões Federações e Grémios Patronais que se proponham como tais à comissão central e sejam por ela admitidos.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁸⁰ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 857-859.

¹⁸¹ “Artigo 12.º Compete à comissão administrativa a administração dos fundos e propriedades da F.N.A.T., bem como a execução fiel das diretrizes e planos de acção da comissão central.

§ 1.º para efeito da primeira parte deste artigo os membros da comissão administrativa são civil e criminalmente responsáveis pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício das suas funções, dando anualmente contas da sua gerência à comissão central.

§ 2.º A responsabilidade dos membros da comissão administrativa só cessa pela aprovação do relatório e contas da gerência respectiva pela comissão central;

Artigo 13.º A comissão administrativa, precedendo autorização da comissão central, poderá:

- a) Constituir as comissões de técnicos especializados que forem necessários à organização e direcção das iniciativas da F.N.A.T.;
- b) Elaborar os regulamentos da organização interna e serviços;
- c) Instalar delegações da F.N.A.T. nas capitais de distrito do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas;
- d) Promover a criação de organismos periféricos autónomos de carácter desportivo, musical, dramático ou de beneficência, bem como a federação dos já existentes, de forma a facilitar e a expandir a acção da F.N.A.T.;
- e) Realizar todas as iniciativas que, embora não previstas neste estatuto, sejam necessárias ou convenientes à realização do fim da F.N.A.T.

Artigo 14.º A comissão central poderá a todo o tempo retirar o mandato à comissão administrativa ou a qualquer dos seus membros.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

pela sua superiora hierárquica, fossem a si convenientes, sendo por todas elas criminalmente responsável¹⁸².

Face ao mencionado até então e devendo a Fundação auxiliar o regime no enquadramento ideológico dos trabalhadores nacionais, inseridos no que se rotulava como o “meio hostil e perigoso da fábrica e da cidade” e expostos “à influência deletéria da «taberna»¹⁸³, os estatutos, promulgados em Diário de Governo, deferiram ainda, em linhas gerais, os seus principais meios de atuação¹⁸⁴.

Divididos em duas vertentes distintas, uma de ordem psicológica e moral e outra de ordem física, esses meios, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-lei n.º 25 495¹⁸⁵, concederam à Fundação a possibilidade de fomentar diversas atividades de natureza cultural, desportiva e recreativa. Citem-se, a título de exemplo, excursões e visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de particular interesse para a história nacional; demonstrações desportivas e a construção de estádios; cursos de ginástica e educação física, bem como de cultura profissional, geral e musical; organização de conferências, horas de música e teatro; e, ainda, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas diárias¹⁸⁶.

Verifique-se ainda que os meios e atividades mencionados anteriormente, almejando o desenvolvimento psicomotor dos seus associados e o incremento local sustentável¹⁸⁷, tornaram a FNAT um importante propulsor do turismo social, ao expandir as suas aplicabilidades em

¹⁸² Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁸³ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1046.

¹⁸⁴ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁸⁵ “Artigo 4.º São meios de acção da F.N.A.T.:

Em ordem a um maior desenvolvimento físico:

- a) Organizar colónias de férias;
- b) Promover passeios e excursões;
- c) Promover, estimular e organizar desafios, demonstrações atléticas e destas desportivas;
- d) Criar cursos de ginástica e educação física.

Em ordem à elevação do nível intelectual e moral:

- a) Organizar conferências, horas de música e de teatro, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas diárias (dez minutos da F.N.A.T.);
- b) Promover visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de interesse histórico, intelectual ou técnico;
- c) Instalar bibliotecas populares;

Criar cursos de cultura profissional ou geral, música e canto coral.” Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁸⁶ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

¹⁸⁷ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

território nacional e financiar a edificação de um certo número colónias de férias, vocacionadas para os trabalhadores e para a sua família.

De facto, apesar de ter tornado mais abrangente e expansiva a ideia traçada em 1934 para as atividades pós-laborais, a instituição da FNAT não anulou a vontade de fomentar em território nacional a construção de uma colónia de férias. Na verdade, a Fundação ampliou a execução da própria obra, tutelando a gestão da colónia «Um Lugar ao Sol», já delineada em 1935 para a Costa da Caparica, e patrocinando a edificação de outros projetos similares dedicados ao público infantil. Deste modo, sem secundarizar as responsabilidades e a relevância da obra da Caparica, orientada para famílias e público adulto, importa mencionar que a FNAT, durante os seus primeiros anos, direcionou o investimento no domínio das colónias de férias para a área infantil, promovendo a instituição de colónias balneares, em Vila Nova de Gaia, Matosinhos e na Foz do Arelho, destinadas para os filhos dos seus beneficiários¹⁸⁸.

Inspiradas no modelo das suas congéneres desenvolvidas pela OND e esmiuçando os protótipos nacionais das colónias balneares infantis, onde a colónia *O Século* adquire particular destaque, as colónias balneares infantis da FNAT acolheram durante o verão, em turnos de quinze dias, os filhos dos seus associados, oferecendo-lhes serviços médicos, alimentação e atividades didáticas, dentro e fora do seu recinto, instigando-os a desenvolver um comportamento exemplar e moralmente são¹⁸⁹.

Estereotipadas, ainda na atualidade, como «as crianças dos chapéus de palha», que se deslocavam para as colónias de comboio [Fig. 8] e preenchiam os areais da praia da Aguda e do Monte do Facho, os colonos destas infraestruturas de veraneio da FNAT à chegada, um pouco à semelhança do modo de procedimento das colónias infantis italianas, eram submetidos a uma inspeção médica e a uma uniformização, trocando as suas roupas pelos uniformes fornecidos pelas colónias. Uma vez homogeneizados, os utentes eram distribuídos pelo espaço da colónia de forma ordeira e, sempre que possível, hierarquizada, havendo um escrupuloso cuidado para diferenciar gêneros e funções.

¹⁸⁸ “Desejaríamos dispor de meios para proporcionar vida higiénica, no campo, no mar, e na cidade, a um grande número de pessoas, dando-lhes colónias de férias marítimas, ou de serra, facultando-lhes cursos de ginástica e desportos nacionais, para os intervalos do trabalho.” Carta da Comissão administrativa, s/d. Arquivo INATEL, Apud VALENTE, José Carlos - *A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 236.

¹⁸⁹ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.



Fig. 8 – Partida para as colónias balneares infantis da FNAT - ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº20 (1946).

Após a instalação, e ao longo dos quinze dias correspondentes a cada turno, os usuários eram sujeitos a uma extensa programação que visava promover a sua elevação física e moral. Existindo um particular investimento no «ensino da moral cristã», as crianças, demonstrando-se à chegada muitas vezes «turbulentas» e apartadas dos “mais elementares princípios da religião cristã”¹⁹⁰, eram convidadas, entre estadias na praia, atividades desportivas e refeições monitorizadas, a participar em palestras e missas dominicais ministradas pelos assistentes das colónias, com quem desenvolviam um espírito de companheirismo, e por sacerdotes das dioceses onde estas estruturas veraneantes se inseriam¹⁹¹.

¹⁹⁰ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

¹⁹¹ “É digno de registo o carinho e dedicação que os assistentes dispensaram as crianças, de tal forma que estas tinham por eles uma grande ansiedade e um elevado espírito de camaradagem. A missa dominical na capela da colónia a que assistiam todas as crianças, era também ouvida por muitos veraneantes daquela praia; tendo o produto dos donativos feitos pelos fiéis atingido o montante de ESC. 402\$95 que reverteu a favor da Igreja do lugar da Foz do Arelho. O comportamento geral das crianças pode considerar-se exemplar. Entre elas algumas havia que, de princípio, mostravam-se turbulentas, mas passados dias, primavam pela correção, devido ao atento cuidado das vigilantes.” Relatório do funcionamento da Época Balnear de 1944. Colónia balnear infantil «General Carmona», 1944. Correspondência 1940-1966. Arquivo Histórico INATEL. Cota – 599 - I6.



Fig. 9 – Crianças das colónias balneares infantis da FNAT - ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Funda o Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, n  33 (1947), p. 245.

Importa referir que, suprimindo temporariamente os usuários dos seus seios familiares em favor dos ideais do regime e valores nacionais, as colónias balneares infantis complementaram o “investimento da «educa o nacional» na massifica o do ensino primário”¹⁹². Esclareça-se que estas estruturas vinculadas ao turismo social, desenvolvidas a cima de tudo para as “crianças das massas trabalhadoras que, vivendo no campo ou na serra, necessitam da benfezeira ac o climática da beira-mar”¹⁹³, tornaram-se eficientes instrumentos de inculca o ideológica, reforçando o papel educativo e totalitário do Estado.

De facto, o regime, considerando as crianças um «terreno virgem»¹⁹⁴ para a planta o de novos ideais a si afetos, n  se encontrava alheado   importância que elas representavam

¹⁹² ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1040.

¹⁹³ BARRETO, Fernando Bissaya - Uma Obra Social Realizada em Coimbra, Coimbra: Coimbra Editora. vol. II. 1970, p. 282 Apud SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e Silva - Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto. 2013, p. 305.

¹⁹⁴ “Salazar, durante o Estado Novo, evidenciou a sua crença em que, pretendendo “modificar a mentalidade dos portugueses, como   nossa inten o”, as crianças eram “o terreno virgem em que essa educa o nova mais pode

para a construção do «novo Homem Português»¹⁹⁵, prestando, por isso, particular atenção às estruturas educacionais a si dedicadas, fossem elas escolas ou colónias de férias. Esta não foi, no entanto, uma opção operativa exclusiva do Estado Novo, visto que já “João de Barros via na Instrução a forma mais eficaz e digna de “republicanizar o país”, colocando-lhe ainda a obrigação de esta reforçar o sentimento português, designadamente pela exclusão de “todo e qualquer vestígio do estrangeiro”, desde os métodos e conteúdos do ensino até ao projecto arquitectónico”¹⁹⁶.



Fig. 10 – Crianças das colónias balneares infantis da FNAT - ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 41 (1948). p.1.

frutificar” FERRO, António - Entrevistas a Salazar (ed. Fernando ROSAS). Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2003, p. 90 Apud SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e Silva - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 38.

¹⁹⁵ ROSAS, Fernando - *O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. (2001), p. 1031-1054.

¹⁹⁶ VALENTE, Vasco Pulido - *Uma Educação Burguesa - notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 218 Apud SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e- *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p.39.

No que concerne à linguagem arquitetónica, as colónias balneares infantis da FNAT, adaptando-se ao espaço envolvente, em composições de «roupagem» racional, harmoniosa e fiel à “tradição arquitetónica das construções portuguesas”¹⁹⁷, desenvolveram-se em consonância, ideológica e estética, com os projetos regulamentados e patrocinados pelo Secretariado, independente da relação, por vezes, discordante que se desenvolveu entre ambos os organismos.



Fig. 11 – Colónia balnear infantil de O Século. Fotografia de Horácio Novais. Lisboa: Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian, 1943. Preto e Branco.

Ainda que seja uma temática a problematizar em maior profundidade no capítulo seguinte, importa aludir que, ao radicar-se, como o SPN/SNI, no papel doutrinator da cultura popular para fundamentar os seus intentos, e repartindo, com o mesmo, responsabilidades de cariz social e turístico, a FNAT financiou a edificação de colónias balneares infantis que, contando “uma forte carga pedagógica na elevação cultural moral e cívica”¹⁹⁸ dos seus utentes,

¹⁹⁷ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

¹⁹⁸ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 945.

se apresentavam similares aos pequenos hotéis e pousadas¹⁹⁹, emergentes na década de 1940, dotados de um criterioso senso de «Bom-Gosto». Mostraram-se também similares algumas edificações pariformes de cunho privado, como a colónia balnear infantil *O Século*, intervencionada em 1940²⁰⁰, e a colónia balnear da Figueira da Foz, financiada pelo Dr. Bissaya Barreto²⁰¹, inaugurada em 1950 que teve como modelo o projeto da colónia de férias «Um Lugar ao Sol»²⁰².



Fig. 12 - Colónia infantil «Marechal Carmona», 1941. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho.

¹⁹⁹ Esta possibilidade já havia sido apresentada por Susana Lobo na sua tese de Doutoramento. Nela, a autora ressalta que “Interessante é verificar a proximidade de linguagens entre o edifício da colónia balnear de Albufeira e a Pousada do Infante, em Sagres, obra da autoria de Jorge Segurado inaugurada, no mesmo ano, por altura das Comemorações Henriquinas. E, mais curiosa, é a relação que ambas estabelecem com a estrutura tipológica da colónia balnear de S. Pedro do Estoril, em especial na composição das fachadas voltadas a sul.” LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 730.

²⁰⁰ LOUREIRO, Cátia Filipa Caldas – *Turismo e inclusão Social: “O Caso das crianças desfavorecidas”*. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. 2014, p. 63-70.

²⁰¹ Sobre a influência de Bissaya Barreto cfr. SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013.

²⁰² SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*, 2013, p. 301-307.

Reflita-se, no entanto, que a similitude arquitetónica das colónias com as restantes estruturas hoteleiras de pequenas dimensões do país não pode apenas justificar-se pela proximidade tipológica dos edifícios ou pela ação conjunta de ambos os organismos em torno da cultura popular e do turismo de feição social. Conciliando técnicas modernas de construção com a “procura de linguagens de índole regional e histórica”²⁰³, as opções arquitetónicas selecionadas para as infraestruturas de lazer da FNAT, no início da década de 1940, refletiram, igualmente, os preceitos veiculados na arquitetura Estadonovista produzida até 1945, que encontrava “os seus referenciais na campanha de obras públicas promovida pelo regime, na “política do espírito” conduzida pelo SPN/SNI e pelo MEN e na Exposição do Mundo Português (1940)”²⁰⁴.

Assim, sem ignorar os “binómios educação-economia e saúde-trabalho”²⁰⁵, estas colónias instalaram-se em edificações pré-existentes que, quando adquiridas pela Fundação, sofreram amplas remodelações. Adaptando as infraestruturas, de índole privada e familiar, às suas novas funções e público, a FNAT acrescentou aos espaços novos pavilhões e dotou os antigos de equipamentos imprescindíveis ao funcionamento das colónias. Assim, de modo geral compostas por uma parte agrícola e outra habitacional²⁰⁶, estas estruturas balneares, visando promover a elevação física e intelectual do indivíduo, encontravam-se dotadas de dormitórios, para colonos e funcionários, enfermaria, refeitório, copa, padaria, armazéns, capela, estruturas de serventia agrícola e também habitações dedicadas aos quadros superiores da FNAT²⁰⁷.

²⁰³ BRITES, Joana - *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970*. Lisboa: Prosafeita, 2014, p. 187.

²⁰⁴ BRITES, Joana - *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970*. 2014, p. 187.

²⁰⁵ SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. 2013, p. 40.

²⁰⁶ “A parte rústica é composta por um pinhal e por terras de sementeira onde é feita a exploração agrícola e pecuária para o funcionamento da colónia. A parte urbana compõe-se de dois grandes edifícios principais (um dos quais construído pela F.N.A.T.) onde estão instalados os serviços da colónia, os dormitórios e instalações sanitárias, enfermaria geral e de isolamento, arrecadações, armazéns, copa, cozinha e dispensa, padaria, refeitório dos colonos e do pessoal, recreio coberto e instalação do pessoal vigilante. Existe ainda a capela privativa de invocação do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, um torreão, para habitações dos Directores ou funcionários superiores da F.N.A.T., cocheiras e casas de arrumações, casa dos guardas e casa dos barcos.” PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 53-54.

²⁰⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

Atingindo números de adesão satisfatórios, beneficiando cerca de nove mil crianças até 1945, apesar das fragilidades financeiras que a Fundação enfrentou nos primeiros anos²⁰⁸, a FNAT demonstrou, na publicação *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO 1945*, predisposição para ampliar o projeto das colónias balneares infantis a outras zonas do país como o Minho, Aveiro, Setúbal ou Algarve²⁰⁹. No entanto, e pese embora já tendo adquirido o espaço em Albufeira, este projeto acabou por ser amputado em função das contrariedades que a Fundação começou a enfrentar a partir dos meados da década de 1940²¹⁰.

Após ver os seus poderes reforçados pelo estatuto de dezembro de 1940²¹¹ e os regulamentos de 1941 e 1942, e de aumentar a sua capacidade económica, beneficiando de mais estabilidade neste sector, a FNAT conheceu, nos primeiros anos da década, um novo arranque, propício a novos investimentos e projetos. Contudo, aqueles que pareciam ser os anos iniciais do período áureo da Fundação converteram-se em tempos controversos quando esta, sob a direção de Higinio de Queiroz, intensificou as suas pretensões de se tornar a responsável exclusiva pelo controlo dos momentos de lazer²¹².

Assim, a sua crescente ação totalizante no campo da cultura popular e dos tempos livres despontaram algum descontentamento por parte de entidades com funções similares, como o SPN e as coletividades populares, e o desagrado progressivo de personalidades públicas, como Castro Fernandes²¹³, que desaprovavam o modo como a FNAT vinha a ser dirigida. Essa

²⁰⁸ “O financiamento da FNAT nos seus anos iniciais reflete a fraqueza estrutural da organização corporativa. Os dinheiros dos sindicatos são relativamente escassos (...) mas a falta de dinheiro reflete, ainda mais, o desinteresse dos corporativistas e, sobretudo, do patronato, face à pretendida «política de intensa espiritualização da vida com um forte apelo aos valores morais»” VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 38.

²⁰⁹ “Ultimamente foram visitados vários locais do litoral do País estando prevista a construção, num futuro mais ou menos próximo, de colónias nas praias de Albufeira, no Algarve, da Troia, em Setúbal, e, possivelmente, da Apúlia, no Minho e da Barrinha de Esmoriz, em Aveiro” PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 51.

²¹⁰ Note-se que, desde o congresso de Roma, realizado em 1938, a FNAT mostrou-se descontente com a crescente influência do SPN e das Casas do Povo e Pescadores na gestão e programação do doppelavoro nacional. Na sequência deste descontentamento, a Fundação, apelando à forte necessidade de união e investimento no que toca ao período pós-laboral, dirigiu aos órgãos estatais, em especial ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, uma série de pedidos e reivindicações que lhe outorgassem o poder exclusivo nestas matérias, sugerindo inclusive a sua integração nos quadros do Estado ou a criação de um estatuto especial a si dedicado. No entanto, a Fundação só conheceu efetivamente novos estatutos em 1940. Cfr. VALENTE, José Carlos - *A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958)*, 2012, p. 243.

²¹¹ “Com os Estatutos de dezembro de 1940, a FNAT vê satisfeitas algumas das reivindicações formuladas em março. Os sócios beneficiários passam a ser, voluntariamente, todos os trabalhadores; e, obrigatoriamente, todos os organismos corporativos e de coordenação económica. Por outro lado, são reconhecidos à FNAT poderes de “orientação, coordenação e fiscalização de todas as iniciativas relativas à cultura popular” desde “que emanassem de organismos corporativos e de coordenação económica.” VALENTE, José Carlos - *A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958)*, 2012, p. 246

²¹² VALENTE, José Carlos - *A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 246.

²¹³ Castro Fernandes fez parte da Direção da FNAT, como vogal, e tornou-se Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre 1944 e 1948.

insatisfação conduziu à formação de coligações estratégicas que, entre outras coisas, pretendiam conter os avanços da Fundação e limitar a sua atuação expansiva²¹⁴.

Com a designação de Castro Fernandes para Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, em 1944, a FNAT, após ver extinta a sua C.C, começou a defrontar-se com sucessivas limitações²¹⁵. Com efeito, o Subsecretariado de Estado das Corporações e da Previdência Social decidiu, em janeiro de 1945, integrar a FNAT num organismo mais amplo denominado de Junta Central das Casas do Povo (JCCP). A criação deste organismo por Castro Fernandes tornou-se decisiva para moderar a atuação e controlo da FNAT sobre o “associativismo popular rural”²¹⁶ forçando a instituição a articular-se, de modo igualitário, com os restantes organismos em prol das questões do lazer associativo²¹⁷.

Na década de 1950, o Estado incorpora definitivamente a FNAT nos seus quadros, provocando alterações na instituição que, então, conhece novos órgãos administrativos e um novo estatuto. Deste modo, a Fundação vê a antiga Comissão Administrativa ser substituída por um conselho geral, composto por “um representante do titular da pasta das Corporações”²¹⁸ e dez membros de diversas áreas da organização corporativa e de previdência social, e por uma Direção, formada por “um Presidente e três vogais todos designados pelo Ministério das Corporações e Previdência Social”²¹⁹.

Como já referido, é também na década de 1950 que a FNAT conhece o seu terceiro estatuto. Este, apesar de manter genericamente os seus objetivos, demonstra uma preocupação acrescida em controlar de forma sistematizada as suas atividades, dividindo-as em categorias distintas, e marca uma transformação profunda no domínio das colónias de férias nacionais, especialmente no que se refere as infraestruturas infantis²²⁰.

²¹⁴ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 248-250.

²¹⁵ “Em 13 de junho de 1945, Higinio de Queiroz é alvo de um verdadeiro aviso público, na colónia da Caparica, perante centenas de dirigentes corporativos: “A obra da FNAT (...) tem sido até agora como que uma obra pessoa, obra duma vontade posta ao serviço da fé, mas que, pela sua projecção transcendeu já a vontade desse homem que a tem orientado, porque tem que ser obra coletiva”. Castro Fernandes considera, ainda, que “tem sido por vezes esquecido determinado artigo do estatuto da FNAT, segundo o qual essa obra está integrada na organização corporativa do País” – Discurso proferido nas comemorações do X Aniversário da FNAT. *Alegria no Trabalho*, ano I, n.º 7 (julho 1945), p. 104-105 Apud VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). 2012 p. 249.

²¹⁶ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). 2012, p. 249.

²¹⁷ VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 247-250.

²¹⁸ VALENTE, José Carlos – Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010). 2010, p. 163.

²¹⁹ VALENTE, José Carlos – Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010). 2010. p. 163.

²²⁰ VALENTE, José Carlos – Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010). 2010.

Com efeito, alegando que a tipologia em questão viria a “legitimar a concorrência de iniciativas nessa área de serviços de Assistência Social e até de algumas empresas”²²¹, o novo estatuto, em conformidade com o Decreto-lei n.º 37 836, retirou da alçada da FNAT as colónias balneares infantis²²². Esta decisão não extingue o projeto das colónias balneares infantis em território nacional, mas acaba por redirecioná-lo para outras entidades, públicas e privadas²²³, e por limitar a influência da FNAT.

Saliente-se que, apesar de ter apenas em funcionamento uma colónia balnear infantil aquando a promulgação do estatuto de 1950²²⁴, a decisão de retirar da alçada da instituição as colónias infantis simbolizou uma perda muito significativa de domínio da FNAT em território nacional e modificou de forma irreversível a gestão das colónias de férias. Assim, para além de perder o controlo da colónia infantil Marechal Carmona, na Foz do Arelho, para a Diocese de Leiria em 1952, a Fundação viu-se, ainda, forçada a desconsiderar os planos para edificações de novas colónias infantis, de Norte a Sul do país, e esteve na eminência de cessar o projeto, já em curso, da colónia de Albufeira.

De facto, “face à manifesta dificuldade em encontrar organismos competentes com capacidade e interesse de continuar a sua obra no domínio das colónias balneares infantis e, muito em particular, com determinação para ‘herdar’ o empreendimento de Albufeira”, o projeto, iniciado em 1941, desenvolvido para acolher “os filhos dos associados das Casas do

²²¹ VALENTE, José Carlos – Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010). 2010, p. 163.

²²² VALENTE, José Carlos – Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010), 2010.

²²³ Para além da já existente colónia balnear «O Século», a partir da década de 1950, novas estruturas semelhantes proliferaram pelo país financiadas por empresas, como a Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP) e a Companhia União Fabril (CUF), e por filantropos (AGUILLAR, 2001, p.95-96). A título de exemplo, adstrito à sua extensa obra social e hospitalar desenvolvida na zona centro do país, Bissaya Barreto promoveu, partindo do padrão dos espaços de repouso balnear da FNAT e das suas preocupações de higiene e salubridade, a edificação de três colónias de férias destinadas a crianças, enfermas e carenciadas, em Aveiro e em Coimbra (SILVA, 2013, p. 99-106). Estas colónias, à semelhança da tipologia aplicada nos sanatórios, variaram entre balneares, de média altitude e altitude, e edificaram-se em infraestruturas pré-existentes e/ou construídas de raiz. Primando por uma arquitetura pragmática, higiénica, despojada, mas ainda assim dotadas de um certo bom gosto, as colónias financiadas por Bissaya Barreto visavam “a par do desenvolvimento físico das crianças, (...) preparar e educar o seu gosto, cultivar o seu espírito, despertar nelas um grande interesse pelo que a vida pode ter de belo”, de modo a “afinar-lhes a sensibilidade, colocando-as num ambiente de interesse que, sem encargos demasiados, possam manter através da vida” - BARRETO, Fernando Bissaya - Uma Obra Social Realizada em Coimbra, Coimbra: Coimbra Editora. vol. II. 1970, p. 295 Apud SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e Silva - Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto. 2013, p. 84.

²²⁴ Sabe-se, segundo um texto avulso presente no arquivo da INATEL, que em 1950 a colónia Dr. Oliveira Salazar, na praia da Aguda, se encontrava já desativada e que a obra da colónia balnear infantil de Albufeira ainda não estava terminada. Importa também mencionar que em 1950, surge uma nova colónia com denominação homónima, na Figueira da Foz, no entanto esta não se encontra relacionada com a colónia da FNAT instituída na Praia da Aguda na década de 1940, sendo financiada e programada por Bissaya Barreto.

Povo do Algarve e Baixo Alentejo”²²⁵, apesar de contar com múltiplos apoios, conheceu uma interrupção no desenrolar dos seus trabalhos entre 1950 e 1955, altura em que se decide finalmente adaptá-lo ao público adulto.

Deste modo, a colónia de Albufeira inaugurou um novo programa tipológico, tornando-se a primeira, de quatro novas colónias, a ser (re)projetada para os trabalhadores nacionais em moldes diferentes, mas não menos relevantes, dos que foram aplicados na Mata da Caparica, em 1938. Instalando-se em edifícios pré-existentes, diferenciando-se da colónia «Um lugar ao Sol» construída de raiz, estas estruturas contaram com um amplo empreendimento, de reestruturação e remodelação, que as ajustaram às suas novas funções e público e as inseriram na «arquitetura social de férias da FNAT».

²²⁵ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 726.

3. Arquitetura social de férias da FNAT (1938-1974): colónias de férias para os trabalhadores nacionais

Considerando a classe operária como um grupo sensível à criação de associativismos e movimentos de contestação social²²⁶, o Estado Novo, arvorando a missão de pedagogo nacional, promoveu, adstrito à ação da FNAT, a criação de várias colónias de férias dedicadas aos “trabalhadores inscritos nos sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e as suas famílias”²²⁷, entre 1935 e 1974.

Dependendo das débeis condições da Fundação e dos apoios estatais e, inicialmente, restrito à obra desenvolvida na Mata da Caparica, o projeto das colónias de férias nacionais para trabalhadores avançou, durante vinte anos, a título experimental, não existindo condições para identificar, no período em questão, num programa base a si destinado. De facto, apesar de existir empenho por parte do regime e da organização “em melhorar as condições de vida do trabalhador” consagrando “especial atenção à necessidade de assegurar a sua recuperação física”²²⁸, as fragilidades que a FNAT enfrentou, ao longo dos seus primeiros anos de instituição, não permitiram gerar o equilíbrio necessário para a ampliação desejada da obra «Um Lugar ao Sol».

Apartada da “«cidade de férias» de Cassiano Branco, que se adivinhava veloz e vibrante ao ritmo d’a idade do Jazz-band”²²⁹, a primeira colónia de férias nacional estruturou-se como uma verdadeira urbanização, de vertente familiar e educativa, adaptando-se ao espaço envolvente em composições de «roupagem» moderna.

“A partir de 1950, atingiu-se o equilíbrio num nível de receitas e de despesas de ordem dos 2,600 contos”, que, conquanto longe de ser o desejável ou “significar desafogo”²³⁰, permitiu, associado ao terceiro estatuto da Fundação, expandir o projeto das colónias de férias.

²²⁶ MENDES, Carlos Jorge Silva - O Museu da Resistência: Museu transnacional. *Dissertação de Mestrado de Museologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2010, p. 60.

²²⁷ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

²²⁸ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

²²⁹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*, 2012, p. 944.

²³⁰ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

Não detendo mais a gestão das colónias balneares infantis e tendo como base a obra de «Um Lugar ao Sol», a FNAT desenvolveu um plano de readaptação dos seus edifícios, anteriormente destinados às crianças, para o público adulto.

Enfatizando “as feições de uma obra que Salazar desejava simples, despretensiosa, agradável, higiénica e confortável”²³¹, o plano de readaptações, contando com “uma forte carga pedagógica na elevação cultural moral e cívica dos trabalhadores”²³², dotou os seus edifícios, repetidamente descritos na documentação como «pitorescos» e «com pendor tradicional», de dormitórios destinados a solteiros, quartos familiares, salas de jantar, salas de convívio, bar, casas-de-banho, capela, garagem e áreas funcionais que albergaram cozinhas, despensas e compartimentos destinados a funcionários.

Financiado pela FNAT e pelos seus beneficiários, este plano de readaptações e reestruturações contou com a constante fiscalização do Estado e com apoios provenientes, de modo geral, do Fundo de Desemprego. Relembre-se que a Fundação, apesar de não se inserir formalmente nos quadros do Estado, foi regulamentada pelo Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e viu os seus quadros administrativos serem ocupados por nomes relevantes da política nacional e do regime.

Esta regulamentação não se restringiu apenas a aspetos teóricos da organização da FNAT, mas também a questões de ordem prática, tendo todos os projetos arquitetónicos das colónias de férias necessitado da aprovação estatal. Através da documentação analisada no arquivo histórico da INATEL foi possível perceber que os projetos das colónias dependeram da articulação e parecer de várias entidades. De facto, as correspondências e os pareceres examinados, deixam transparecer, de modo claro, que, apesar de fomentadas e geridas pela Fundação, as colónias de férias nacionais viram a sua conceção ser monitorizadas pelas entidades locais e os seus planos de urbanização pelo Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social²³³ e pelo MOP, na figura do «Fundo de Desemprego».

Seguindo as pisadas das suas congéneres fascistas, as colónias de férias portuguesas, fomentadas pela Fundação, apresentaram-se como espaços amplos de experimentação social onde a componente arquitetónica possuiu uma ação decisiva no processo de «disciplinarização», organização e construção do “novo Homem” português. Na verdade, ambicionando proporcionar ao seu utente um repouso sadio e regrado que não potenciasse um

²³¹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

²³² LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 945.

²³³ Ministério das Corporações e Previdência Social a partir da década de 1950.

depauperamento das suas faculdades e dos seus valores morais, as colónias de férias da FNAT não se desenvolveram isentas de hierarquização interna e diferenciação consoante género, função e estrato social. Segundo discurso do Ministro das Corporações e Previdência Social, Prof. D. José João Gonçalves Proença,

“(…) o repouso não deve constituir só uma pausa necessária ao recuperar das energias despendidas com o trabalho, mas, igualmente, factor valioso na formação e desenvolvimento do trabalhador. E quantas vezes sucede que, por mal aproveitado, o ócio funciona precisamente ao contrário, como responsável pelo depauperamento, enfraquecimento ou desvirtuação do agente do trabalho.”²³⁴

Defendendo a inexistência, em território nacional, de estruturas mais modernas e culturalmente desenvolvidas, as colónias de férias foram elevadas ao patamar de infraestruturas turísticas de eleição e de excelência, desenvolvidas para o domínio social. No entanto, o discurso inflamado e idílico que surgiu em torno destas estruturas de férias, quer por parte da comissão administrativa da FNAT, quer pelo Estado, não garantiu a sua expansão imediata, nem a sua realização plena, tendo o projeto enfrentado várias fases que importa analisar em separado.

3.1 Colónia «Um lugar ao Sol» (1938-1949): “a primeira realização duma obra de larga projecção social”²³⁵

“Aos portugueses quase é desconhecido um recanto maravilhoso na vetusta Mata da Caparica, onde alguns milhares de trabalhadores das profissões mais diversas passam, anualmente, quinze dias encantadores, em contacto directo com a natureza, em instalações que reputamos das melhores que existem naquela risonha povoação e em muitas outras paragens consideradas de valor turístico.

Trata-se da Colónia de Férias « um lugar ao sol» que a fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, com o auxílio recebido do Estado e dos organismos

²³⁴ Discurso proferido por sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Prof. D. José João Gonçalves Proença. PORTUGAL, Fundação nacional para a alegria no trabalho - *FNAT: XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de divulgação. 1962, p. 45.

²³⁵ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

corporativos e de coordenação económica mantém há cerca de nove anos, num dos locais mais pitorescos daquele frondoso pinhal que o lisboeta – que normalmente passa o seu domingo na praia do Sol, - uma das maiores de Portugal – disfruta quando ali se dirige.”²³⁶

Após ser submetida e aprovada, em dezembro de 1934, pela comissão do centro de estudos corporativos da União Nacional, a obra dedicada à colónia de férias para trabalhadores nacionais solicitou à Direção Geral de Fazenda Pública²³⁷ a cedência de terrenos na Mata da Caparica para a sua materialização.

Apesar de envolver o parecer, por vezes discordante, de diversas entidades, “desde o Ministério das Finanças, aos Ministérios da Agricultura e da Guerra, passando pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações”²³⁸, e implicar a concessão de terrenos pertencentes a “área classificada em regime florestal e abrangida pela zona de servidão militar das Baterias de Alpena e Raposeira”²³⁹, a decisão, entregue ao Subsecretário de Estado das Corporações, foi favorável ao projeto²⁴⁰.

De facto, influenciado e afeto aos projetos das congéneres fascistas, a 24 de maio de 1935, Pedro Teotónio Pereira tentou suavizar os ecos discordantes em relação à construção da colónia na Mata da Caparica. Através do ofício nº 1076, indo ao encontro das preocupações manifestadas pela Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas²⁴¹ e do Conselho Nacional do Turismo²⁴², o Subsecretário de Estado das Corporações justifica o seu parecer favorável dizendo que havia sido “encontrada uma clareira que permitirá a quasi totalidade da construção em vista, podendo portanto afiançar a V. Ex.^a que as arvores a sacrificar serão em numero ínfimo. Apresenta o local magnificas condições sob todos os aspetos, não prejudicará a urbanização da Costa nem o logradouro dos seus frequentadores”²⁴³.

²³⁶ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 20.

²³⁷ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 939.

²³⁸ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 939.

²³⁹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 939.

²⁴⁰ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 940.

²⁴¹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 939.

²⁴² LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 939.

²⁴³ Ofício nº 1076. Lisboa: Arquivo Inatel. Maio de 1935. Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 940.

Terminadas as discussões sobre a cedência do terreno na Mata da Caparica e adjudicando a administração do programa à então recém-criada FNAT, o primeiro projeto da colónia foi entregue, em outubro de 1935, a Jorge Segurado. Este projeto, tendo segundo Susana Lobo afinidades com o programa apresentado pelo mesmo arquiteto “para o Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo”²⁴⁴, não chegou, porém, a ser colocado em prática.

Segundo a documentação disponível no arquivo da INATEL, a construção da colónia acabaria por ser executada a partir do programa desenvolvido, em 1936, pelos arquitetos Costa Macedo e Manuel Quintela e o Engenheiro Travassos. Contando com um financiamento de “cincoenta por cento pelo Fundo de Desemprego”²⁴⁵, a colónia, projetada por este trio, foi inaugurada a 31 de julho de 1938. Dotada de equipamentos coletivos direcionados para o deleite regrado dos tempos livres, a colónia, com lotação para 70 colonos por turno, contrariou a “capacidade de vinte e cinco pessoas”²⁴⁶ defendida por Duarte Pacheco como ideal para uma obra considerada experimental²⁴⁷.



Fig. 13 – Presidente do Conselho e membros do Governo analisam a planta da colónia «Um Lugar ao Sol». - ALEGRIA NO TRABALHO. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 30 (1947), p. 140.

²⁴⁴ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 941.

²⁴⁵ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 5.

²⁴⁶ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 5.

²⁴⁷ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 941.

Apresentada como a primeira estrutura do género produzida de raiz em território nacional e apesar da ausência de um programa rígido que delimitasse a sua disposição espacial, a colónia «Um Lugar ao Sol» foi planificada de forma disciplinada e organizada de modo a não comprometer o seu papel pedagógico e moral. Afinal, “a Colónia é uma obra de assistência e, também, uma instituição moral”²⁴⁸ onde “não se admitem aproximações com a promiscuidade.”²⁴⁹

Partindo de uma síntese dos dados recolhidos na documentação consultada e na bibliografia, podemos conjecturar que o primeiro layout da colónia de férias se desenvolveu a título experimental e contou com um número reduzido de equipamentos e edificações. Segundo foi possível apurar, em 1938, com capacidade para 70 utentes, a colónia comportava apenas a secretaria, a residência do vigilante da colónia, a copa, o refeitório, as instalações dos funcionários, equipamentos auxiliares, uma sala de estar e 5 pavilhões residenciais, dois destinados a rapazes solteiros, dois destinados a casais e apenas um destinado a raparigas solteiras²⁵⁰.

Contudo, mostrando-se desde a inauguração incipiente para responder à procura, a colónia conheceu, ao longo da década de 1940, várias intervenções e ampliações que gradualmente a foram afastando da categoria de aldeamento de férias para a aproximarem da de cidade. Quatro anos após a sua inauguração, num intuito de “fortalecer, educar e distrair o corpo e o espírito dos que trabalham”²⁵¹, «Um Lugar ao Sol» recebeu “uma capela”²⁵², “de linhas simples mas impressionantes”²⁵³, “sob invocação de Santo António de Lisboa”²⁵⁴.

²⁴⁸ 1º de Maio, 23 de Agosto de 1941 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 945.

²⁴⁹ 1º de Maio, 23 de Agosto de 1941 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 945.

²⁵⁰ Jornal O Século. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 942.

²⁵¹ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

²⁵² INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011.

²⁵³ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 22.

²⁵⁴ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.



Fig. 14 – Capela da colónia «Um Lugar ao Sol». Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian.

Fruto dos empreendimentos constantes, a colónia é descrita, em documentação que reporta a 1945, como substancialmente maior, com “capacidade (...) para 717 pessoas”²⁵⁵, novos equipamentos e 29 edifícios, organizada em torno de quatro zonas que, embora diferenciadas, se correlacionavam e articulavam: a zona funcional, a zona residencial, a zona recreativa e a zona balnear.

²⁵⁵ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

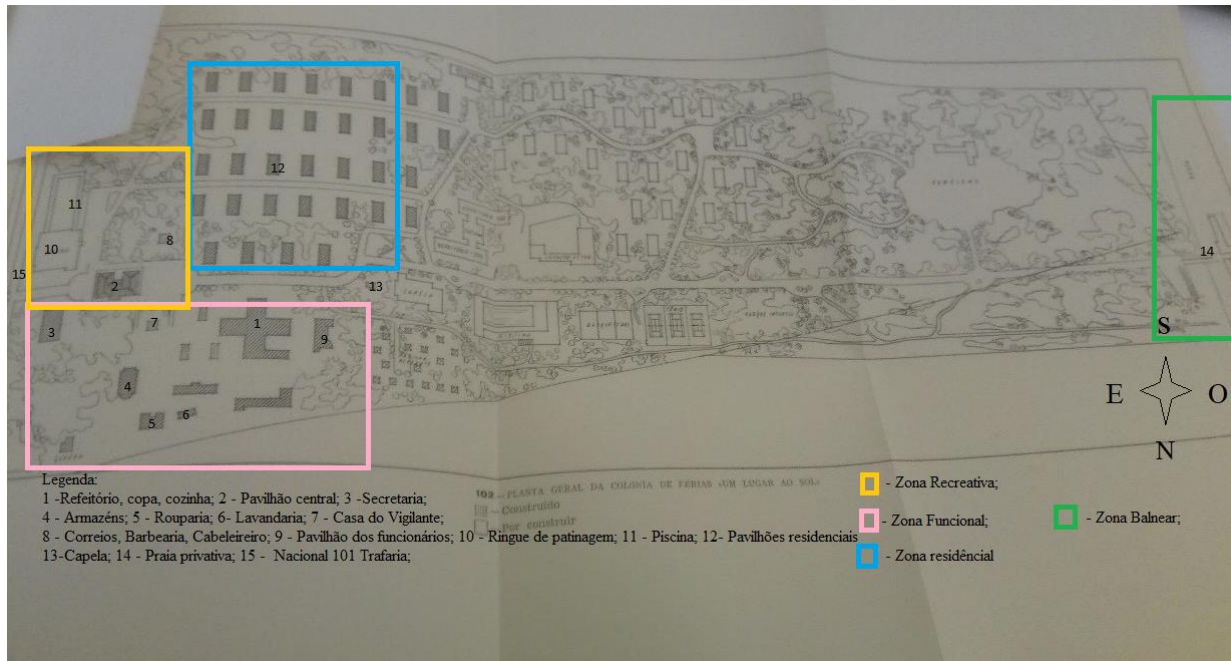


Fig. 15 – Planta da colónia de férias «Um Lugar ao Sol». Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 96.

Esta divisão por zonas tornou-se ainda mais nítida quando, em 1946 e em 1950, a colónia recebeu novas intervenções de vulto. A partir de 1946, o aumento da capacidade da colónia impôs que fossem providas novas estruturas para acolher “serviços médicos, serviços telefónicos, padaria privativa, matadouro, cabine de alta tensão, armazéns”²⁵⁶ e em 1950 existiam já no recinto “trinta e oito pavilhões, um pavilhão central, dois salões, bar, terraço, refeitório para mil e seiscentas pessoas, posto médico, posto de correios, barbearia, cabeleireiro e piscina” que a transformavam “numa cidade miniatura”²⁵⁷.

²⁵⁶ ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 20 (1946).

²⁵⁷ INATEL - 75 ANOS: das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 121.

Estendendo-se ao longo da área Norte, a zona funcional congregou grande parte dos pavilhões destinados à administração e à manutenção da vida na colónia. Sofrendo ampliações e anexações consoante as necessidades práticas dos colonos e a diversidade de serviços que a estrutura oferecia, esta zona comportou o pavilhão do refeitório, da secretaria e dos serviços administrativos, as instalações dos funcionários e as dependências de serventia, como a lavandaria, engomadoria, cabine de transformação elétrica entre outras.



Fig. 16 – Refeitório colónia «Um Lugar ao Sol». 1945. INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 120.

Provisoriamente instaladas num edifício não destinado à função, uma vez que estava projetada desde início para si uma ampliação, a cozinha e a copa funcionaram, durante vários anos, numa sala ampla da colónia. Convertida em sala de dança, oito anos mais tarde²⁵⁸ esta dependência temporária cumpriu todos os requisitos de higiene e salubridade necessários para o efeito e estava apetrechada com “*duches, lavabos e retretes privativas*”²⁵⁹.

Noticiado, recorrentemente, nos boletins da FNAT, ao longo do ano de 1945 o pavilhão do novo Refeitório destacou-se, dos demais edifícios, pelas dimensões e pela configuração da sua planta, assumindo uma posição central na zona funcional. Desenvolvendo-se como o maior edifício da colónia, este pavilhão estruturou-se através da interceção de três corpos retangulares

²⁵⁸ “E do lado oposto [ao bar], onde há cerca de oito anos era o refeitório, ouve-se um lânguido tango. E dezenas de pares deslizam mais ou menos suavemente, continuando a conversa que iniciaram na praia, de manhã.” ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 22.

²⁵⁹ *Jornal O Século*. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 942.

dísparos. Com tamanhos e disposições distintas, os três retângulos permitiram criar uma articulação harmoniosa entre o espaço interno e o externo. Os seus avanços e recuos propiciaram conceber, entre volumes, áreas ajardinadas e um átrio, munido de um fontanário circular coberto, que convidava a momentos de deleite coletivo. Esta solução arquitetónica já havia sido utilizada no programa de pousadas nacionais da década de 1940.



Fig. 17 – Refeitório colónia «Um Lugar ao Sol». 1960 NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

Tornando-se mais funcional à medida que se estendia para o limite Norte da colónia, o pavilhão acolhia, para além do refeitório, “copa, cozinha, armazéns, alojamentos do pessoal feminino, dispensa, refeitório do pessoal e casa de caldeiras”²⁶⁰. Antecedido por uma sala de receção de dimensões mais modestas, o refeitório, “considerado o maior da península”²⁶¹, era a primeira grande dependência deste pavilhão. Erigida paralelamente aos pavilhões, a ampla sala de refeições²⁶², com capacidade de “600 lugares sentados”²⁶³, propiciava ao colono um

²⁶⁰ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

²⁶¹ ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 20 (1946).

²⁶² “com cêrca de 700 metros quadrados” ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 20 (1946).

²⁶³ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

vislumbre alargado do exterior, através das janelas numerosas que se abriam ao longo de toda a sua extensão.

Apenas dois anos depois de conhecer as novas instalações, o refeitório recebeu novas ampliações. Reflexo do aumento de número de estagiários²⁶⁴ e da extensão dos turnos para vinte dias, em 1947 o refeitório “que servia a cerca de oitocentos colonos, em dois turnos, passa a ter capacidade para atender toda a população de «Um Lugar ao Sol» duma só vez (...) pois fica com cerca de mil lugares (...) em condições verdadeiramente extraordinárias. Mil pessoas numa sala, confortavelmente instaladas, servidas pela maior brigada de empregadas de mesa e a maior aparelhagem hoteleira que existe entre nós.”²⁶⁵ Esta ampliação, apesar das suas «condições extraordinárias», ainda se mostrou insuficiente para a progressiva expansão da colónia e em 1954, depois de um novo acrescento, o refeitório passou a ter capacidade “para 1,600 pessoas”²⁶⁶.

Posterior ao refeitório, localizou-se a copa e “a enormíssima cozinha”²⁶⁷ da colónia. Acompanhando a expansão da colónia e do próprio refeitório, estas estruturas, sempre disponíveis para “qualquer pessoa que queira verificar o asseio que preside à confeção da comida”²⁶⁸, foram aprovisionadas de equipamento moderno destinado à confeção e distribuição das refeições. Em conformidade com a documentação,

“Alguns dos colonos mais curiosos visitam, após a refeição, a enormíssima cozinha (...) e antes de chegar às cinco marmitas onde ela é feita, passa pela copa onde uma máquina elétrica vai lavando com água fervente, os milhares de pratos que serviram à refeição. Ao lado direito do «átrio» da cozinha, pode o colono atento ver duas câmaras frigoríficas, utilizadas para a conservação dos alimentos, o que contribui para que tudo o que se come na colónia seja sempre fresco e em bom Estado.”²⁶⁹

²⁶⁴ Termo usado na documentação consultada para referir colonos.

²⁶⁵ ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 39 (1948).

²⁶⁶ Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho. Ano XX. 1935-1954

²⁶⁷ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁶⁸ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁶⁹ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

Refletindo o aumento da colónia, num perímetro próximo ao pavilhão do refeitório, “onde se instalou também a lavandaria e armazem”²⁷⁰, erigiram-se instalações destinadas aos funcionários, às dependências utilitárias e, um pouco mais distante, à residência do vigilante da colónia e à secretaria. De modo propositado, a residência do vigilante encontrava-se voltada para a praça da colónia, espaço destinado aos momentos de convívio coletivo.

Segundo mencionando no Jornal *O Século*, a 13 de julho,

“As restantes construções da Colónia são uma casa de aluguer de bicicletas, casa do guarda, pavilhão de rouparia, Matadouro, currais, nitreira, coqueira e casas de arrecadação, cabine do transformador de alta tensão, depósito de 30.000 litros de água e recinto de patinagem.”²⁷¹

Importa mencionar que, por motivos práticos, o pavilhão da secretaria e serviços administrativos se distanciou substancialmente das restantes edificações do núcleo funcional, apresentando-se como o primeiro edifício da estrutura. Para além de relevante para a gestão da colónia e a receção dos utentes, esta infraestrutura foi, durante muitos anos, responsável por mediar os contactos internos e externos²⁷² ao ser detentora do telefone e do altifalante da cidade de férias.

Paralelamente ao pavilhão do refeitório, na área mais a Sul, situava-se a zona residencial. Separada da área funcional pela avenida que atravessava a colónia de Este a Oeste, esta zona encontrava-se aprovionada com quatro tipologias distintas de pavilhões habitacionais – pavilhões dos rapazes solteiros, das raparigas solteiras, dos casais e, a partir de 1945, dos casais com filhos.

²⁷⁰ Jornal *O Século*. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 942.

²⁷¹ Jornal *O Século*. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 942.

²⁷²“ E a voz do atento funcionário da secretaria – modelarmente montada e dirigida, como todos os serviços de «um lugar ao sol» pelo Sr. Franco de Carvalho, que desde o primeiro dia foi colocado como diretor, e cuja continuidade de exercício justifica a «mecanização» perfeitíssima de todos os seus serviços, que não são poucos – faz-se ouvir: chamam ao telefone a Sra. D. Fulana de tal...” ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 22.



Fig. 18 – Pavilhões residenciais. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.

Os primeiros pavilhões dedicados aos rapazes solteiros, conforme refere a documentação, funcionavam como camaratas que, aliando conforto a economia e asseio, eram compostas por “*quatro camas dispostas como nos beliches de bordo*”²⁷³. Para além das camaratas, reduzidas em espaço e mobiliário²⁷⁴, os pavilhões para solteiros foram ainda apetrechados com duches e retretes. Baseando as futuras ampliações na experiência utilitária dos espaços²⁷⁵, estes pavilhões foram sofrendo ao longo dos anos alterações que se consideravam necessárias para um maior conforto e organização da colónia de férias.

²⁷³ Jornal O Século. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 942.

²⁷⁴ “Visitamos um dos pavilhões dos homens solteiros. O máximo asseio aliado ao máximo conforto e á maxima economia – economia de espaço, economia de acessórios.” - 1º de Maio, 12 de outubro, 1940 LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 944.

²⁷⁵ “O pavilhão para solteiros será construído em condições diferentes dos atuais, criando-se outras comodidades que a experiência aconselha e dando deste modo a «Um Lugar ao Sol» um conforto cada vez maior.” ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 2 (1945).

Em 1938, quando inaugurada a colónia, dois dos cinco pavilhões existentes foram destinados aos rapazes solteiros. Em 1945, os boletins da FNAT mencionam a construção de novos edifícios destinados ao género masculino e intervenções nos existentes²⁷⁶. Essa intervenção alterou-lhes completamente a definição, convertendo os dois existentes num pavilhão único “composto de 17 quartos para 34 pessoas e instalações sanitárias”²⁷⁷.



Fig. 19 – Pavilhão residencial. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.

Contrariando a tendência dos restantes edifícios, o pavilhão das raparigas solteiras não revelou, entre 1938 e 1945, grandes investimentos económicos, mantendo-se praticamente inalterado. Existindo, nos anos iniciais, uma desigualdade nítida no número de vagas destinadas às solteiras, o pavilhão dedicado ao género comportou, durante os primeiros sete anos, “6 quartos e I anexo, com capacidade para 13 pessoas e instalações sanitárias”²⁷⁸.

Não obstante a diferenciação de género refletida na quantidade de pavilhões destinados ao sexo masculino e feminino, consideramos, apesar da ausência de informação documental,

²⁷⁶ “foram introduzidos diversos melhoramentos nos pavilhões, especialmente no dos solteiros que ficou completamente modificado.” ALEGRIA NO TRABALHO – Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 6 (1945).

²⁷⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

²⁷⁸ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

que a sua composição seria, nos anos iniciais, similar à dos rapazes, quer em espaço quer em mobiliário.

Refletindo os valores da família e a sua relevância para o regime, em 1938, os dois pavilhões dos casados, “compostos de 6 quartos e 1 anexo cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 26 pessoas”²⁷⁹, tinham uma disposição e um arranjo díspar dos solteiros. Remetendo para “a família; a felicidade; a esposa; os filhos”²⁸⁰, estes espaços de vivência privada não pretendiam aproximar-se da tipologia de camarata referida anteriormente, mas sim do lar da «típica família portuguesa». Deste modo, para além de guarnecidos com uma cama de casal e uma cama suplementar, para a permanência de um filho, estes quartos contavam com um arranjo cénico composto por uma “arca da roupa...O espelho...Ramos de flores”²⁸¹. Tal como acontecia nos restantes pavilhões, estes também estavam equipados com duche, retrete e lavabos.

Na década de 1940, assim como aconteceu na maioria dos restantes edifícios, foram previstos empreendimentos para os pavilhões destinados aos casados. Em 1945, dentro da tipologia foram construídos “mais cinco pavilhões: dois construídos pela F.N.A.T., um pelo Grémio dos Industriais de Confeitaria, e um pela Junta Nacional das Frutas.²⁸²” e ficou prevista, para a temporada seguinte, a construção de outros dois, financiados pelo MOP através do Fundo de Desemprego²⁸³.

²⁷⁹ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

²⁸⁰ 1º de Maio, 12 de outubro, 1940 LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 944.

²⁸¹ 1º de Maio, 12 de outubro, 1940 LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 944.

²⁸² ALEGRIA NO TRABALHO – Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 6 (1945).

²⁸³ “Dois outros pavilhões para casais encontram-se em construção e serão utilizados ainda na próxima temporada. Para estas novas construções dignou-se Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações conceder, por comparticipação do Fundo de Desemprego a Verba de 168.400\$00.” ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, (1946), p. 56.

Dispondo de uma cama anexa que permitia a presença de um filho, os pavilhões dos casados não foram planeados para receber famílias numerosas. Contudo, e sendo pretensão do projeto transformar «Um Lugar ao Sol» num complexo familiar, logo após a inauguração, em 1938, foi ponderada a criação de pavilhões dedicados às famílias com crianças. Materializando-se na maior ampliação da colónia, a tipologia para casais com filhos, em 1945, comportava “14 edifícios com 11 quartos cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 644 pessoas”²⁸⁴. Os quartos orientados para as famílias com filhos, de dimensões próximas dos 10m², detinham uma cama de casal, um beliche para duas crianças, retrete e lavatório privados e uma decoração semelhante ao pavilhão dos casados sem filhos.

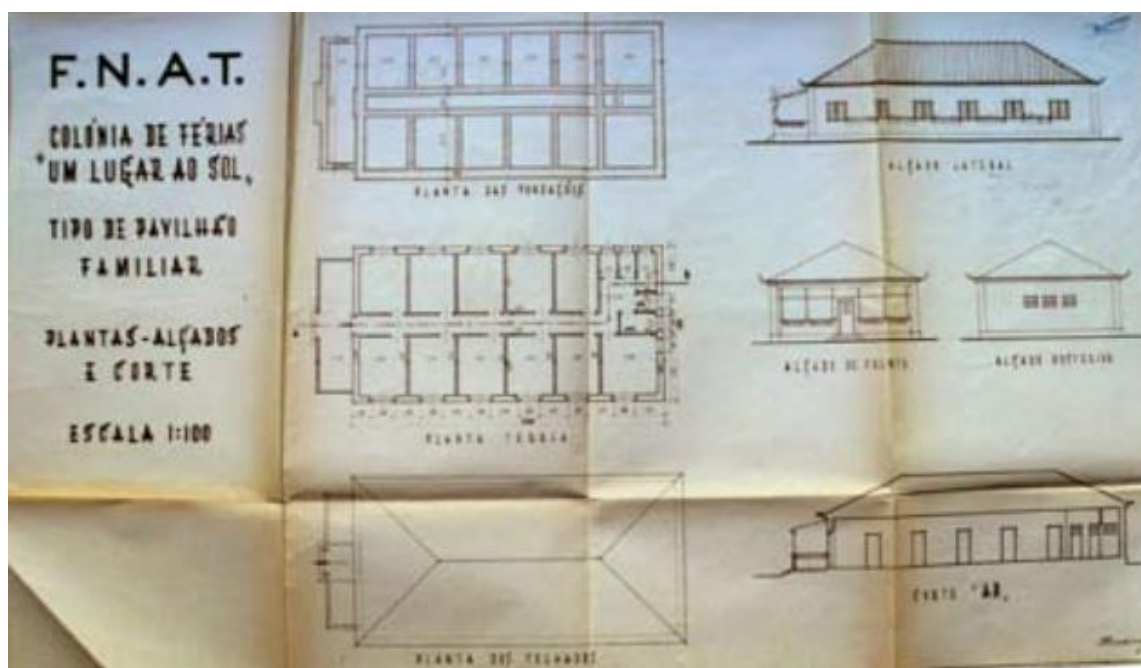


Fig. 20 - Pavilhão Familiar colónia «Um Lugar ao Sol». 1952. Arquivo Inatel. Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 954.

Demarcando a sua entrada com um alpendre de pérgolas, os pavilhões organizaram os seus quartos, de forma pragmática, ao longo de um corredor que desaguava na área dos lavabos e dos duches, reduzindo assim os espaços de uso comum aos extremos dos edifícios.

²⁸⁴ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

A partir de 1945, “parte dos pavilhões foi construída por organismos corporativos e de coordenação económica, instituições de previdência e outras entidades que colaboram na obra da F.N.A.T.”²⁸⁵ alterando por completo a estruturação da zona residencial e da própria colónia.

Considerando que, ao comportarem apenas quartos e casas-de-banho, os pavilhões residenciais incitavam à permanência no exterior e à convivência coletiva, a zona recreativa²⁸⁶ demonstrou-se relevante para o controlo ideológico dos trabalhadores, sendo-lhe conferida uma posição estratégica que lhe permitia regular e articular toda a vivência comunitária da colónia.

Reduzido inicialmente a uma ampla praça e um edifício, que recebeu a título provisório outras dependências coletivas e funcionais²⁸⁷, o projeto de 1938 previu um espaço recreativo que, funcionando como força centrípeta da vida na colónia fora das horas de refeições e de sono, encerrava em si todos os equipamentos de convívio da estrutura de férias²⁸⁸.

Ainda que com escalas mais reduzidas e menor variedade de equipamentos de recreio, não podemos deixar de ressaltar a similitude funcional existente entre a praça de «Um Lugar ao Sol» e aquela que se rasgava em Prora, a sua congénere alemã edificada em 1936.

Ao longo da década de 1940, o pavilhão central, situado na grande praça que se rasgava ao longo da avenida principal da colónia, era composto por “dois corpos ligados por uma passagem central”²⁸⁹ e estava provido de “salão de jogos, sala de estar, terraço de repouso, biblioteca, gabinete médico, bar, secretaria, arrecadações, quartos do pessoal masculino e instalações sanitárias”²⁹⁰.

²⁸⁵ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 95.

²⁸⁶ Na tese *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, esta área é mencionada como zona desportiva, no entanto consideramos que essa denominação se torna redutora perante a quantidade de edifícios de recreio presentes nela.

²⁸⁷ “gabinete médico (...) secretaria, arrecadações, quartos do pessoal masculino” PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

²⁸⁸ “Alguns dos colonos preferem dormir a sesta nos seus quartos, enquanto outros, empunhando as suas camas de campo, vão repousar para o sossegado pinhal. E até as 17 horas pouco movimento se nota na colónia. Um ou outro menos sonolento, prefere uma partida de pingue-pongue, ou uma «bilharada». Os mais idosos, porém, - e às vezes juntam-se dez e quinze – passam a tarde jogando o loto.” ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁸⁹ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.

²⁹⁰ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52.



Fig. 21 – Pavilhão Central. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.



Fig. 22 - Sala de Convívio. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.

Permitindo ao vigilante inspecionar a ação de todos num único espaço e quase em simultâneo, a sala de estar do pavilhão, ampla e iluminada por várias janelas, oferecia ao utente “um bilhar, um aparelho de rádio, uma mesa – sobre a qual (...) se acumulam jornais, revistas, livros”²⁹¹. Depois desta sala ficava o bar, onde o colono encontrava “tudo o que deseja, desde a água engarrafada, passando pelo café e pelo «brandy» até ao leite de vaca, bem fervido” e “as salas de diversão” onde os “mais idosos, tendo agora parceiros alguns jovens, continuam o loto enquanto outros jogam as damas e o dominó ou o xadrez”²⁹².

Com a expansão da colónia, a zona recreativa também foi ampliada e apetrechada com novos equipamentos. Em 1942, quando construída a capela, foi concebido um rink de patinagem²⁹³, muitas vezes usado para jogos de voleibol, e ficou prevista a construção de uma piscina e de um novo salão de festas, que só surgem efetivamente na década de 1950.

Atentando à informação facultada pelos Boletins da FNAT é possível perceber que

“Muitos são já os meios atractivo indispensável aos colonos, tais como pavilhão de festas, salas de jogos, rink de patinagem, esplanadas, etc. Mas há que criar ainda mais condições de recreio e passatempo. Por isso só falta construir na Colónia da Mata da Caparica uma piscina e um novo pavilhão de festas, este com todos os recursos para que nele possam ser realizados espectáculos, tanto teatrais como cinematográficos.”²⁹⁴

²⁹¹ FARIA, Dutra – Entre os pinheiros da Caparica um Lugar ao Sol para os que vivem em Lisboa em ruas sem sol. Diário de Lisboa. 16 Agosto, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

²⁹² ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹³ “Os colonos dispõem de um atraente recinto de patinagem que é habitualmente aproveitado para nele se jogar voleibol. Chegam a disputar-se renhidos encontros entre solteiros e casados, que são animadíssimos mercê das fortes falanges de apoio que não se cansam de aplaudir os seus «apaniguados». E os patinadores, de todas as idades e sexos, singrando garbosamente, construindo interessantes figuras plásticas deliciam numerosos espectadores. Isto quando sabem fazer uso dos patins. Porém quando tal não sucede, então as figuras plásticas tornam-se em «figuras de trambulhão» e a assistência ri-se e com justificado motivo, dos desequilibrados patinadores.” ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹⁴ ALEGRIA NO TRABALHO – Em «Um Lugar ao Sol» Foram construídos mais seis pavilhões, atingindo-se assim o limite da capacidade daquela colónia de férias da F.N.A.T. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº39 (1948).

Por fim, situada no extremo Oeste da colónia, “por entre pinheiros, e alguns recantos recheados de acácias” que lhe davam “graça e frescura”²⁹⁵, estendia-se, sobre o areal, a zona balnear. Esta quarta zona, à qual se acedia “por um estrado de madeira que tem perto de 650 metros de comprimento”²⁹⁶, era dotada de “acolhedores toldos e barracas de lona de boa construção”²⁹⁷ e “«brinquedos» para o voleibol e futebol”²⁹⁸ que permitiam aos colonos usufruir da “esplendida praia oceânica que serve a Colónia”²⁹⁹ com maior comodidade e dinamismo.

“Exemplo notável sob o aspeto de direcção e orientação”³⁰⁰, o *layout* da colónia «Um Lugar ao Sol» assistiu, ainda, a uma progressiva hierarquização das suas infraestruturas, como aliás se verificou nas suas congéneres fascistas.

Paralelamente à organização em zonas diversas e à diferenciação entre espaços privados e públicos, a conceção estética e arquitetónica dos edifícios da colónia mostrou-se, por sua vez, coesa e homogénea, até 1950. Mesmo que a decoração interna e o mobiliário de cada pavilhão se adaptasse às diferentes tipologias, formalmente eles apresentavam-se organizados de modo similar, quase que metaforizando o próprio trabalhador nacional que, pese embora detendo diferenciados papéis na sociedade consoante o género, a idade e a função, se inseria na mesma classe profissional.

Efetivamente, enquanto estrutura de inculcação ideológica que pensava o tempo livre como um período catequético, a colónia de férias, “sítio aprazível, confortável, acolhedor, onde há graça de conjunto, liberdade de movimentos e alegria”³⁰¹, não negligenciou a sua função pedagógica, nem se apartou dos valores do regime.

²⁹⁵ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹⁶ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹⁷ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹⁸ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

²⁹⁹ ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947), p. 21.

³⁰⁰ ALEGRIA NO TRABALHO – Em «Um Lugar ao Sol» Foram construídos mais seis pavilhões, atingindo-se assim o limite da capacidade daquela colónia de férias da F.N.A.T. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº39 (1948).

³⁰¹ ALEGRIA NO TRABALHO – Colónia «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº45 (1948), p. 175.

Procurando ser fiel à “tradição arquitetónica das construções portuguesa”³⁰², sem descurar o cariz utilitário e as pretensões ideológicas do regime, os pavilhões de «Um lugar ao sol» congregaram, numa ação inclusiva, volumes simples e funcionais com arcadas, alpendres, beirais e outros elementos vernaculares. Aproximando-se das opções estéticas eleitas pelo SPN/SNI para o primeiro programa de pousadas e refletindo os ecos da Exposição do Mundo Português, as “casas de arquitetura simples e discreta, com alegretes de sardinheiras florindo em torno dos alpendres, cortinas risonhas enfeitando janelas amplas, rasgadas”³⁰³, ofereciam ao utente conforto, «bom gosto» e higiene aliados à funcionalidade do.

Revestindo dependências racionais e de volumes lineares, com telhados de quatro águas, alpendres de pérgolas, terraços e arcarias, os edifícios da colónia, combinando “beleza, comodidade e asseio”³⁰⁴ com economia de materiais e espaço, articularam-se com o meio envolvente e mediarão a relação do estagiário com o mesmo. Contrariando a monumentalidade, verticalidade e a imposição na paisagem que se verificava no complexo alemão de Prora, estas estruturas, de um piso apenas, misturaram-se com a Mata, conservando parte dela, numa composição que se pretendia apresentar como orgânica.



Fig. 23 – Fontanário circular da zona do Refeitório. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.

³⁰² Jornal O Século. 13 de julho, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

³⁰³ FARIA, Dutra – Entre os pinheiros da Caparica um Lugar ao Sol para os que vivem em Lisboa em ruas sem sol. *Diário de Lisboa*. 16 Agosto, 1938, p. 4 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

³⁰⁴ Jornal Diário de Luanda, 5 de Novembro, 1948 Apud Alegria no Trabalho – Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no trabalho. Vol. IV, nº47 (1948), p. 231.

Esta solução de mesclar as estruturas arquitetónicas com o espaço natural envolvente, simulando naturalidade, adquire um papel fundamental na projeção da Ciutat de Repòs i Vacances, da década de 1930, e na organização das cidades de repouso da OSDE, construídas na década de 1950, tornando-se pertinente considerar que o projeto desenvolvido para a Mata da Caparica não restringiu as suas influências apenas às realizações italianas e alemãs. Na verdade, não obstante a proximidade simbólica e funcional que a colónia da FNAT estabelece com as colónias da Dopolavoro e da KdF e ainda que a documentação analisada até ao momento não permita definir com exatidão relações entre «Um Lugar ao Sol» e o projeto do grupo de arquitetos catalães GATCPAC, estas cidades, dedicadas ao lazer das massas, apresentam inúmeras semelhanças que importa considerar.

Refletindo as preocupações e carências que o lazer dedicado às massas enfrentava, durante a década de 1930, em Espanha, o GATCPAC projetou uma cidade de repouso, para as imediações de Barcelona, que colocava à disposição das necessidades sociais as possibilidades de execução imediata que os materiais industriais proporcionavam. Pensada para ser uma cidade de baixa densidade populacional, composta por edifícios desmontáveis de fibrocimento e madeira, a Ciutat de Repòs i Vacances, assim como a colónia «Um Lugar ao Sol», foi planificada em torno de quatro zonas distintas – a zona de banhos, a de fim-de-semana, a residencial, e a de cura e repouso – que se articulavam entre si num programa de elevação física e moral que visava apartar o trabalhador da cidade industrial³⁰⁵.

Nunca tendo conhecido materialização, o projeto da Ciutat de Repòs i Vacances previu a criação *ex nihilo* de uma estrutura de lazer complexa que sistematizava os preceitos da arquitetura e do urbanismo modernos com a conceção de edifícios simples que, despidos de ornamentação, seriam representativos da anulação das assimetrias sociais³⁰⁶. Apesar de se inserir num contexto sociopolítico³⁰⁷ díspar e do cariz prefabricado e indiferenciado dos seus edifícios, a cidade de repouso catalã apresenta eixos estruturantes que poderemos reconhecer no desenho de «Um Lugar ao Sol».

Desenvolvidas para dirimir o que se considerava serem os problemas educacionais resultantes da ociosidade e da «depravação» dos tempos livres e defendendo-se que a vida

³⁰⁵ ROLAND, Julie - La Ciutat de Repòs i Vacances. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Vol.39, nº 2 (2009), p. 245-262.

³⁰⁶ ROLAND, Julie - La Ciutat de Repòs i Vacances. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Vol.39, nº 2 (2009), p. 245-262.

³⁰⁷ O projeto da Ciutat de Repòs i Vacances insere-se no contexto da Segunda República Espanhola, num clima de instabilidade social e carência económica, resultante dos ecos tardios da Grande Depressão. – ROLAND, Julie - La Ciutat de Repòs i Vacances. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Vol.39, nº 2 (2009), p. 245-262.

moderna necessitava depurar-se da influência negativa da industrialização, ambas as cidades de repouso foram planeadas para oferecer ao trabalhador uma estadia saudável em contacto com a natureza. Dividindo-se em zonas funcionais distintas, estas cidades reservaram à área central a função de receber o utente e distribuí-lo pelo espaço, concentrando nela estruturas de uso comunitário.



Fig. 24 – Enquadramento dos pavilhões residenciais. Reportagem fotográfica da autoria de Mário Novais (1899-1967), relativa à Costa de Caparica e a Almada. Lisboa: Biblioteca Fundação Calouste Gulbenkian. 1946.

Destinadas a estruturas de descanso, simples, germinadas e familiares, complementadas com caminhos pedonais e passadiços de madeira, as áreas a Sul e a Norte muniram-se de estruturas de habitação, individual e coletiva, que limitaram os espaços de vivência comunitária ao exterior e a pavilhões de uso público. Note-se, no entanto, que estas áreas, apesar da explícita componente familiar, não dedicaram, inicialmente, espaços específicos ao acolhimento de crianças. Em Portugal, a colónia «Um Lugar ao Sol», em 1938, não detinha pavilhões compatíveis com famílias numerosas, apenas uma cama anexa que poderia ser usada por um filho. Esta opção é justificada com a dificuldade de integrar as crianças, ruidosas e alegres, nos espaços planeados sem que estas fossem um incómodo para os restantes colonos. No caso português, a primeira grande ampliação da colónia resolveu esta carência, ao erigir pavilhões

dedicados a casais com filhos e ao planear a construção de equipamentos de recreio destinados aos mais pequenos.

Ainda que o projeto da Ciutat de Repòs i Vacances não tenha sido edificado, os seus ecos mantiveram-se presentes na arquitetura espanhola de lazer, ao longo do século XX, tendo repercussões diretas nas cidades de repouso patrocinadas pelo franquismo, na década de 1950. Construídas entre 1955 e 1956, as cidades de repouso, destinadas aos afiliados da OSDE, como já mencionado no primeiro capítulo, desenvolveram os seus programas em conformidade com o plano apresentado pelo grupo de arquitetos catalães GATCPAC para a sua cidade de descanso. Porém, tendo em conta a permuta de trabalhadores entre a FNAT e a OSDE³⁰⁸ nos anos anteriores à construção das cidades de repouso espanholas, não é possível distanciar ambas as estruturas, sendo de considerar que a proximidade política e geográfica potenciou igualmente a troca mútua de influências.

Segundo a informação veiculada pelos Boletins da FNAT,

“À medida que a colónia foi crescendo, intensificaram-se os contactos com a organização espanhola *Education y Descanso*, sobretudo a partir de 1943/44, numa altura em que a língua castelhana prevalecia entre os turistas estrangeiros que frequentavam a Costa da Caparica.”³⁰⁹

No panorama nacional, a Historiadora Maria de Fátima de Pinto defendeu que o projeto desenvolvido pela FNAT na Mata da Caparica seguiu os padrões aplicados no bairro operário da Urgeiriça, por sugestão do próprio Presidente do Conselho³¹⁰. Esta proposta interpretativa, que não conseguimos confirmar através da documentação analisada até à data, parece-nos pouco congruente. Considerando que ambas as estruturas se dedicaram ao trabalhador nacional e que a colónia se pretendia uma obra despretensiosa e simples, que seguisse os preceitos arquitetónicos nacionais, é natural e expectável que existam paralelos e semelhanças entre elas. Contudo, essas semelhanças não implicam, necessariamente, a adoção na Mata da Caparica do

³⁰⁸ “A vinda de trabalhadores espanhóis a Portugal, no intercambio estabelecido entre a Fundação Nacional para Alegria no Trabalho e a sua congénere do país vizinho Organizacion Sindical «Educacion y Descanso» deu motivo a demonstrações de carinho por parte dos visitantes, em consequência do acolhimento que aqui tiveram.”- ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. V, nº58,59, 60 (1949)

³⁰⁹ INATEL- 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 120.

³¹⁰ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 941.

modelo da Urgeiriça, sendo importante em estudos posteriores perceber a validade desta proposta.

“Demonstração (...) do que já foi realizado (...) no campo social da política corporativa”³¹¹, a colónia de férias «Um Lugar Ao Sol», acompanhando a evolução da própria Fundação, conheceu alterações significativas na década de 1950. Deixando de ser a única estrutura orientada para o trabalhador nacional doravante, “porque a obra da F.N.A.T. não se *detem*, porque é preciso levar a todos os meios de acção social *que outros prometeram e não foram capazes de realizar*”³¹², esta colónia não cessou a sua importância ao nível nacional, tornando-se essencial, através do seu carácter prático e experimental, para modelar as restantes estruturas semelhantes.

Assim, apelando à cooperação das entidades patronais e sobrelevando “o benefício em que se traduz, para o trabalhador e para o seu agregado familiar, a estadia na colónia de férias”, a Fundação promoveu, durante a década de 1950, novas ampliações na colónia da Mata da Caparica e requalificou antigas estruturas, de cariz infantil, para o efeito. Acompanhando quase uma década de investimentos, readaptações e reestruturações, o projeto das colónias de férias para trabalhadores nacionais adquire, em 1960, condições para inaugurar 3 novas estruturas orientadas para o público adulto.

Podendo finalmente considerar-se a existência de um programa dedicado às colónias, desde o ano de 1960, é possível aferir que “«Um Lugar ao Sol» constitui a primeira realização dum obra de larga projecção social que” com o tempo se estendeu “a um número maior de trabalhadores.”³¹³ De facto, “«A colónia nasceu, pois, muito pequenina, mas com o bom ar da região privilegiada onde se instalou, foi crescendo e frutificando, partindo hoje da árvore raquítica então lançada, frondosa ramaria que abraça todo o País, em benefício do trabalhador português».”³¹⁴

³¹¹ ALEGRIA NO TRABALHO – Em «Um Lugar ao Sol» Foram construídos mais seis pavilhões, atingindo-se assim o limite da capacidade daquela colónia de férias da F.N.A.T. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº39 (1948).

³¹² ALEGRIA NO TRABALHO – Em «Um Lugar ao Sol» Foram construídos mais seis pavilhões, atingindo-se assim o limite da capacidade daquela colónia de férias da F.N.A.T. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº39 (1948).

³¹³ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

³¹⁴ ALEGRIA NO TRABALHO – Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 45 (1948), p. 176.

3.2 Readaptações e reestruturações (1950-1960): colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira», «Marechal Carmona» e «António Corrêa d'Oliveira»

A FNAT registou alterações profundas durante a década de 1950 que cedo a forçaram a reformular projetos e modos de atuação, destinando parte das suas preocupações às colónias de férias. Note-se que, pressionada pela nova administração e pelo terceiro estatuto, a Fundação, ao perder o controlo sobre as estruturas infantis, necessitou de readaptar o projeto, em curso, à sua nova realidade, conduzindo várias ampliações e reestruturações.

Na obra da Mata da Caparica, e em conformidade com a documentação consultada, a década de 1950 foi relevante para o alargamento e para a construção dos equipamentos que, até 1970, compuseram o espaço. Assim, neste decénio, a colónia recebeu a construção de “trinta e oito pavilhões, um pavilhão central, dois salões, bar, terraço, refeitório para mil e seiscentas pessoas, posto médico, posto de correios, barbearia, cabeleireiro e piscina” que a transformavam “numa cidade miniatura”³¹⁵. Na mesma altura realizaram-se “as primeiras sessões de cinema ao ar livre”³¹⁶

Conhecendo novas diretrizes, a partir de 1950, o layout da colónia modificou-se para albergar as novas dependências e para comportar pavilhões pertencentes a entidades privadas. Sofrendo algumas oscilações, ao longo da década, o plano da cidade foi sendo readaptado de forma experimental. A título de exemplo, durante alguns anos o número de edifícios destinados às raparigas passou a ser superior ao número destinado aos rapazes. Efetivamente, em 1952, existiam 3 pavilhões com capacidade para 39 raparigas solteiras ao passo que existia apenas um, com capacidade para 34 indivíduos, destinado aos rapazes solteiros. No entanto, em 1954 essa opção dissolveu-se com a desagregação das tipologias por género.

Deste modo, ao serem financiados a título privado por grémios e sindicatos, os pavilhões deixaram de se inserir em tipologias e passaram a orientar-se para as entidades que os particionaram. Assim, em 1954, os 38 pavilhões passaram a organizar-se da seguinte forma:

“24 do mesmo tipo, compreendendo cada um 10 quartos de casal, com beliches para 2 crianças e um anexo para 4 pessoas (44 lugares);

³¹⁵ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 121.

³¹⁶ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 121.

3 de outro tipo, compreendendo 9 quartos de casal, com beliches para 2 crianças, um anexo para 4 pessoas e um aposento (44 lugares);

3 de um terceiro tipo, abrangendo 6 quartos para 2 pessoas e um anexo para 1 pessoa (lugares);

2 de tipos diferentes, um deles com 32 e outro com 34 lugares.”³¹⁷

Agudizando as assimetrias sociais dentro da colónia e tornando mais vincada a hierarquização interna do espaço, durante a década de 1950, aquando da nova intervenção na colónia, surgem dois núcleos de moradias destinadas ao pessoal permanente e à Marinha Mercante, em localizações distintas e apartadas da área residencial.

Nesta intervenção rompeu-se “com a uniformidade do aspeto, pintando-se edifícios de cores variadas e alegres”³¹⁸, sobretudo na área funcional e na recreativa, e alterou-se ainda a serventia de alguns edifícios. Adstrito a esta ação de remodelação sabe-se, por exemplo, que a residência do vigilante da colónia se converteu na habitação do administrador, do médico e do capelão da estrutura e que, no lado oposto num edifício similar, se instalou o mini-posto dos correios, o posto médico, a barbearia e o cabeleireiro.

Com lotação para 1,500 utentes e com um número relevante de equipamentos de recreio, em 1954 a colónia ainda não se mostrava suficiente para garantir alojamento para todos os beneficiários da FNAT tornando-se crucial a ampliação da obra, não mais de modo exclusivo no projeto da Mata da Caparica, mas através de novas estruturas erguidas em outras zonas do país. Na obra *Ano XX 1935-1954*, a Fundação referia que:

“É necessário ampliar o benefício em que se traduz, para o trabalhador e para o seu agregado familiar, a estadia na colónia de férias.

A acção tem de alargar-se e isto implica, sobretudo, a cooperação das entidades patronais.

Pela parte que lhe toca, a F.N.A.T., arroja-se a um novo empreendimento: a instalação de outra colónia marítima, destinada aos trabalhadores do Norte do país.

³¹⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 94-95.

³¹⁸ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 95.

Para esse efeito, foram já adquiridos os terrenos necessários em cabo do Mundo, as obras de pesquisas de águas estão já concluídas e os anteprojetos elaborados.

Igualmente se encara a hipótese da adaptação do edifício, cuja construção está por concluir no algarve, em albufeira, e que se destinava a uma colónia balnear infantil.

Com a sua lotação de 312 pessoas, poderia, até, ser utilizada em proveito do turismo social, nas épocas de inverno e de primavera.”³¹⁹

Não obstante as prospeções locais e a compra dos terrenos, o projeto de ampliação das colónias de férias não se processou como sugerido em 1954. Na verdade, a desejada colónia, dedicada aos beneficiários do Norte do país, não conheceu concretização na década de 1950 e a readaptação do edifício da colónia balnear infantil de Albufeira, apesar do seu carácter sugestivo, tomou a dianteira do projeto, convertendo-se na primeira estrutura dedicada ao público adulto depois de «Um Lugar ao Sol».

Apesar de se mostrar relevante para albergar os filhos dos trabalhadores da região sul do país durante as férias, a colónia balnear infantil, batizada de «Dr. Pedro Teotónio Pereira»³²⁰, nunca foi inaugurada para o efeito devido ao carácter inacabado das suas obras. De facto, enfrentando avanços e recuos ao longo de 1940 e 1950, a colónia projetada para a região do Algarve viu-se condicionada pela instabilidade económica da Fundação e pela alteração constante dos seus estatutos.

Em conformidade com a documentação, em 1946 ainda não havia sido possível “iniciar os trabalhos da colónia do Algarve, em virtude das dificuldades para a aquisição do edifício que vai ser adaptado para tal fim”, sendo, no entanto, imprescindível mencionar que “a Junta de Província do Algarve ofereceu à F.N.A.T. para o estabelecimento de uma colónia na sua região, um amplo edifício e obteve a Câmara Municipal de Albufeira o fornecimento gratuito da água e da energia *eléctrica* necessárias ao funcionamento desta Colónia.”³²¹

³¹⁹ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

³²⁰ “Uma vez executando o projeto já elaborado ficará possuindo o Algarve uma das mais belas colónias do nosso país, que, por vontade expressa das Casas do Povo daquela Província, tomará o nome do Dr. Pedro Theotonio Pereira, em homenagem ao primeiro Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.” ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 17 (1946), p. 104.

³²¹ ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 17 (1946), p. 104.



Fig. 25 – Fachada da colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», vista parcial Norte, 1948. MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013), p. 18.

Concebido para se instalar na área da antiga fábrica de conservas Ernesto de Salles Lda, o projeto da colónia balnear infantil foi entregue ao arquiteto algarvio Jorge Ribeiro de Oliveira, ainda na década de 1940. Pensado para ter “capacidade para acolher 700 crianças”³²², este projeto desenvolveu-se, inicialmente, “assente num desenho austero, clássico”³²³ ao qual se adicionaram “elementos da arquitetura tradicional portuguesa”³²⁴ como “alpendres, chaminés, telhados com beiral, caiada e com os vãos de pedra à vista.”³²⁵

³²² INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 130.

³²³ MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013), p. 18.

³²⁴ MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013), p. 18-19.

³²⁵ MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013), p. 18-19.

Em 1949, após vários estudos e correspondências trocadas entre o arquiteto responsável, a FNAT e o Fundo de Desemprego, ao remate rendilhado da fachada foi adicionado o nome da colónia e o escudo da Fundação. Ao longo desse ano foram emitidos vários pedidos urgentes de intervenção no edifício que visavam conter a deterioração que se ia tornando notória. No entanto, o quadro instável da FNAT e a escassez de fundos adiaram essas intervenções para os meados da década de 1950, quando o projeto foi adaptado ao público adulto.

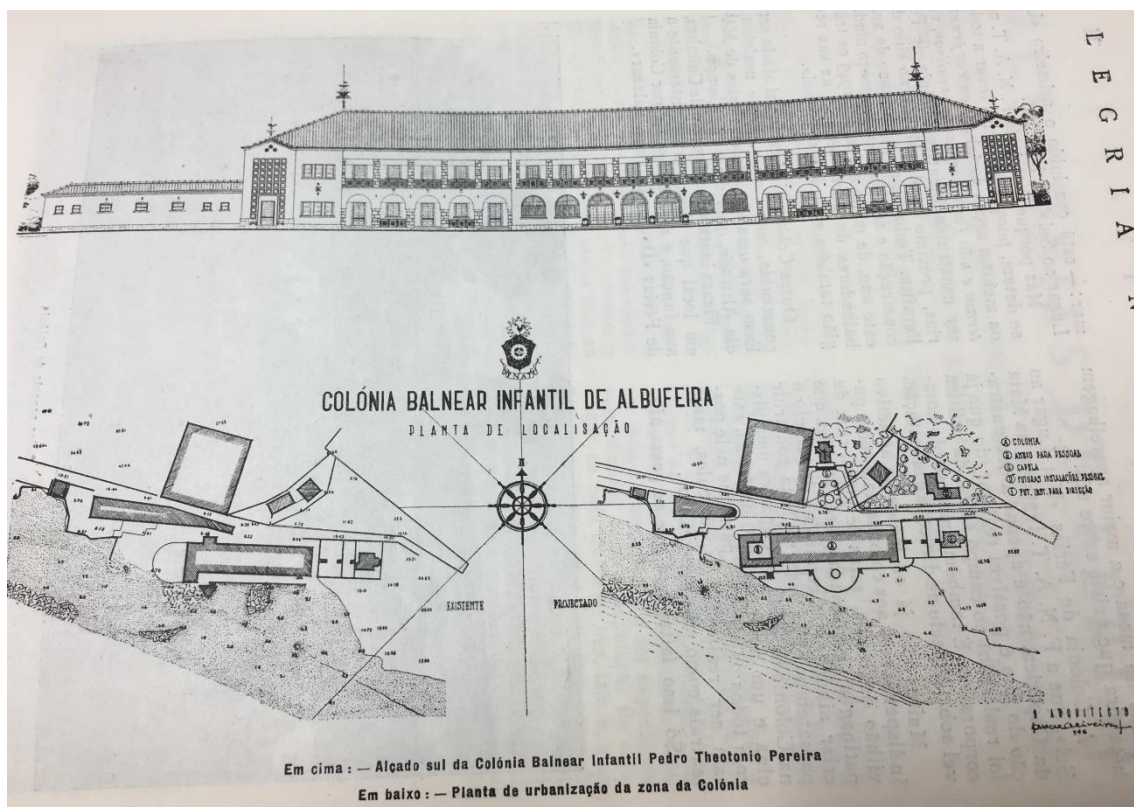


Fig. 26– Alçado e planta da colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquiteto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1948. ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 39 (1948), p. 44.

Mantendo a matriz do projeto desenvolvido pelo arquiteto Jorge Ribeiro de Oliveira apresentado, em 1948, nos boletins da FNAT [Fig. 26], a colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» sofreu alterações, estruturais e estéticas, que a capacitaram a receber os trabalhadores e as suas famílias. Procurando conciliar a estrutura pré-existente com as necessidades do novo público alvo, esta colónia, conjugando influências internas e externas, mostrou-se decisiva para o processo de uniformização do programa de reabilitação das estruturas de férias da FNAT que se desenrolou durante da década de 1950.

Enfatizando a vertente pedagógica e cénica da arquitetura, a colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» aproximou-se das pariformes infantis italianas ao impelir, através de duas

fachadas díspares, dois universos espaciais distintos ao edifício. De facto, erigindo-se horizontalmente entre a estrada e a praia, a colónia foi concebida para se apresentar ao utente de modo diferente dependendo da sua localização.

Assim, apresentando-se ao colono que chegava como um edifício austero e clássico, dotado de uma rigorosa simetria e de uma simplicidade decorativa, a fachada, voltada para a estrada [Fig. 25], condicionou a perceção do espaço interno a partir do exterior e limitou a interceção entre ambos a uma pequena galeria coberta, no segundo piso. Esta fachada desenvolveu-se apartada da envolvência que as restantes colónias estabeleceram com o espaço contíguo e do dinamismo arquitetónico que o arquiteto Jorge Ribeiro de Oliveira aplicou nos seus restantes projetos e na fachada oposta. Aliás, na fachada principal a marca mais evidente da arquitetura de Jorge Oliveira reduz-se ao rendilhado geométrico que remata a composição.



Fig. 27 – Fachada Sul da colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquiteto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1955. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

Por sua vez, sem romper com a simplicidade da composição, a fachada voltada para a praia [Fig.27] mostrava-se mais fluída e dinâmica que a oposta. Articulando elementos da arquitetura vernacular com jogos de volumes e soluções funcionais, esta fachada, contrariando a anterior, concebeu espaços de comunicação entre o corpo principal, a praça que o precede e a praia. Comportando uma solução que simulava uma *loggia* dupla, transitável no piso térreo e formulando varandas privadas no segundo piso, esta fachada permitiu conceber zonas de lazer,

ora de índole privada, ora de índole comunitária. No piso térreo, inclusive, a esplanada que se instalava ao longo da *loggia* acabava por se estender para a praça semicircular que fazia a ligação com o areal, prolongando a área de convívio até à praia.

Apostando na conjugação de formas semicirculares, quadrangulares e retangulares, no uso da pedra à vista para adornar pilares e emoldurar janelas, e explorando o rendilhado geométrico como elemento decorativo, esta fachada, diferentemente da ulterior, confere ao edifício maior proximidade com as opções estéticas eleitas pelo arquiteto para os demais projetos desenvolvidos na região do Algarve, na década de 1940. Cite-se, a título de exemplo, o Edifício do Turismo em Lagos, a agência da Caixa Geral de Depósitos em Loulé, e ainda o Monumento a Duarte Pacheco, projetado para o mercado de Silves.³²⁶

Independentemente das diferenças que as fachadas apresentam e da forma como cada uma se aproxima e distancia do espaço contíguo à estrutura, a verdade é que a colónia de férias se demarca, de modo propositado, na paisagem. Reforçando o carácter cénico da composição e acentuando a sua carga simbólica, esta opção estética, presente de igual forma nas restantes obras readaptadas, aproxima uma vez mais a obra nacional das colónias de férias às estruturas, à data inativas, da OND e KDF. Estas relações de proximidade, entre as edificações internacionais e as nacionais, não anulam a existência de vínculos com o projeto da Mata da Caparica, que se revela um exemplo fundamental para a estruturação do programa que ao longo da década de 1950 se vai desenvolver.

Contando com quase vinte anos de ampliações e remodelações, o projeto da colónia de férias «Um Lugar ao Sol» foi adquirindo, com base na experiência utilitária, diversos equipamentos indispensáveis ao usufruto dos tempos livres dos trabalhadores. Estes equipamentos, com exceção dos desportivos, foram introduzidos, na totalidade, nas readaptações promovidas desde 1955.

Assim, e segundo a documentação, a colónia de Albufeira, reabilitada para trabalhadores, foi apetrechada com casa das caldeiras, lavandaria e engomadaria, depósitos de géneros, cozinha e copa, refeitório para utentes e para funcionários, salas de jogos, salas de leitura, bar, posto de médico, secretaria, camaratas individuais (para utentes) e coletivas (para os funcionários), quartos de casal, com ou sem terraço privado, vestíbulos, garagem, capela e

³²⁶ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana – Arquitetura do Algarve. Dos primórdios à atualidade, uma leitura de síntese. Algarve: CCDR. 2005. p. 93-97.

instalações sanitárias³²⁷. Para esta tipologia de colónia estavam também previstos outros equipamentos, como cabeleireiro e barbeiro, mini posto de CTT e *cabina telefónica*, que, de modo excecional e condicionados pela dificuldade que a estrutura encontrava em obter terrenos e verbas, não se realizaram. Em função das mesmas dificuldades, também a pequena capela, que estava delineada na planta de 1948, adiou a sua construção até 1965. Longe do projeto inicial, esta acabou por se instalar na sala de leitura do edifício que foi remodelada para o efeito.³²⁸

Apesar de se projetar como uma estância de férias e não como um aldeamento, esta colónia manteve o paradigma de «Um Lugar ao Sol» ao nível da distribuição, funcional e hierarquizada, dos equipamentos no espaço. Não tendo a possibilidade de separar em edifícios distintos os diferentes equipamentos, mas pretendendo igualmente diferenciar áreas consoante as respetivas funções, a colónia organizou-se de modo similar às pousadas do SPN/SNI, da década de 1940.

Deste modo, apartando zonas funcionais, privadas e comunitárias, por pisos, a colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» reservou para a cave os equipamentos de acesso exclusivo dos funcionários da estrutura, como a lavandaria, a casa das caldeiras, as câmaras frigoríficas e os depósitos de géneros.

No rés-do-chão, área intermédia, funcionaram equipamentos utilitários acessíveis aos utentes, como a cozinha e copa “com todos os requisitos modernos”³²⁹, refeitórios, dos utentes e dos funcionários, secretaria, posto médico, e equipamentos de recreio como o bar, com esplanada, a sala de jogos e uma sala de leitura. Neste piso foram também instaladas duas camaratas e um quarto para solteiros. Conjetura-se que a cozinha, a copa e os refeitórios se desenvolveram na composição contígua ao edifício central. Esta composição, de modo semelhante ao complexo da Caparica, permitiu a abertura de um pátio dedicado aos funcionários.

³²⁷ *Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira*, [s.d]. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³²⁸ “Numa das nossas Colónias de Férias pretende-se adaptar uma sala a capela provisória afim de que os colonos que nela estagiam, durante o verão possam ter a necessária assistência religiosa.” Correspondência trocada entre a FNAT e diversas entidades em favor da adaptação da Biblioteca a capela, 1965. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³²⁹ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

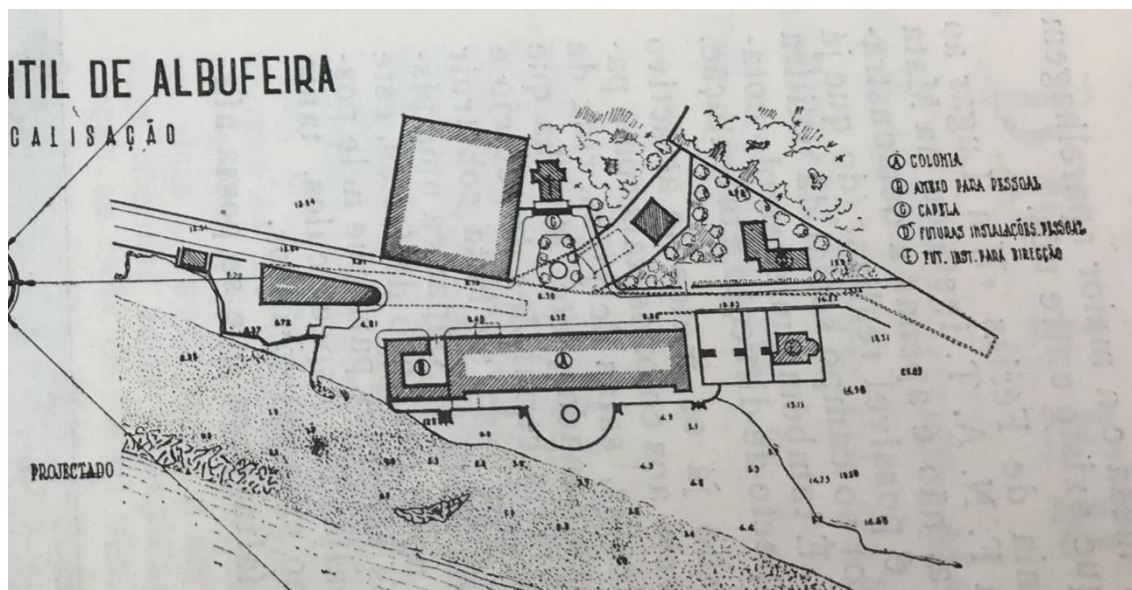


Fig. 28 – Pormenor da planta projetada para colónia balnear infantil «Dr. Pedro Teotónio Pereira». Arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira, 1948. ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 39 (1948), p. 44.

Tornando-se mais privado do que os restantes, o primeiro piso foi dotado de “14 quartos para casal com terraço privativo, 14 quartos para casal, 4 camaratas para singulares, 4 grupos de instalações sanitárias, sala de estar e 2 vestíbulos”³³⁰. Os quartos para casal com terraço, assim como aconteceu em Prora, estavam inteiramente voltados para o mar, oferecendo ao utente uma vista privilegiada sobre o areal. Neste piso as instalações sanitárias, que foram um motivo de muita atenção por parte das autoridades que regulamentaram o projeto da colónia, foram colocadas em áreas que não permitissem uma fácil propagação dos odores pelo espaço e contavam com água quente.

Próximo ao corpo principal jazia um anexo, composto por “uma garagem 2 camaratas para pessoal, 2 grupos de instalações sanitárias para pessoal e Arrecadação”³³¹, um pavilhão destinado à direção e estava prevista a construção, na década de 1960, de quatro novos pavilhões destinados à Caixa de Previdência.

³³⁰ *Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira*, [s.d.]. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³³¹ *Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira*, [s.d.]. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

Arrastando a primeira fase de readaptação do espaço por mais de cinco anos, a colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» desenvolveu-se como um novo palco experimental para a tipologia dedicada ao público adulto e as opções estruturais aplicadas na sua conceção estenderam-se às colónias «Marechal Carmona» e «António Corrêa d'Oliveira» remodeladas em 1959.

Desenvolvida para os filhos dos trabalhadores, nos inícios da década de 1940, a colónia balnear infantil «Marechal Carmona», ao contrário do ocorrido em Albufeira, esteve em funções até 1952. Nessa data, e por ocasião das alterações efetuadas no terceiro estatuto da FNAT no âmbito das estruturas infantis, a colónia acabou por ser explorada pela Diocese de Leiria, que a tutelou até 1957.

Instalada no antigo Palacete de Francisco Grandela, a colónia balnear infantil «Marechal Carmona» recebeu, em 1940³³², 150 contos do Estado para a adaptação³³³ do espaço à sua nova função. Note-se que, quando a colónia se instalou na Foz do Arelho, esta ocupou um espaço pré-existente, de feição familiar e privada, que era imperativo adaptar ao acolhimento do público infantil e às pretensões pedagógicas do programa.

Em 1941, na primeira intervenção pensada para o espaço, para além de se promover uma readaptação e ampliação dos cómodos internos do palacete, primou-se por racionalizar e depurar a arquitetura do edifício, conferindo-lhe uma maior sobriedade. Desta forma, uniformizando os volumes e simplificando as formas, o projeto da colónia infantil [Fig.29] alterou a estética do palacete, removendo, interna e externamente, todos os elementos decorativos que refletiam o gosto eclético de Francisco Grandela [Fig.30].

³³²“Em 1940, fixado por escritura de 30 de Outubro de 1941, a FNAT adquire à família Grandela “um prédio composto de parte rústica e parte urbana, denominado ‘Monte do Facho’, no limite e freguesia da Foz do Arelho, compondo-se de terras de sementeira, algum pinhal e mato, casas de habitação, casas de arrecadação, casas de moradia, denominadas ‘Torreão’, e casa de capela, tudo murado e com dois metros de terreno em volta dos muros e fóra destes, compondo-se ainda, além da Estrada Nacional, e para o lado da lagôa de Óbidos, de uma cocheira, garage e outras casas de arrecadação e terreno murado com uma casa para guarda de barcos”, numa área total de 70 mil metros quadrados, para a instalação de uma colónia balnear infantil destinada aos filhos dos trabalhadores sócios das Casas do Povo e dos Sindicatos Nacionais.” LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 727.

³³³ VALENTE, José Carlos – *Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma História política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri. 1999, p. 91.



Fig. 29 - Fachada da colónia balnear Marechal Carmona 1941. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].



Fig. 30 - Palacete Grandela – vista para as janelas neomanuelinas, aos rendilhados, as colunas torças e os pináculos e arco neoárabe. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].

Conservando a metodologia do depuramento estético dos edifícios pré-existentes, a primeira intervenção revestiu a estuque os muros exteriores ameaçados, a capela e o torreão para lhes conferir um ar mais homogéneo. Distanciado do corpo principal e com acesso privativo, o Torreão, próximo da capela, foi remodelado internamente para albergar as “habitações dos directores ou funcionários superiores da F.N.A.T.”³³⁴.

Mostrando-se insuficiente para albergar os utentes e os equipamentos necessários à sua permanência no espaço, a primeira intervenção comportou também a construção *ex novo* de um edifício circunjacente ao corpo principal. Seguindo a mesma linguagem estética aplicada na remodelação da estrutura pré-existente, este corpo retangular de dois andares beneficiou da elevação natural do monte para se projetar na paisagem e criar dinamismo na composição. Relembre-se que esta opção de utilizar a morfologia do terreno para dinamizar os edifícios já havia sido explorada no primeiro programa de pousadas do SPN/SNI.

Assim, mantendo proximidade com o programa de Pousadas da década de 1940 e com as restantes colónias da FNAT, o projeto da colónia «Marechal Carmona» promoveu uma relação dinâmica entre a infraestrutura e o espaço envolvente, conjugando racionalidade arquitetónica e volumes puros, a esfera, a pirâmide e o cubo, com elementos de arquitetura regional.

Marcado pela candidatura de Humberto Delgado às presidenciais, o ano de 1958³³⁵ assinalou o início de uma profunda mudança na FNAT³³⁶ e na própria colónia, que, após cinco anos sob alçada da Diocese de Leiria, retomou à tutela da Fundação, “por determinação do Ministro das Corporações de então, Dr. Veiga de Macedo”³³⁷, com uma nova matriz em curso. Ainda que as obras de readaptação só se iniciassem no ano seguinte, a documentação informa que em 1958, em função da agitação política que se fazia sentir, a estrutura “reiniciou o funcionamento já como colónia de adultos, mas a título provisório e nas velhas instalações”³³⁸.

³³⁴ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 54.

³³⁵ Remodelação teve “início em 1959, realizando-se a cerimónia de inauguração a 2 de Setembro de 1961.” LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 727.

³³⁶ VALENTE, José Carlos – *Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma História política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri. 1999, p. 183

³³⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho. *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 12.

³³⁸ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*. 1969, s.p.

De feição familiar e com “capacidade para receber dois mil e quinhentos veraneantes, em seis turnos, por cada época balnear”³³⁹, o projeto de readaptação da colónia «Marechal Carmona», iniciado em 1959, desenvolveu-se em conformidade, funcional e estrutural, com o programa concebido para a infraestrutura de Albufeira.



Fig. 31 - Fachada da colónia balnear Marechal Carmona 1961. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho.[s.d].

Contando com o apoio declarado do Ministro das Corporações Veiga Macedo e dispondo de maior financiamento por parte dos sindicatos e entidades patronais, o projeto da colónia foi pensado para albergar um bar, “uma sala de estar com terraço”³⁴⁰, “uma ampla sala de jantar onde podem ser servidas simultâneamente cerca de 500 refeições, uma cozinha o mais modernamente apetrechada, serviço de posto médico, barbearia, cabeleireiro, posto de correio, posto de vendas de recordações, objectos de toilette, etc., salões de festas e de convívio,

³³⁹ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 728.

³⁴⁰ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - *Colónia de Férias*. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

biblioteca, televisão e cinema, capela sob a invocação do Santo Condestável, instalações de praia para os banhistas, barcos e, num futuro próximo, um parque de campismo”³⁴¹.

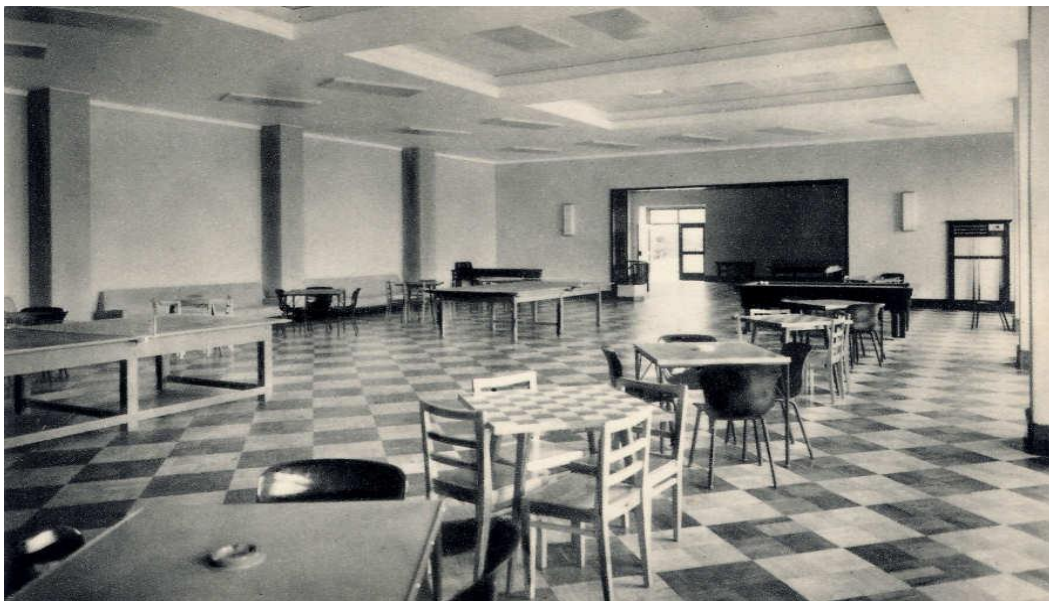


Fig. 32 - Sala de Jogos da colónia balnear Marechal Carmona, década de 60. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].



Fig. 33 - Bar da colónia balnear Marechal Carmona, década de 1960 NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

³⁴¹ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 14-15.

Os seus quartos, assim como os da colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira», encontravam-se, na generalidade, voltados para a praia e comportavam varandas privadas cobertas que permitiam ao utente uma vista privilegiada sobre a Lagoa de Óbidos e o areal. Pensados como espaços familiares, dotados de casa-de-banho privativa³⁴² e água quente canalizada, estes quartos contavam com uma compartimentação interna que permitia separar as acomodações dos pais das dos filhos. Em conformidade com os pareceres analisados, esta compartimentação revelou-se uma novidade na tipologia, sendo inclusive sugerida a sua incrementação em projetos futuros³⁴³.



Fig. 34 - Pormenor da colónia balnear Marechal Carmona, década de 1960. Bilhete Postal. Arquivo digital da Foz do Arelho. [s.d].

³⁴² “Todos os quartos são dotados com casa de banho privativa e a maior parte também com varanda coberta privativa” - NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

³⁴³ “8º. Achamos imprescindível um maior isolamento dos filhos, e a solução já experimentada na Foz do Arelho, garante-o mais que vemos no projectos. Embora entendamos ser matéria de discussão o melhor isolamento de pais para filhos pequenos entre a solução que projetamos e a realizada na Foz do Arelho, concordamos com a observação feita e será esse um dos pontos a atender na pormenorização que estamos a realizando do projecto. Entre outros processos, dado que está projectada na zona de separação uma lajeta à altura de dois metros, fácil é colocar até essa altura uma porta de correr, por exemplo” Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

Sem se afastar da sua função doutrinária e repudiando o que se percecionava como a promiscuidade, as instalações da colónia, projetadas “sem luxos, mas com a dignidade e comodidade necessárias à finalidade a que se destinam”³⁴⁴, distribuíram-se pelo espaço, de modo funcional e organizado, diferenciando por pisos as áreas de acesso privado e as áreas comuns. Fixadas no piso térreo, as áreas de utilização comunitária estendiam-se para o exterior, através de terraços e esplanadas [Fig.34], criando espaços de interceção entre o universo interno da colónia e o externo.

Em função da ampliação dos edifícios, os jogos de volumes que se evidenciaram em 1941 perderam intensidade e o dinamismo da composição ficou dependente das varandas que se iam destacando ao longo da fachada, no piso térreo e no superior.

Nesta intervenção, à semelhança do ocorrido na colónia «Um Lugar ao Sol» e na «Dr. Pedro Teotónio Pereira», “além dos trabalhos de adaptação dos dois edifícios existentes, construíram-se mais dois grandes pavilhões de apartamentos destinados ao sindicato nacional dos empregados de escritório do distrito de Lisboa e ao sindicato nacional dos empregados dos serviços administrativos da marinha mercante, aeronavegação e Pesca.”³⁴⁵

Estes “edifícios modernos, arejados, com amplas esplanadas debruçadas sobre esta paisagem de beleza tão serena”³⁴⁶, ainda que em concordância estética e funcional com edifício principal, tornaram mais vincada a diferenciação hierárquica entre trabalhadores, dentro do espaço da colónia. Ressalve-se que a hierarquização do espaço e a diferenciação interna não é novidade nas colónias de férias. Estas estruturas previram, desde os primeiros projetos, uma separação evidente entre cómodos destinados a funcionários, à direção e aos utentes.

No entanto, a construção privada de pavilhões por parte de determinados grémios e sindicatos no espaço interno da colónia, a partir da década de 1950, criou separações entre os próprios colonos, concentrando as profissões por áreas específicas. Esta separação não se mostrou, ainda assim, relevante para os estagiários, que, parecendo alienados das distinções sociais discriminatórias preconizadas no interior das colónias, continuavam a frequentar

³⁴⁴ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 12.

³⁴⁵ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 13.

³⁴⁶ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 12.

massivamente os espaços e a sobrecarregar as estruturas, sendo necessário continuar a investir na construção de novas unidades.

Entre 1955 e 1961, exaltando o “alcance social extraordinário das tarefas confinadas a este organismo”³⁴⁷, o Ministro das Corporações Veiga Macedo promoveu, através da concessão de subsídios extraordinários³⁴⁸, uma nova fase de incremento no seio da FNAT e no projeto das colónias de férias, permitindo a sua deslocação até outras áreas do país. Influenciando de forma positiva a ampliação deste projeto e apesar de ainda não concretizar a construção da almejada colónia destinada à zona Norte, o Ministério das Corporações adquiriu, em 1960, as instalações do inativo Palácio Hotel de S. Pedro do Sul para nele hospedar uma colónia de férias dedicada aos beneficiários da FNAT da região centro.



Fig. 35 – Pormenor da fachada da colónia de férias «António Corrêa d’Oliveira», década de 1960. INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 39.

³⁴⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 12.

³⁴⁸ “Foi dotando a FNAT dos necessários meios materiais, embora a título de subsídios extraordinários, que o sr. Dr. Veiga de macedo, permitiu a FNAT o alargamento das suas atividades, designadamente no sector das colónias de férias sem qualquer comparticipação do Estado.” PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 13.

Batizada com o nome do poeta «António Corrêa d'Oliveira», esta colónia, antes de inaugurada em setembro de 1960, foi alvo de “grandes obras de adaptação e renovação.”³⁴⁹ Tendo como ponto de referência o projeto de Albufeira e o da Foz do Arelho, a intervenção realizada dotou o espaço, com anterior função hoteleira, de novas dependências destinadas ao usufruto, regado e sadio, do tempo livre e modernizou os existentes em conformidade com os padrões definidos para a tipologia. Segundo a documentação, e a título de exemplo, sabe-se que a “cozinha que sofreu uma remodelação total está apetrechada com os requisitos mais modernos.”³⁵⁰

Diferenciando áreas funcionais, coletivas e privadas, entre si, o projeto de readaptação do espaço providenciou para a colónia, à semelhança das restantes, uma barbearia, um cabeleireiro, um posto médico, CTT, cabine telefónica, salão de festas, várias salas de convívio e de jogos, bar devidamente equipado, uma ampla sala de jantar com galeria, uma biblioteca, instalações para lavandaria e rouparia, 150 quartos e camaratas³⁵¹ para colonos, e instalações para o pessoal. Para além destas estruturas distribuídas, de forma funcional e hierarquizada, entre o edifício central e as três dependências funcionais anexas, a colónia comportou, no seu exterior, “um parque infantil devidamente equipado” dedicado aos filhos dos seus beneficiários.

Marcando uma cisão revelante para uma obra que se apresentava “de valorização humana e conseqüentemente de dignificação cristã”³⁵², esta foi a primeira colónia da FNAT a não comportar, no seu projeto, uma capela ou espaço de devoção.

Admitindo dinâmicas próprias de interação com o espaço envolvente, e diferentemente do que aconteceu nas restantes readaptações, o edifício da colónia preservou, de modo geral, a configuração arquitetónica do *Palace Hotel*. Para o efeito, apesar da intervenção realizada ter comportado uma simplificação de volumes e uma diluição da decorativa, o edifício manteve-se fiel à sua configuração inicial e distinguiu-se das opções estéticas aplicadas nas outras colónias da Fundação. Note-se que, pese embora apresentado como uma colónia de férias para

³⁴⁹ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

³⁵⁰ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

³⁵¹ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 39.

³⁵² PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, p. 9.

trabalhadores nacionais, o projeto delineado para a estrutura «António Corrêa d'Oliveira» pretendia, desde o início, transpor a obra da Fundação para uma nova realidade.

Numa altura em que se louvava “o papel dos estabelecimentos termais para a recuperação de vítimas de acidentes ou doenças profissionais”³⁵³, a colónia de S. Pedro do Sul, desenvolvendo-se como a primeira estrutura de férias da FNAT formulada fora do ambiente balnear, desejava instituir-se como a obra inicial do termalismo social em território nacional. Contudo, face à instabilidade que as décadas seguintes acarretaram, esta tipologia, que visava enfatizar as preocupações sociais da Fundação e tornar mais ampla a sua intervenção, não alcançou a repercussão positiva esperada.

3.3 O início do fim (1961-1974): A busca utópica pela colónia de férias do Norte do país e a dissolução da Fundação

Conhecendo uma expansão significativa durante o período em que Veiga Macedo ocupou o cargo de Ministro das Corporações e Previdência social, a partir de 1961, a realidade da FNAT alterou-se, uma vez mais, e as suas atividades voltaram a ficar dependentes das aprovações e financiamentos dos grémios patronais e do ministério. Estas alterações condicionaram os projetos de readaptação e expansão das colónias de férias já existentes e tornaram utópica a edificação da estrutura, ambicionada desde os inícios da década anterior, para o Norte do país.

Em 1961, dando continuidade à ampliação da colónia de Albufeira, projetaram-se quatro pavilhões destinados à Caixa de Previdência. Estes pavilhões foram inaugurados apenas no ano seguinte em função das constantes alterações efetuadas ao projeto. Ainda que a historiografia assinala uma maior liberdade arquitetónica na década de 1960, a verdade é que a FNAT se mostrou muito reticente quanto às novidades apresentadas pelo projeto da Caixa de Previdência.

Apresentando-se como estruturas isentas de elementos regionalistas, que tiravam partido das assimetrias do terreno para criar jogos de volumes, os pavilhões projetados não agradaram à Fundação que os considerou “pouco sóbrios - talvez até falhos da dignidade” para uma obra que se desejava “de tanto vulto e capaz de marcar uma época e de resistir ao

³⁵³ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 39.

tempo.”³⁵⁴ Em resposta, o vice-Presidente da Caixa de Previdência, responsável pelo parecer, afirmou:

“Apraz-nos saber que a Direcção da F.N.A.T. se preocupa tanto com a sobriedade dos edifícios. Na responsabilidade quase poderíamos dizer ser essa condição base que preside a todos os projectos desta Federação e que presidiu naturalmente ao caso em referência. Receamos, no entanto, não entenderemos do mesmo modo a forma como essa sobriedade se pode reflectir, sobretudo quanto à necessidade de ser enquadrada com outros valores, como sejam, neste caso, o jogo de volumes. Trata-se de um edifício térreo com fins de recreio numa zona mediterrânica, e além disso, com necessidade de adaptação um terreno bastante acidentado que impõe quebras de ritmo. Estas quebras aproveitaram-se para evitar a monotonia de um programa repetido.

Foi pois propositadamente que fugimos à solução simplista de uma sobriedade monótona, para levarmos essa sobriedade a colaborar e infiltrar-se no movimento tão característico das soluções mediterrânicas. Ninguém se atreverá a dizer que o conjunto da povoação de Albufeira não é sóbrio, como ninguém dirá que o não é o convento dos Capuchinhos na Arrábida; no entanto que riqueza de volumes, que sucessão de claros e escuros que dignidade de espaços, que escala tão humana.

A sobriedade, como a estanquicidade e o isolamento térmico, etc... são meios ao serviço de uma obra de arquitetura, não são os fins.”

Para além do descontentamento apresentado quanto à «sobriedade» do edifício, a FNAT não concordou, de igual modo, com a liberdade de acessos e a falta de resguardo³⁵⁵ estipuladas para as estruturas, bem como com o sistema encontrado para a drenagem das águas pluviais³⁵⁶. Mantendo a postura discordante, a direcção da Fundação considerou, ainda, que as soluções defendidas para o isolamento das crianças³⁵⁷ e para as varandas³⁵⁸ se revelavam pouco funcionais comparativamente com as aplicadas na Foz do Arelho.

³⁵⁴ Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁵⁵ “4º. É demasiada a liberdade de acessos, parece-nos inconveniente a falta de resguardo como a existência de telheiro ou alpendre, por razões várias;” Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁵⁶ “6º. Não gostamos do sistema encontrado para a drenagem das águas pluviais, que nos parece dever ser, se possível interior;” Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁵⁷ “8º. Achamos imprescindível um maior isolamento dos filhos, e a solução já experimentada na Foz do Arelho, garante-o mais que vemos no projectos.” Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁵⁸ “3º. Cremos que as varandas deveriam ser maiores e que podia ser outra a solução para a distribuição das portas;” Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

Reservando parte da sua preocupação às questões de salubridade e higiene, a Fundação discordou também da proposta apresentada para as instalações sanitárias, preferindo “chuveiro e bidé, ao poliban, sem aceitação entre a nossa gente”³⁵⁹. Sobre esta observação, o Eng.º Rafael dos Santos Costa aferiu:

“É pena que só agora esta observação nos seja feita pois da análise das obras da F.N.A.T já construídas e que nos fora dado a observar como exemplo não se deduz que fôsse esse o pensamento dos seus dirigentes.

De qualquer modo não é êsse o nosso modo de pensar e aproveitamos a oportunidade para esclarecer que além de inestético e de ocupar mais espaço “o bidé” é mais anti-higiénico que a variante do poliban. Quanto ao facto da nossa gente estar menos habituada é uma questão de tempo. Já é altura de se irem habituando.”³⁶⁰

Relativamente às instalações sanitárias, importa ainda salientar que, durante o regime, se perpetuou uma elevada preocupação com estes espaços, com a sua conceção e com a sua localização. Apetrechadas com água quente canalizada e munidas de equipamentos afetos aos costumes e modas nacionais, como lavatórios, bidés e chuveiros, estas instalações foram colocadas em áreas estratégicas das estruturas, permitindo, assim, conter a propagação excessiva de odores e reaproveitar os sistemas de esgotos e as canalizações.

Mantendo uma opinião discordante, a FNAT e a Caixa de Previdência procederam, em conjunto, a alterações no projeto e, em setembro do mesmo ano, dois dos pavilhões entraram em funcionamento. Em articulação com a construção destes espaços, foi prevista uma nova fase de intervenção nos corpos pré-existentes. Contudo, volátil às oscilações da FNAT, a colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira» enfrentou um novo retrocesso durante a execução desta segunda adaptação do espaço. Perante as “dificuldades surgidas na aquisição dos terrenos necessários à execução da 2ª fase da obra”³⁶¹ de Albufeira, a Fundação pediu ao Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização do Distrito de Faro para reconduzir a “complicação

³⁵⁹ Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁶⁰ Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁶¹ Correspondência entre a direção da FNAT e o Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização do Distrito de Faro, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

incluída no Plano de 1961³⁶² para o projeto da colónia do Cabo Mundo, do qual havia sido retirada³⁶³.

Prolongando uma vez mais no tempo a campanha de obras da colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira», a recondução de verbas mostrou-se incipiente para materializar a colónia de férias pensada para Perafita. Este projeto, depois de longas décadas de estagnação, acabou por não se concretizar e as pretensões de construir uma colónia de férias para os trabalhadores na zona Norte do país transferiram-se para Viana do Castelo.

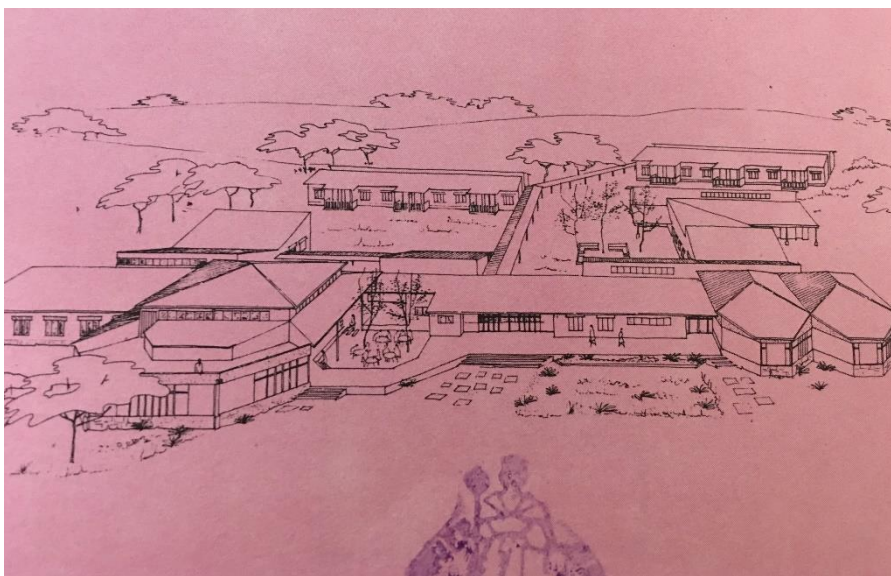


Fig. 36 – Projeto da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

Nitidamente afastado dos projetos desenvolvidos até então para as colónias da FNAT, o programa apresentado para a praia do Cabedelo refletiu a pluralidade arquitetónica, da década de 1960. Mesclando telhados de quatro águas com terraços de betão armado, o projeto apresentado, em 1969, articulou seis corpos independentes entre si.

³⁶² Correspondência entre a direção da FNAT e o Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização do Distrito de Faro, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

³⁶³ “Assim, esta Fundação Nacional, solicita a V. Ex se digne promover que a comparticipação incluída no Plano de 1961 vá reforçar a comparticipação prevista para a obra de construção da colónia de férias de Cabo do Mundo, em Perafita, donde, de resto havia sido retirada.” Correspondência entre a direção da FNAT e o Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização do Distrito de Faro, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

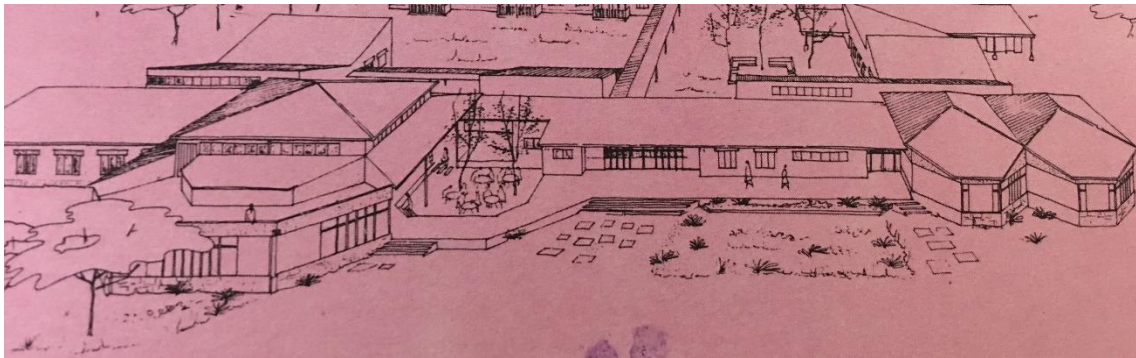


Fig. 37 – Pormenor do Bloco central da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

O “Bloco central com área coberta de mais de 2000 metros quadrados” projetou-se como o maior edifício da colónia. Conjugando diferentes volumes e formas, este edifício polivalente [Fig.37] foi pensado para conter uma grande variedade de equipamentos e funções. Cite-se, a título de exemplo, “recepção, salas de espera, bar, salas de jogos, salas de crianças, sala de leitura, refeitório (*self service*) onde podem ser servidas mais de 400 pessoas simultaneamente, cozinha, copa, câmaras frigoríficas, serviços de lavandaria, rouparia, casa de máquinas, etc...”³⁶⁴

Apostando em volumes essencialmente planos, o edifício central foi pensado para conter um elevado número de janelas que, em articulação com os terraços, alpendres, pátios e galerias exterior, criaram grande dinamismo e interação entre o universo interno e externo da colónia. Beneficiando das irregularidades do terreno e dos avanços e recuos das formas racionais, este corpo destacou-se dos demais em dimensão e complexidade.

³⁶⁴ NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

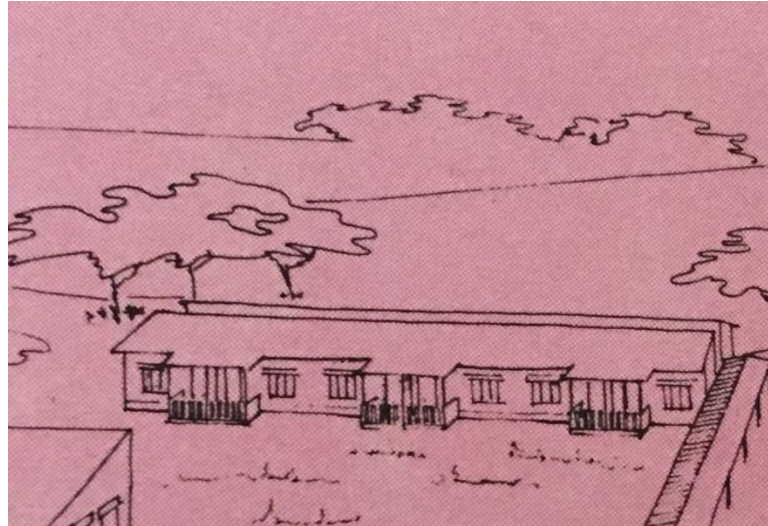


Fig. 38 – Pormenor de um pavilhão destinado a dormitórios da colónia de férias destinada à praia do Cabedelo. 1969. NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

Os restantes cinco pavilhões, destinados a dormitórios, apresentaram uma composição mais simples que a do corpo principal. Com dimensões mais modestas e munidos de três alpendres duplos que lhe conferiam ritmo, estes pavilhões mantiveram a aposta em volumes planos e desenvolveram-se de forma homogénea entre si. Contendo seis apartamentos privados em cada edifício, estes pavilhões, ainda que mais racionais e lineares, remetiam visualmente para os pavilhões da colónia «Um Lugar ao Sol» desenvolvidos para o efeito. Note-se que a arquitetura pensada para esta colónia não excluiu na totalidade os elementos vernaculares. Na verdade, eles estiveram presentes ao longo de todo o projeto, estilizados e diluídos, nos restantes elementos arquitetónicos.

Apesar do seu projeto ter sido apresentado publicamente, em 1969, a colónia destinada a Viana do Castelo também não viria a ser construída. De facto, foi necessário chegar à década de 1970 para a FNAT reunir as condições necessárias para abrir ao público a ambicionada colónia de férias reservada aos trabalhadores da zona Norte.

Distante de todos os planos projetados até então, esta colónia foi instalada na região de Entre-os-Rios, quando a “julho de 1970 a FNAT adquiriu a Sociedade das Águas de Entre-os-Rios à sua proprietária, Regina Quintanilha, juntamente com o complexo termal da Quinta

Torre: Balneário, dois hotéis, e capela, além de todo o parque termal e a zona agrícola onde se produz o Vinho D'Ega.”³⁶⁵



Fig. 39 – Edifício destinado à colónia de férias de Entre-os-Rios. 1970. INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 21.

Alvo de algumas intervenções, durante o ano seguinte, esta colónia entrou em funcionamento em 1971, comportando quartos, instalações sanitárias, restaurantes, salas de estar, capela e um balneário termal, “composto por duas alas que alojam as cabines para os tratamentos balneoterapêuticos, uma sala de gargarejos, uma sala de repouso, os gabinetes médicos e os tratamentos de fisioterapia.”³⁶⁶

De modo similar ao que aconteceu em S. Pedro do Sul, apesar das intervenções executadas antes da abertura, este espaço, já de vertente hoteleira, manteve a sua matriz inicial e preservou grande parte da sua estética neoclássica sendo difícil neste caso mencionar a que níveis se processou realmente a adaptação feita pela FNAT.³⁶⁷

³⁶⁵ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 22.

³⁶⁶ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 22.

³⁶⁷ INATEL - 75 ANOS: *das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL. 2011, p. 21-23.

Denunciando o desejo de recuperar o projeto do termalismo social, estagnado desde 1960, a aquisição e adaptação deste espaço a colónia de férias aconteceu já nos últimos anos do regime, invalidando quaisquer pretensões da FNAT em expandir a obra social para outras valências.

Com a queda do regime e a dissolução da FNAT, o projeto social das colónias de férias conheceu uma nova reviravolta. Sendo entregues, em 1975, à INATEL, a herdeira democrática da Fundação recentemente abolida, as estruturas, que até então haviam sustentado o projeto das colónias de férias, foram adaptadas a complexos hoteleiros orientados para o turismo social que ainda hoje se mantêm em funcionamento.

Conclusão

Almejando potenciar a elevação física e intelectual do indivíduo em conformidade com a sua ideologia e impulsionar o desenvolvimento local, os países com regimes fascistas vincularam o turismo social aos preâmbulos e programas das suas organizações, corporativas e recreativas, e dotaram-no de estruturas especificamente preparadas para o efeito. Entre estas estruturas, de diferentes feições e aplicabilidades, as colónias de férias, objeto de estudo da presente dissertação, adquiriram um papel preponderante.

Funcionando como um palco de experimentação, o regime fascista italiano foi o primeiro a desenvolver, adstrito à ação da OND, estruturas de férias específicas para as massas. Organização visceral no domínio da política social e cultural do regime, a OND promoveu, através de atividades agrupadas por idade, género e profissão, a divisão da sociedade italiana durante os momentos de lazer³⁶⁸. Desconstruindo propositadamente as estruturas nucleares formadas em torno da família durante os tempos livres, esta divisão gerou diferenças na projeção, edificação e recuperação dos espaços físicos que acolheram as atividades destinadas a cada grupo, sendo possível identificar três tipos de estruturas distintas: os dopolavoro, os balillas e as colónias de férias³⁶⁹.

Reservando os dopolavoro e os balillas para os adultos e os adolescentes, as colónias de férias italianas encontravam-se vocacionadas para crianças, preferencialmente saudáveis³⁷⁰. Ambicionando disciplinar o público infantil e modelá-lo segundo as ideologias do regime, estas estruturas de férias não descuraram a vertente pedagógica e propagandística da arquitetura, potenciando a emergência, no edifício, de dois universos estéticos com funções díspares.

Normalmente adotando formas exteriores que preenchiam o imaginário infantil e que, em simultâneo, estavam ligadas à modernidade, estas colónias produziam, através do seu aspeto externo, uma espécie de imagem idílica que, diferente da do espaço envolvente e do espaço interno, se perpetuaria na mente do utente e funcionaria como uma propaganda interna e duradora³⁷¹. De facto, importa reter que a projeção destas colónias articulava o pragmatismo

³⁶⁸ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 409-410.

³⁶⁹ KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 409-410.

³⁷⁰ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

³⁷¹ BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp. 2011, p. 7.

dos espaços internos com o simbolismo externo, marcando a vivência das crianças desde o momento em que entravam até o momento em que saíam.

Ainda que o campo social fosse apenas um estandarte político, as colónias de férias italianas tiveram um papel preponderante na vida de muitas crianças³⁷² e influenciaram estruturas semelhantes impulsionadas pelos restantes regimes fascistas europeus.

Com os momentos de lazer a ultrapassarem o habitual descanso semanal, o regime fascista alemão, à semelhança do italiano, necessitou de criar uma organização recreativa capaz controlar e planear, de maneira pública e omnipresente, as atividades de ócio privado dos trabalhadores nacionais e das suas famílias. Assim, produzindo a imagem de um Estado corporativo que «investia» na progressão e modernização social, em 1933, o governo alemão potenciou, através da DAF, o surgimento a KdF.

Enquanto organização recreativa responsável por conter e combater o perçecionado tédio «perigoso» das massas, a KdF compeliu os trabalhadores alemães a participarem nas intervenções por si produzidas apelando ao sentido nacional de vida em comunidade. Contrariando a tendência da OND de repartir a sociedade em grupos, a ação da KdF promoveu variadas atividades de âmbito coletivo, onde as viagens e as infraestruturas de férias adquiriram grande destaque e investimento³⁷³.

Afirmando que o trabalhador nacional não se sentia confortável nas infraestruturas direcionadas para o turismo de luxo e pensando no seu bem-estar, em 1935, o governo alemão, através da KdF, apresentou a intenção de edificar cinco estâncias, de grandes dimensões, nas regiões de Kolberg, da Prússia Oriental, de Timmendorfer e de Rügen. No entanto, a guerra e as dificuldades dela decorrentes tornaram os planos inviáveis e apenas o Projeto de Rügen foi, efetivamente, construído³⁷⁴.

Edificada em 1936, a primeira (e única) estrutura balnear construída para a classe trabalhadora durante o regime fascista alemão, estendeu-se ao longo de mais de 4,5 km da costa numa composição arquitetónica funcional e moderna, que misturava elementos clássicos e vernaculares. Com capacidade para albergar vinte e dois mil hóspedes e funcionários, a estância balnear, denominada de Prora, distribuiu, de modo racional e hierarquizado, as suas áreas utilitárias, habitacionais e recreativas pelo espaço edificado³⁷⁵.

³⁷² KARIOUK, Paul - *Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy*. 1998, p. 412.

³⁷³ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 264.

³⁷⁴ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 275.

³⁷⁵ BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999, p. 279-280.

Projetada no âmbito do turismo social e das colónias de férias, Prora distanciou-se do exemplo italiano ao direccionar-se para os trabalhadores nacionais e as suas famílias. Contando com uma vertente mais familiar, a composição de Prora foi dotada de equipamentos, de restauração, habitação e lazer, díspares dos aplicados nas colónias da OND.

Invadido durante a II Guerra Mundial, o complexo de Prora abandonou as suas funções em 1939 e foi adaptado a base militar nos anos seguintes servindo as conjunturas que o país foi enfrentando³⁷⁶. Com o final da Guerra, a queda do regime fascista e a recuperação lenta da Alemanha, Prora não mais recuperou a sua vitalidade e funcionalidade iniciais.

Apesar de instrumentalizado para controlar e manipular a classe trabalhadora, o turismo social adquiriu contornos algo diferenciados ao serviço do franquismo. Solidificando-se como organização recreativa e social de controlo do tempo pós-laboral, apenas na década de 1940, a OSDE financiou um extenso programa de atividades que pretendiam elevar, física e intelectualmente, o indivíduo espanhol.

Dedicando uma atenção particular ao sector turístico e tentando aproximar, de modo ilusório, o trabalhador da classe burguesa, a OSDE criou um departamento específico orientado para viagens³⁷⁷. Agindo em articulação com o Ministério da Informação e Turismo, o departamento de «Viagens, Férias e Excursões» promoveu, nas primeiras décadas, deslocações a locais de relevância natural, patrimonial e nacional, e garantiu, mediante parcerias estabelecidas com hotéis, residências e albergues, mais de cinco mil lugares dedicados a turistas de classes sociais mais baixas³⁷⁸. Estas viagens, reforçando a simpatia da classe trabalhista com o regime, auxiliaram a cimentar o turismo social durante o Franquismo. No entanto, só na década de 1950 esta tipologia turística conheceu estruturas edificadas para o efeito em território espanhol.

Denominadas de cidades de repouso, estas composições surgiram como um forte aliado do ordenamento territorial e incremento local, a partir de 1955³⁷⁹. Situando-se à beira-mar em construções orgânicas de baixa densidade populacional, as cidades de Tarragona, de Perloria Oviedo e de Marbella afastaram-se, em nomenclatura e arquitetura, da monumentalidade e racionalidade das colónias de férias desenvolvidas pela OND e KdF.

³⁷⁶ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 724.

³⁷⁷ AGUILAR, Daniel Muñoz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p. 120-121.

³⁷⁸ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 8-10.

³⁷⁹ GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016, p. 15.

De facto, surgindo após a dissolução do fascismo italiano e alemão e quase duas décadas depois da instituição das suas colónias de férias, as cidades de repouso da OSDE procuraram aproximar-se do projeto da Ciutat de Repòs i de Vacances desenhado pelo GATCPAC, na década de 1930, para Barcelona e da colónia de férias da FNAT, «Um Lugar ao Sol», com quem desenvolviam estreitos laços de cooperação.

Encarregue de disciplinar os “trabalhadores inscritos nos sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e as suas famílias”³⁸⁰, o surgimento da FNAT, a 13 de junho de 1935, articulou-se com a necessidade, que se avolumava em território português, de criar uma colónia de Férias dedicada aos trabalhadores nacionais. Projetando-se como uma organização corporativa de índole cultural, social e artística que complementava a instrução primária e as ações de propaganda e opressão do regime³⁸¹, a Fundação deteve um peso preponderante na vida do trabalhador nacional não só no sector recreativo, mas também no social.

Canalizando o tempo livre do trabalhador nacional para a apreensão das ideologias e valores do regime, a Fundação ambicionou potenciar a construção de um “homem-trabalhador (...) um chefe de família, esforçado, respeitador, obediente, simples, ancorado no pequeno mundo da família e da vizinhança, fiel às tradições de sempre e à «ordem natural das coisas»”³⁸² que seria inserido com maior facilidade nos novos moldes sociais do regime³⁸³.

Sendo incumbida de dinamizar os tempos livres dos seus associados, a FNAT fomentou diversas atividades de natureza cultural, desportiva e recreativa que pretenderam desenvolver o indivíduo física e intelectualmente. Dentro das suas atividades citem-se, a título de exemplo, as excursões e visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de particular interesse para a história nacional; as demonstrações desportivas; os cursos de ginástica e educação física, bem como de cultura profissional, geral e musical; a organização de conferências, horas de música e teatro; as sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas diárias; a construção de estádios; e, por último, a edificação de um certo número colónias de férias, vocacionadas para os trabalhadores e para a sua família³⁸⁴.

³⁸⁰ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

³⁸¹ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001).

³⁸² ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1046.

³⁸³ ROSAS, Fernando - O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. (2001), p. 1046.

³⁸⁴ Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 858.

A primeira colónia de férias da FNAT, denominada «Um Lugar ao Sol», foi projetada como uma urbanização, familiar e educativa, que monitorizava detalhadamente a estadia dos seus utentes. Com capacidade inicial para 70 colonos, a colónia de férias abriu portas, em 1938, na Mata da Caparica.

Apresentando-se como a única estrutura da FNAT vocacionada para os beneficiários adultos, «Um Lugar ao Sol» rapidamente se mostrou insuficiente para a procura e foi alvo de sucessivos aumentos até 1974. Os aumentos respeitaram o desenho inicial da colónia, preservaram o carácter funcional, salubre e vernacular dos edifícios, e mantiveram os seus equipamentos organizados em torno de quatro zonas estruturais: a funcional, a residencial, a recreativa e a balnear.

Em 1940 a obra social da FNAT, inspirando-se na ação da OND e nos exemplos existentes em território nacional, desenvolveu várias colónias de férias destinadas aos filhos dos seus associados. Instaladas em edifícios adaptados para a função, em Vila Nova de Gaia, na Foz do Arelho e em Albufeira, estas colónias, contando com “uma forte carga pedagógica na elevação cultural moral e cívica”³⁸⁵ dos seus utentes, fizeram-se dotar de dormitórios, para colonos e funcionários, enfermaria, refeitório, copa, padaria, armazéns, capela, estruturas de serventia agrícola e também habitações dedicadas aos quadros superiores da FNAT.

A década de 1950 acarretou alterações profundas nos estatutos da Fundação que se refletiram diretamente no programa das colónias de férias. Deixando de estar sob alçada da FNAT, as estruturas de férias dedicadas ao público infantil foram redirecionadas para outras entidades, públicas e privadas, condicionando a influência da instituição a nível nacional.

A partir de 1955, contando com o apoio do novo Ministro das Corporações Veiga Macedo, a Fundação recuperou os edifícios das antigas colónias infantis e adquiriu o *Palace Hotel* de S. Pedro do Sul para promover a projeção de novas colónias dedicadas ao público adulto. Este empreendimento foi justificado pela necessidade de estender a obra social da FNAT aos trabalhadores mais carenciados, já que até então esta teria sido essencialmente frequentada pela classe média³⁸⁶. Segundo a documentação,

“Dos trabalhadores de categorias mais modestas, a representação reduz-se àqueles cujos patrões assumem, no todo ou em parte, o encargo da estadia. O

³⁸⁵ LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012. p. 945.

³⁸⁶ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

benefício só poderá generalizar-se na medida em que este belo exemplo frutificar.”³⁸⁷

Deste modo, em 1961, após um amplo empreendimento, de reestruturação e remodelação, que nos permite identificar pela primeira vez um programa dedicado à tipologia, três novas colónias de férias foram inauguradas e disponibilizadas aos trabalhadores nacionais, em Albufeira, Foz do Arelho e S. Pedro do Sul. Instaladas em espaços pré-existentes, dedicados a outras funções e públicos, estas estruturas foram alvo de um projeto interventivo similar que ampliou as suas acomodações e as dotou de equipamentos direcionados para o usufruto, regado e salubre, dos tempos livres dos trabalhadores e das suas famílias, como bar, biblioteca, capela, cabeleireiro, posto médico, barbearia, posto dos CTT, entre outros.

Readaptadas, entre 1955 e 1960, as colónias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», «Marechal Carmona» e «António Corrêa d’Oliveira», projetadas como estâncias de férias e não como aldeamentos, mantiveram o paradigma da distribuição, funcional e hierarquizada, dos equipamentos no espaço de «Um Lugar ao Sol». Não tendo a possibilidade de separar em pavilhões específicos os seus diferentes componentes, mas pretendendo, ainda assim, diferenciar áreas consoante funções, estas colónias organizaram-se de modo similar às pousadas do SPN/SNI, da década de 1940, diferenciando, por andares, áreas de acesso utilitário, privado e comum. Localizando-se, essencialmente, no piso térreo, as zonas de utilização comunitária estenderam-se para o exterior, através de terraços e esplanadas, criando espaços de interceção entre o universo interno da colónia e o externo.

Mantendo o padrão do depuramento estético dos edifícios principais, até à década de 1960 foram construídos, pelos grémios e sindicatos patronais, pavilhões privados nas colónias «Dr. Pedro Teotónio Pereira», «Marechal Carmona» e «Um Lugar ao Sol» que intensificaram as assimetrias sociais dentro dos seus perímetros.

Estas diferenciações dentro dos espaços das colónias e o facto das estruturas serem, de modo geral, frequentadas pela classe média tornam frágil a sua vinculação prática ao turismo social, entendido como a tipologia direcionada para o desenvolvimento físico e intelectual, tendencialmente homogéneo e homogeneizador, da população mais carenciada, com recurso a projetos de incremento socio-regional. No entanto, devemos ter em consideração que à data da

³⁸⁷ PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954, p. 97.

edificação e estruturação das colónias, a definição de turismo social ainda se encontrava em construção, sendo pouco consensual ou estanque. Efetivamente, um dos grandes problemas em torno da tipologia tem sido o cariz nubloso da sua noção, que leva à utilização de várias nomenclaturas, menos exatas, para enquadrar o fenómeno. Esta oscilação de nomenclaturas ocorre em favor do desfasamento temporal que existe entre o surgimento e a ascensão deste tipo de turismo e a criação de universo conceptual capaz de o caracterizar.

Em 1961, a conjuntura da FNAT sofreu uma nova alteração e o projeto de ampliação das estruturas para os beneficiários adultos volta a ficar condicionado, retardando uma vez mais a construção da ambicionada colónia para os utentes da região Norte do país. Anunciada inicialmente para a praia do Cabo do Mundo, em Perafita, esta colónia conheceu várias propostas de edificação e diferentes localizações ao longo das décadas. Em 1969, e após transferir o programa da colónia da praia de Perafita para a praia de Viana do Castelo, a FNAT apresentou, na obra dedicada às colónias de férias, um projeto inovador que, apostando em linhas mais sóbrias e na diluição dos regionalismos, não chegaria a ser concretizado. A não materialização deste projeto bem como as dificuldades de concretização dos pavilhões programados para a colónia de Albufeira, no decorrer da década de 1960, contrariaram a tendência nacional de crescente liberdade arquitetónica.

Mostrando-se reticente às novidades apresentadas para a colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» e para a colónia da Praia do Cabedelo, a FNAT optou por instalar a estrutura de férias, em 1971, no antigo hotel termal de Entre-os-Rios. Seguindo o investimento feito na compra e readaptação do *Palace Hotel* de S. Pedro do Sul, a escolha deste edifício sugere um retorno à ambição, apresentada em 1960, de estender a obra da Fundação até ao termalismo social. Porém a queda do regime e a conseqüente extinção da FNAT invalidaram uma plena perceção do que seria o rumo dos futuros projetos da instituição. De facto, os avanços e recuos dos projetos da colónia destinada à zona Norte do país carecem um estudo de maior profundidade que permita explicar a sua constante inviabilidade.

Comportando uma extensão temporal de mais de três décadas, os edifícios das colónias de férias nacionais, ao contrário do que aconteceu com os edifícios das colónias da OND e KdF, foram recuperados e readaptados à nova realidade nacional. Relevantes para o panorama nacional, em 1975 as colónias de férias da FNAT foram entregues à INATEL e reconvertidas em hotéis que, ainda na atualidade, se encontram em funcionamento, orientados para o turismo social.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

1.1 Documentação de arquivo

Ata das Reuniões de Pais efectuadas no 5º turno. Albufeira, 27 de agosto de 1963. Departamento de Pessoal - Correspondência, 1960-1975. Arquivo Histórico INATEL. Cota - 11632 - I18.

Considerações sobre o Decreto-lei nº19101, de 4 de dezembro de 1930. Lisboa, 19 de novembro de 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480, [pt. 2/1].

Correspondência entre o Arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira e o Presidente da Direcção da FNAT, 1949. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota - 1396 - G22.

Correspondência trocada entre a FNAT e diversas entidades em favor da adaptação da Biblioteca a capela, 1965. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota- 1396 - G22.

Correspondência entre a direcção da FNAT e o Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização do Distrito de Faro, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota -1396 - G22.

Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira, [s.d]. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota-1396 - G22.

Parecer N.º 33, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 13 maio 1935.

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *Ano XX. 1935-1954*. Lisboa: FNAT, 1954.

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945.

Relatório do funcionamento da Época Balnear de 1944. Colónia balnear infantil «General Carmona»,1944. Correspondência 1940-1966. Arquivo Histórico INATEL. Cota – 599 - I6.

Resposta do parecer nº 1159 do projeto de construção dos pavilhões destinados à Caixa de Previdência, 1961. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

1.2 Documentação impressa

a) Periódicos

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. I, nº 2 (1945).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. I, nº 5 (1945).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. I, nº 6 (1945).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. I, nº 8 (1945).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. II, nº 15 (1946).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. II, nº 16 (1946).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. II, nº 18 (1946).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. II, nº 20 (1946).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. II, nº 23 (1946).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. III, nº 25 (1947).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. III, nº 27 (1947).

A ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. IV, nº 39 (1948).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. IV, nº 43 (1948).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. IV, nº 45 (1948).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*.
Vol. IV, nº 47 (1948).

ALEGRIA NO TRABALHO - *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. V, nº 58,59,60 (1949).

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana – Arquitetura do Algarve. Dos primórdios à atualidade, uma leitura de síntese. *Algarve: CCDR* (2005), p.93-97.

Panorama. *Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Vol. 2, nº 10 (junho 1942).

Panorama. *Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Vol. 3, nº 21 (junho 1944).

b) Artigos de Periódicos

AGUILAR, Daniel Muñiz - La política de turismo social. *Análisis de Turismo*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística, Nº 8 (2001), p.19-36.

ABATIA, Sérgio Rodríguez – Panorama do Turismo Social no mundo. 1º Encontro Nacional de turismo Social do Sesc. Março (2004), In *Observatório de inovação do turismo*. (2006), p.134-147.

BARANOWSKI, Shelley - Nacionalismo radical en un contexto internacional: Fuerza por la Alegría y las paradojas del turismo nazi. *Historia Social*. Nº 52 (2005) p. 93-108.

CHEIBUB, Bernardo L. – Reflexões sobre o Turismo Social a partir da História institucional do serviço Social do Comércio (SESC) e da Produção Académica Brasileira. *Dos Algarves, A multidisciplinary journal*. Algarve, nº 21 (2012), p. 4-23.

GALLEGOS, María Silvia López - El control del ocio en Italia y España de la Opera Nazionale Dopolavoro a la Obra Sindical de Educación y Descanso. *Investigaciones Históricas*. nº 24 (2004), p. 215-236.

GALLEGOS, María Silvia López - El Deporte como forma de control social: la actividade de la obra sindical del Educacion y Descanso durante El Franquismo. *Historia, Trabajo y Sociedad*. Valladolid. Nº 3 (2012), p. 81-114.

MARTINS, Ernesto – Albufeira: Edifício da Praia requalificado. Património INATEL. *Tempo Livre*. Vol. II, nº 2 (2013), p.18-19.

NUNES, João Arsénio - Salazar e os fascismos. *Vértice*. Lisboa. N.º 13 (abril de 1989), p. 9-19.

NUNES, João Paulo Avelãs - Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. *População e Sociedade*. Porto. N.º 8 (2002), p. 73-101.

PINTO, António Costa - De regresso ao fascismo. *Análise Social*. Lisboa. N.º 179 (2006), p. 611-627.

PUJOL SEVIL, Antoni; LÓPEZ, José Maria Monrava - Ciudad residencial de Tarragona. *Revista Hogar y Arquitectura*. Madrid. N.º13. (1957), p.19-48.

WUNDERLICH, Frieda - Fascism and the German Middle Class. *The Antioch Review*. Vol. 5, N.º. 1 (1945), p. 56-67.

ROLAND, Julie - La Ciutat de Repòs i Vacances. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Vol.39, N.º 2 (2009), p. 245-262.

ROSAS, Fernando - Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. *Vértice*. Lisboa. N.º 13 (abril de 1989), p. 21-29.

ROSAS, Fernando - O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXXV, N.º 157 (2001), p. 1031-1054.

SANTOS, Marco Pais Neves dos - O Estado Nacional-Socialista na ótica de Norbert Frei. *Ciências Sociais e Humanas*. Londrina. Vol. 33, N.º1 (2012), p. 103-118.

SGRAZZUTTI, Jorge - Tiempo libre y disciplinamiento en las clases obreras italiana y alemana de entreguerras. *Dopolavoro y Kraft Durch Freude: un análisis comparativo*. *Historia Social*. N.º 52 (2005), p. 109-127.

SOUSA, Jorge P. - Existiu uma fração socialista no Partido Republicano? Os casos paradigmáticos de Magalhães Lima e Afonso Costa. *Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. Vol. XVIII, N.º 2 (2013), p. 1-45.

SOUSA, Jorge P. - Afonso Costa e Manuel Teixeira Gomes na missão que negociou em Londres, no verão de 1916, as condições financeiras para a participação de Portugal na I Guerra Mundial. Na proto-história da integração europeia. *Revista Universitária de História Militar*. Vol. III, N.º 5 (2014), p. 11-34.

SOUSA, Jorge P. - Afonso Costa e a Refundação do Partido Republicano Português (1910-1920). O Congresso de Lisboa, de 27 a 30 de outubro de 1911. *Vila Nova*: n.º 6 (2018), p. 1-12.

TORGAL, Luís Reis - «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. N.º 1 (junho de 1997), p. 5-32.

c) Decretos

Decreto-lei n.º 19.101, 08 de dezembro de 1930. Diário do Governo, n.º 285 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 23:048, 23 de setembro de 1933, Diário do Governo n.º 217- I Série. Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Lisboa, p. 1655-1656.

Decreto-lei n.º 25 495, 13 de junho de 1935. Diário do Governo n.º 134 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 857-857.

Decreto-lei n.º 301 036, 28 de dezembro de 1940. Diário do Governo n.º 301 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 1523-1534.

Decreto-lei n.º 37 836, 24 de maio de 1950. Diário do Governo n.º 96 - I Série. Presidência do Conselho. Lisboa, p. 303-307.

d) Outros

AGAREZ, Ricardo - Local Inspiration for the Leisure of Travellers: Early Tourism Infrastructure in the Algarve (South Portugal). *INTERNATIONAL CONFERENCE*. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2012, p. 180 -195.

ALMEIDA, Marcelo Vilela - *Turismo social: por uma compreensão mais adequada deste fenómeno, e a sua implicação prática na realidade atual brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado.

BROSOWSKI, Gritt - *Die Nationalsozialistische Gemeinschaft "Kraft durch Freude" und das erste "KdF"*. Seebad Prora auf Rügen Göttingen: Fundus - Forum für Geschichte und ihre Quellen. 1999.

CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco - *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2013. Tese de Doutoramento.

Discurso proferido nas comemorações do X Aniversário da FNAT. Alegria no Trabalho, Vol. I, n.º 7 (1945), p. 104-105 Apud VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). 2012 p. 249.

Discurso proferido por sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Prof. D. José João Gonçalves Proença. Apud PORTUGAL, Fundação nacional para a alegria no trabalho - *FNAT: XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de divulgação. 1962, p. 45.

Discurso do Director do Secretariado de Propaganda Nacional. Sede do S.P.N., 27 de março de 1943. Apud LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*. 1ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 39.

FARIA, Dutra – Entre os pinheiros da Caparica um Lugar ao Sol para os que vivem em Lisboa em ruas sem sol. Diário de Lisboa. 16 agosto, 1938 Apud LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. 2012, p. 943.

FALCÃO, Carlos Henriques Porto – Turismo social. Em busca de maior inclusão social. Observatório de inovação do turismo. 2006. Apud CARVALHO, Caio Luis de (Coord.); BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Coord.). *Discussões e propostas para o turismo no Brasil: o observatório de inovação do turismo*. Rio de Janeiro: SENAC.DN, 2006. p.127-145.

GENTILE, Monica - *Il Restauro Del Moderno La Colonia Marina "XXVIII Ottobre" Per i Figli Degli Italiani All'Estero a Cattolica di Clemente Busiri Vici*. Università degli Studi di Palermo, 2011. Dottorato di Ricerca in Progettazione Architettonica - XXI ciclo.

GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - Migraciones proletarias estacionales. Un acercamiento a las ciudades sindicales de vacaciones a través de la prensa. *I Congreso Internacional Migraciones Contemporáneas, Territorio y Urbanismo*. Cartagena: Actas digitales, 2015.

Jornal Diário de Luanda, 5 de Novembro, 1948 Apud Alegria no Trabalho – Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no trabalho. Vol. IV, nº47 (1948), p. 231.

KARIOUK, Paul - Architecture of Leisure: The Strategic Re-Creation of Fascist Italy. 85 Th ACSA Annual Meeting and Technology Conference. University of Florida. 1998, p. 409-414.

LIMA, Francisco – Pouzadas. I Congresso de Turismo. IV secção. Lisboa: 1936.

LOBO, Susana Mexia – *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos: as cenografias do Lazer na costa Portuguesa: Da 1.ª República à Democracia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento.

LOUREIRO, Cátia Filipa Caldas – Turismo e inclusão Social: “O Caso das crianças desfavorecidas”. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. 2014. Dissertação de Mestrado.

MENDES, Carlos Jorge Silva - O Museu da Resistência: Museu transnacional. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Mestrado.

MORICONI, Emma - L’Opera Nazionale Dopolavoro, il Regime sociale e popolare Il Giornale d’Italia e Mussolini. *Il giornale d’italia*. La nostra storia. (fevereiro, 2015).

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria no trabalho - *FNAT: XXV Aniversário*. Inauguração das novas instalações da colónia de férias «Marechal Carmona» na Foz do Arelho. Lisboa: Gabinete de divulgação. 1962, p.7-26.

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *XXV Aniversário*. Lisboa: Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962.

RAMÍREZ, J. L. Oliver - Ciudad de vacaciones 1933: el concurso internacional para Playa de San Juan (Alicante). *Congreso Internacional Territorios del Turismo: El imaginario turístico y la construcción del paisaje moderno*. Girona: actas. Vol. 2 (2014).

ROSAS, Fernando – o Corporativismo Enquanto Regime. *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 17– 47.

SILVA, Ricardo Jerónimo Pedroso de Azevedo e - *Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2013. Tese de Doutoramento.

TOMILLO CASTILLO, Arturo; SANZ DÍAZ, Carmen. - Las ciudades sindicales en el periodo franquista. *International Conference Intervention Approaches for the 20th Century Architectural Heritage*, Madrid, 2011.

VALENTE, José Carlos - A corporativização dos tempos livres: a Ação da FNAT (1935-1958). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 231-252.

1.3 Bibliografia

ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro, A vertigem da palavra- Retórica, Política e Propaganda do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio. 2013.

ALFAYA, Javier - *La memoria insumisa. Sobre la dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2002.

ANTILL, Peter - *Berlin 1945: End of the Thousand Year Reich*. New York: Osprey, 2005.

BALDUCCI, Valter - *Architetture per le colonie di vacanza. Esperienze europee*. Firenze: Alinea, 2005.

BALDUCCI, Valter - *Architecture and Society of the Holiday Camps. History and Perspectives*. Timisoara: Mirton-EOU, 2007.

BALDUCCI, Valter - *Un'architettura per l'infanzia. Colonie di vacanza in Italia*. Università di Bologna: Quaderni acp, 2011.

BARKAI, Avraham - *Nazi Economics. Ideology, Theory and Policy*. Oxford: Berg Publisher, 1990.

BARRERA, Carlos - *Periodismo y franquismo*. Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias, 1995.

BESSEL, Richard. *Nazismo e Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

BRADLEY, Catherine. *Hitler e o terceiro Reich*. Trad. de Manuela Cruz. Rio Tinto: ASA, 1990.

BRITES, Joana - *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970*. Lisboa: Prosafeita, 2014.

BYTWERK, Randall. *Landmark Speeches of National Socialism*. Texas A&M: University Press, 2008.

COLLOTTI, Enzo - *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

CRUZ, Manuel Braga - *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

- CUOMO, Glenn R. - *National Socialist Cultural Policy*. New York: Palgrave MacMillan, 1995.
- CUTINI, Valerio; PIERIN, Roberto - *Le colonie marine della Toscana*. Pisa: Edizioni ETS, 1993.
- FERRO, António - *Entrevistas a Salazar* (ed. Fernando ROSAS). Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2003.
- GALLEGO, José Andrés; PAZOS, Antón M; LLERA Luís de - *Los españoles entre la religión y la política: el franquismo y la democracia*. Madrid: Unión Editorial, 1996.
- GALLEGOS, María Silvia López - *Trabajadores vallisoletanos: La creación de la Organización Sindical Española (1939-1951)*. Valladolid: Diputación Provincial, 2008.
- GENTILE, Emilio - *La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo stato nel regime fascista*, Roma: Nis, 1995.
- GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos - *Historia de las derechas españolas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- GONZÁLEZ, Ricardo Carcelén - *La ordenación del Reposo en La España del régimen franquista. Las ciudades sindicales y la cualificación para el descanso*. Barcelona: Balneario Camboriú, 2016.
- GURRÍA DI-BELLA, Manuel - *Introducción al turismo*. México: Trillas, 1999.
- GRIFFIN, Roger - *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 1996.
- GRUNBERGER, Richard - *The 12-Year Reich: A Social History of Nazi Germany 1933–1945*. New York: Holt Rinehart and Winston, 1971.
- GUILLEBAUD, Claude W. - *The Social Policy of Nazi Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1941.
- HEIDEN, Konrad - *Der Fuehrer. Hitler's Rise to Power*. New York: Lexington Press, 1944.
- HILDEBRAND, Klaus - *The Third Reich*. Boston: George Allen & Unwin, 1984.
- INATEL- *75 ANOS: das colónias de férias da FNAT à rede hoteleira do século XXI*. Lisboa: Fundação INATEL, 2011.
- JOCTEAU, Gian Carlo- *Ai monti e al mare. Cento anni di colonie per l'infanzia*. Milano: Fabbri Editori, 1990.
- KEEGAN, John - *The Second World War, Glenfield, Auckland 10*. New Zealand: Hutchinson, 1989.
- KERSHAW, Ian - *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*. London: Arnold, 2000.
- KNEBEL, Hans-Joachim - *Sociologia del turismo; cambios estructurales en el turismo moderno*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1974.
- LABÓ, Mário; PODESTÁ, Attilio - *Colonie marine, montane, elioterapiche*. Milano: Editoriale Domus, 1941.

LINZ, Juan - *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

LOBO, Susana - *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura*. 1ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

LÓPEZ, Pablo Pérez - *Católicos, política e información: Diario Regional de Valladolid (1931-1980)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.

LUCENA, Manuel - *O Regime Salazarista e a sua Evolução*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, 1995.

MACELLI, Elena- *Colonie di vacanza italiane degli anni '30. Architetture per l'educazione del corpo e dello spirito*. Firenze: Alinea, 2009.

MARQUES, António Henrique de Oliveira - *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1972;

MARTINO, Stefano De; WALL, Alex - *Cities of Childhood. Italian Colonie of the 1930s*. London: Architectural Association, 1988.

MEDINA, João - *Salazar, Hitler e Franco*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

MENESES, Filipe Ribeiro de. - *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Dom Quixote, 2015.

MOLINERO, Carme; YSÁS, Pere - *Productores disciplinados y minorías subversivas: clase obrera y conflictividad laboral en la España franquista*. Madrid: Siglo XXI de España, 1998.

MOLINERO, Carme - *La captación de las masas: política, social y propaganda en el régimen franquista*. Madrid: Cátedra, 2005.

NEITZEL, Sonke; WELZER, Harald. *Soldaten: Protokolle vom Kämpfen, Töten und Sterben*. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 2011.

NOLTE, Ernst - *Les Mouvements Fascistes: L'Europe de 1919 à 1945*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

OVERY, Richard - *The Dictators: Hitler's Germany, Stalin's Russia*. [S.l.]: Penguin Books, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo – *A produção do Turismo: Fetichismos e Dependência*. São Paulo: Alínea, 2005.

PAYNE, Stanley G. - *El Primer franquismo: los años de la autarquía de España*. Madrid: Temas de Hoy, 1997.

PAREDES, Javier - *Historia contemporánea de España (siglo XX)*. Barcelona: Ariel Historia, 1998.

PARKER, Robert Alexander Clark - *Struggle for survival: the history of second world war*. New York: Oxford University Press, 1989.

PIÉ I NINOT, Ricard - *Las arquitecturas del turismo: las piezas mínimas*. Barcelona: Instituto Hábitat Turismo Territorio, 2013.

PINTO, António Costa - *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação Nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

PORTER, Roy – Os ingleses e o Lazer. In Corbin, A. – *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001.

PUIG, Alberto Fernández - *La dictadura franquista: régimen político, evolución social y económica*. Temario de oposiciones de Geografía e Historia Alfaró: Clio, 2011.

RUSSO, Alfredo - *Il fascismo in Mostra*. Milán: Editori Riuniti, 1999.

SANCHEZ LÓPEZ, Rosario - *El sindicalismo vertical, dimensión teórica y ámbito pragmático de una institución del franquismo*. El ejemplo de Murcia. Murcia: Universidad de Murcia, 1999.

THOMÀS, Joan María - *La Falange de Franco. El proyecto fascista del Régimen*. Barcelona: Plaza y Janes, 2001.

TRANCOSO, Vasco – *Grandela e a Foz do Arelho*. 2ª edição. Caldas da Rainha: Cadernos de História Local, 2009.

TUSELL, Javier - *Dictadura franquista y democracia, 1939-2004*. Barcelona: Crítica, 2005.

VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido - *Uma Educação Burguesa - notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

VIZA CABALL, Juan Bautista - *Valorización del Descanso (Dopolavoro español)*. Madrid: Editorial Española, 1937.

ANEXOS

Índice Anexos

1. Ficha Técnica colónia de férias «Um Lugar ao Sol»	131
2. Ficha Técnica da colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira».....	153
3. Ficha Técnica da colónia de férias «Marechal Carmona»	158
4. Ficha Técnica de colónia de férias «António Corrêa d'Oliveira»	172
5. Ficha Técnica da colónia de férias da Praia do Cabedelo	175
6. Ficha Técnica da colónia de férias Entre-os-Rios.....	177

1.Ficha Técnica colónia de férias «Um Lugar ao Sol»

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

Colónia «Um Lugar ao Sol»

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

Complexo Inatel Caparica

LOCALIZAÇÃO

Mata da Caparica

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

Construção de raiz em janeiro de 1938

INAUGURAÇÃO

julho de 1938

ALTERAÇÕES

1938

1940

1942

1950

1952-1954

1970

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

Arquiteto Manuel Quintela

Arquiteto Costa Macedo

ENGENHEIROS

Eng. Travassos Valdez

DIVERSOS

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p. 52-53.

“Colónia De férias Um Lugar ao Sol

A colónia de Férias «Um Lugar ao Sol» da F.N.A.T. construída na Mata da Caparica nos terrenos que lhe foram cedidos pelo Estado destina-se às pessoas que constituem o agregado familiar dos associados beneficiários da F.N.A.T..

Foi inaugurada em 31 *de Julho* de 1938 com a presença do *Sub-secretário* de Estado das Corporações e Previdência social, Dr. Manuel Rebêlo de Andrade.

Esta Colónia tem passado por sucessivas fases de construção desenvolvendo-se consideravelmente todos os anos.

Em 1938 possuía uma capacidade de alojamento para 70 pessoas em cada turno. *Actualmente* e depois dos grandes melhoramentos que se lhe introduziram a sua capacidade aumentou para 717 pessoas.

Neste momento os edifícios construídos são já em número de 29, assim distribuídos:

Pavilhão central – composto de dois corpos ligados por uma passagem central, com salão de jogos, sala de estar, terraço de repouso, biblioteca, gabinete médico, bar, secretaria, arrecadações, quartos do pessoal masculino e instalações sanitárias;

Refeitório – compreendendo uma ampla sala com *cêrca* de 700 metros quadrados, que comporta 600 lugares sentados, copa, cozinha, armazéns, alojamentos do pessoal feminino, dispensa, refeitório do pessoal e casa de caldeiras;

Pavilhão dos solteiros – composto de 17 quartos para 34 pessoas e instalações sanitárias;

Pavilhão das solteiras – com 6 quartos e I anexo, com capacidade para 13 pessoas e instalações sanitárias;

Pavilhões de casais sem filhos – dois edifícios compostos de 6 quartos e 1 anexo cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 26 pessoas;

Pavilhões de casais com filhos - 14 edifícios com 11 quartos cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 644 pessoas;

Pavilhão – com duas habitações compostas de dois quartos de cama, entrada e casa de banho, uma das quais destinada ao diretor da Colónia e por barbearia e correio;

Capela – sob invocação de Santo António de Lisboa.

As restantes construções da Colónia são uma casa de aluguer de bicicletas, casa do guarda, pavilhão de rouparia, matadouro, currais, nitreira, cocheira e casas de arrecadação, cabine do transformador de alta tensão, depósito de 30.000 litros de água e recinto de patinagem.

Existem além disso vários furos de captação de águas e esta para construção de uma piscina e um parque infantil.

O movimento desta colónia está expresso no gráfico publicado na pág. 59 que nos mostra a frequência da mesma desde a sua fundação em 1938 até ao fim da época da 1944.

Também se dá uma ideia no gráfico da pag. 60 *sobre* o movimento de refeições fornecidas nas várias épocas, que demonstra a grande importância desta colónia de férias como instrumento da *acção* social que a F.N.A.T. vem realizando há dez anos.”

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - Ano XX. 1935-1954. Lisboa: FNAT, 1954, p.93-97.

“A Colónia da FNAT

«Um Lugar ao sol»

O problema das Férias

A política social, empenhando-se em melhorar as condições de vida do trabalhador, consagrou especial atenção à necessidade de assegurar a sua recuperação física, a qual, no termo de um ano de trabalho, exige um período razoável de repouso.

O princípio das férias anuais impôs-se e penetrou na legislação, ao mesmo tempo que conquistava, passo a passo, a adesão das empresas, convencidas elas próprias da vantagem que colhiam da concessão dessa regalia, de que resultava acréscimo de eficiência do pessoal ao seu serviço, cujo rendimento de trabalho fatalmente diminuía com o esgotamento que era a consequência de um labor fatigante e ininterrupto.

Mas não bastava que, por determinado espaço de tempo em cada ano, se permitisse que o trabalhador se não apresentasse na oficina. Era preciso assegurar-lhe o pagamento do salário, como se estivesse ao serviço, visto que os orçamentos modestos não consentem a capitalização de disponibilidades.

Só assim adquiria realidade o benefício, que veio efetivamente a revestir a forma de «férias pagas».

Por vezes, tem-se ido mesmo mais longe, concedendo-se, em relação ao período de férias, um suplemento do salário que facilita a sua utilização, cobrindo, no total ou em parte, as despesas que implica o gosto dessa regalia.

Entre nós, a lei nº 1.952, publicada em 10 de Março de 1937 e que regula as relações do trabalho, proclamou o direito às férias pagas, tornando-as obrigatórias para todas as empresas que tiverem ao seu serviço determinado número de empregados ou assalariados.

As convenções coletivas de trabalho, celebradas na indústria e no comércio, tornaram mais efetiva a *protecção* legal, estipulando períodos anuais de férias mais amplos.

(...)

A COLÓNIA DA F.N.A.T.

(...)

Progressivamente, a Colónia foi-se desenvolvendo, com novas edificações que se foram adicionando às primeiras e que, em parte, traduziram o espírito de colaboração social dos organismos corporativos que contribuíram para a obra da F.N.A.T., custeando os encargos da construção de pavilhões para o pessoal das respetivas *actividades*.

Em 1938, a capacidade de alojamento não ia além de 70 pessoas. Hoje atinge em cada turno mais de 1,500 pessoas.

Os edifícios construídos são, já, muito numerosos e abrangem, além das dependências secundárias:

Pavilhão central, com dois salões, bar, terraço de repouso, biblioteca e serviços de secretaria;
Refeitório, com uma sala para 1,600 pessoas, copa, cozinha, dispensa, armazém, cada das caldeiras e dormitório para o pessoal;

A moradia do administrador da Colónia e do médico;

Posto médico;

Barbearia e cabeleireiro;

Capela, sob a invocação de Santo António de Lisboa;

Residência do capelão;

O pavilhão da rouparia, lavandaria e engomadaria;

38 pavilhões, com alojamentos para 1,555 pessoas.

Entre estes pavilhões contam-se:

24 do mesmo tipo, compreendendo cada um 10 quartos de casal, com beliches para 2 crianças e um anexo para 4 pessoas (44 lugares);

3 de outro tipo, compreendendo 9 quartos de casal, com beliches para 2 crianças, um anexo para 4 pessoas e um aposento (44 lugares);

3 de um terceiro tipo, abrangendo 6 quartos para 2 pessoas e um anexo para 1 pessoa (lugares);

2 de tipos diferentes, um deles com 32 e outro com 34 lugares.

Parte dos pavilhões foi construída por organismos corporativos e de coordenação económica, instituições de previdência e outras entidades que colaboram na obra da F.N.A.T.

Ultimamente, rompeu-se com a uniformidade do aspeto, pintando-se edifícios de cores variadas e alegres.

Para ampliação da colónia, foi recentemente cedida pelo Estado uma área de 122,000 metros quadrados que praticamente duplica a atual, tendo já sido construídos mais 6 pavilhões com 10 quartos de casal e um anexo cada um, destacando-se o 1º de empresa por oferta da companhia industrial de Portugal e colónias ao C.A.T. do seu pessoal.

DIFICULDADES A REMOVER

É claro que o funcionamento da Colónia de Férias suscita dificuldades, que nem sempre se mostram de fácil solução.

A primeira é a que resulta, por causa das férias escolares dos filhos, da preferência dada os meses de agosto e setembro, o que prejudica a regularidade do ritmo na utilização do benefício com a redução da extensão.

A segunda provém da desigualdade na duração das férias, que já obrigou a desdobrar o período da estadia, que fora inicialmente fixado em vinte dias.

A terceira e talvez a mais relevante é de ordem económica.

A colónia tem a diária de 20 escudos para adultos e as crianças, até doze anos, pagam 1 escudo por cada ano de idade.

Não se pode contestar que estes preços sejam comparativamente baixos. Mas é inegável que o não são em valor absoluto, tendo em conta as minguadas possibilidades da grande massa dos trabalhadores.

Precisamente por isso, a frequência é, predominantemente, da classe média. Dos trabalhadores de categorias mais modestas, a representação reduz-se àqueles cujos patrões assumem, no todo ou em parte, o encargo da estadia. O benefício só poderá generalizar-se na medida em que este belo exemplo frutificar.

Infelizmente não é possível, dentro de um critério económico, baixar o preço da estadia.

Até 1949 não se conseguiu a estabilidade do equilíbrio financeiro, alternavam os défices com os superávits exíguos, conseguidos, mesmo assim, à custa de explorações eventuais. E esses saldos, meramente acidentais, de modo algum garantiam suficientemente os imprevistos da conta de reparação e renovação de material.

A partir de 1950, atingiu-se o equilíbrio num nível de receitas e de despesas de ordem dos 2,600 contos.

Este equilíbrio, considerando a incidência tão variável dos encargos de manutenção, está longe de significar desafogo.

AMPLIAÇÃO

É necessário ampliar o benefício em que se traduz, para o trabalhador e para o seu agregado familiar, a estadia na colónia de férias.

A *acção* tem de alargar-se e isto implica, sobretudo, a cooperação das entidades patronais.

Pela parte que lhe toca, a F.N.A.T., arroja-se a um novo empreendimento: a instalação de outra colónia marítima, destinada aos trabalhadores do Norte do país.

Para esse efeito, foram já adquiridos os terrenos necessários em cabo do Mundo, as obras de pesquisas de águas estão já concluídas e os anteprojetos elaborados.

Igualmente se encara a hipótese da adaptação do edifício, cuja construção está por concluir no algarve, em albufeira, e que se destinava a uma colónia balnear infantil.

Com a sua lotação de 312 pessoas, poderia, até, ser utilizada em proveito do turismo social, nas épocas de inverno e de primavera.

«Um Lugar ao Sol» constitui a primeira realização duma obra de larga *projecção* social que tem de, com o tempo, estender-se a um número maior de trabalhadores.»

BOLETINS FNAT

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 2 (1945), p. 19.

“Vão ser construídos mais cinco pavilhões na Colónia de Férias «Um Lugar ao Sol»

(...) podemos dizer que este ano «um lugar ao sol» vai ser alargado com mais cinco pavilhões, quatro dos quais para casais, e um para solteiros. A Colónia de férias da Mata da Caparica fica assim com maior capacidade.

O pavilhão para solteiros será construído em condições diferentes dos atuais, criando-se outras comodidades que a experiência aconselha e dando deste modo a «Um Lugar ao Sol» um conforto cada vez maior.

Também *êste* ano ficarão concluídas as obras do refeitório e da *Cosinha* que têm funcionado a título provisório. *Dêste* modo a Colónia de Férias «Um Lugar ao Sol» vai atingindo o seu objetivo: a grande cidade de repouso dos Trabalhadores portugueses.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 5 (1945), p. 71.

“Estão ali em construção cinco novos pavilhões que ficarão concluídos antes da abertura da temporada deste ano.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 6 (1945), p. 86.

“A COLÓNIA DE FÉRIAS «UM LUGAR AO SOL ABRE A 16 DE JUNHO»

Ficaram concluídas as obras do refeitório que têm a capacidade para *cêrca* de quatrocentas pessoas e foram introduzidos diversos melhoramentos nos pavilhões, especialmente no dos solteiros que ficou completamente modificado.

A Colónia de Férias da Mata da Caparica tem *êste* ano mais cinco pavilhões: dois construídos pela F.N.A.T., um pelo Grémio dos Industriais de Confeitaria, e um pela Junta Nacional das Frutas.

Aumentou assim a capacidade de «um lugar ao Sol» - verdadeira cidade de férias dos trabalhadores portugueses. E a obra continuará sempre, «mais e melhor», e tão rapidamente quanto mais depressa patrões e trabalhadores compreendam as vantagens da política de alegria no trabalho confiada à *direcção* e orientação da F.N.A.T..”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 7 (1945), p. 110.

“A Colónia de Férias « Um Lugar ao Sol», na Mata da Caparica, reabriu *êste* ano depois do alargamento das suas instalações, no dia 16 de Junho.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. I, nº 8 (1945), p. 136.

“Mas mais do que *êste* quadro, já de si prodigiosamente colorido, outra finalidade da F.N.A.T. me interessa grandemente: a organização das suas Colónias de Férias, janela arejada onde se retemperam as forças.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 15 (1946), p. 56.

“COLÓNIA DE FÉRIAS «UM LUGAR AO SOL»

Dois outros pavilhões para casais encontram-se em construção e serão utilizados ainda na próxima temporada.

Para estas novas construções dignou-se Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações conceder, por participação do Fundo de Desemprego, a Verba de 168.400\$00.

Também se encontram em fase *adeantada* de construção os edifícios onde vão funcionar os serviços do correio, telefones, central sonora, venda de frutas, de revistas, jornais, utilidades, etc., sala de tratamentos e gabinete médico, armazéns, padaria e alojamentos do pessoal.

Está em estudo um grande balneário, que possivelmente ainda funcionará este ano.

A fim de permitir um melhor fornecimento de energia *eléctrica* a toda a Colónia construiu-se um posto de transformação de corrente trifásica.

O abastecimento de água foi melhorado grandemente com a abertura de um novo furo artesiano. A água deste furo é de boa qualidade e deverá, em quantidade, suprir as dificuldades verificadas nas épocas *transactas*.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 16 (1946), p.76.

“Os novos pavilhões construídos no corrente ano, bem como os outros melhoramentos de que já falamos em números anteriores, encontram-se quase concluídos.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 18 (1946), p. 104.

“Esperamos no decorrer deste ano levar a cabo obra de certo vulto nas nossas Colónias, mas circunstâncias várias impediram que o nosso propósito fosse inteiramente cumprido.

A ocupação da colónia de Férias «Um Lugar ao Sol» pelos repatriados de Timor, obstou a que se realizasse o programa previsto e apenas foi possível construir mais dois pavilhões para o Grémio dos Armazenistas de Mercearia, um edifício para posto médico, telefones e correio, um outro de vastas proporções para armazéns, padaria e habitação do pessoal, instalar uma cabine de transformação de energia *eléctrica* e abrir um furo artesiano de 120 metros de profundidade. Na Foz do Arelho, na Colónia Balnear infantil «General Carmona» procedemos a obra de reparação do edifício principal, aproveitando a oportunidade para modificar um pouco a sua

arquitetura. Esta obra foi realizada sobretudo com o propósito de acudir a uma grave crise de trabalho na região.

Não foi ainda possível iniciar os trabalhos da Colónia do Algarve, em virtude das dificuldades para a aquisição do edifício que vai ser adaptado para tal fim. Mas vale a pena a este respeito dizer duas palavras de justiça: a Junta de Província do Algarve ofereceu à F.N.A.T. para o estabelecimento de uma colónia na sua região, um amplo edifício e obteve a Câmara Municipal de Albufeira o fornecimento gratuito da água e da energia *eléctrica* necessárias ao funcionamento desta Colónia.

Uma vez executando o projeto já elaborado ficará possuindo o Algarve uma das mais belas colónias do nosso país, que, por vontade expressa das Casas do Povo daquela Província, tomará o nome do Dr. Pedro Theotónio Pereira, em homenagem ao primeiro *Sub-secretário* de Estado das Corporações e Previdência Social.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº20 (1946), p. 170.

“Nesta temporada a área ocupada é já de 223.048 metros quadrados e quinzenalmente beneficiam da Colónia cerca de 700 pessoas, quase o dobro da frequência total do segundo ano de funcionamento.

Mas o aumento do número de pavilhões, tornando «Um lugar ao sol» uma pequena cidade, exigiu outras construções para os serviços médicos, serviços telefónicos, padaria privativa, matadouro, cabine de alta tensão, armazéns e, além dum refeitório considerado o maior da península, uma capela onde se cuida a saúde espiritual do veraneantes.

A fotografia que publicamos dá-nos o aspeto agradável, o encanto da situação de «um lugar ao sol» no meio da Mata Nacional. Mas para quem conheceu a Colónia nos seus primeiros anos é também uma afirmação de que se realiza a política de «Alegria no Trabalho».”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 23 (1946), p. 242.

“(…)

O aumento tem sido em relação ao maior número de pavilhões e de novas instalações, mas é de notar a sua evolução desde 1942 (em plena guerra) até 1946, um ano depois de ter terminado o conflito mundial que interrompeu, necessariamente, a marcha de todas as grandes obras, especialmente as de carácter social.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica. *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. III, nº 25 (1947). p. 20-23.

“Pela imprensa e pela rádio

Como se passam quinze deliciosos dias em contacto constante com a Natureza na Colónia de férias «Um Lugar ao Sol» na Mata da Caparica

Do jornal «vitória» de Lisboa, de 25 de Agosto de 1946, recortámos, subordinada àquele título, a interessante reportagem que a seguir publicamos

Aos portugueses quase é desconhecido um recanto maravilhoso na vetusta Mata da Caparica, onde alguns milhares de trabalhadores das profissões mais diversas passam, anualmente, quinze dias encantadores, em contacto *directo* com a natureza, em instalações que reputamos das melhores que existem naquela risonha povoação e em muitas outras paragens consideradas de valor turístico.

Trata-se da Colónia de Férias « um lugar ao sol» que a fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, com o auxilio recebido do Estado e dos organismos corporativos e de coordenação económica mantém há cerca de nove anos, num dos locais mais pitorescos daquele frondoso pinhal que o lisboeta – que normalmente passa o seu domingo na praia do Sol, - uma das maiores de Portugal – disfruta quando ali se dirige.

O que é, o que vale e o que pode vir a ser essa obra eminentemente social, quiçá nacional, dilu o colono atento e com equilibrada noção das proporções.

Ali encontra o trabalhador, para si e para os seus, pela quantia de 15\$00 diários por pessoa adulta, cabendo aos seus filhos 1\$00 por cada ano de idade, tudo quanto é necessário para que, ao terminar a sua estadia, o regresso se faça, por vezes, com o aparecimento da sentimental lágrima da saudade.

Desde o «toque» da sineta para o pequeno almoço, às 9 horas da manhã – servido como aliás todas as refeições, no maior refeitório da península, com capacidade para cerca de 800 pessoas, instaladas com certa desenvoltura, passando pelo almoço e até ao jantar – tudo bem confeccionado e apetitoso, o colono goza ali as suas férias, comodamente, economicamente.

Normalmente, às 10 horas da manhã, os colonos vão até à praia privativa da FNAT, onde o banheiro é conhecido pelo «Tarzan».

E então é vê-los com as vestimentas mais variadas, desde o calção de campismo até ao fato de treino – e alguns até ao roupão – dirigem-se apressadamente para a esplendida praia oceânica que serve a Colónia.

Alguns dos colonos transportam os seus filhos aos ombros – os mais pequenos é claro – por um estrado de madeira que tem perto de 650 metros de comprimento o que torna mais fácil a caminhada.

Esse passeio faz-se por entre pinheiros, e alguns recantos recheados de acácias dão-lhe graça e frescura.

Chegando à praia privativa da Colónia onde não faltam acolhedores toldos e barracas de lona de boa construção, os colonos são recebidos pelo banheiro - «Tarzan» lhe chamam – considerado um dos melhores nadadores da Costa da Caparica, que dá aos banhistas uma sensação de segurança que é de registar.

Assiste-se, então, às habituais brincadeiras da praia, onde não faltam os «brinquedos» para o voleibol e futebol. E em animados encontros, lá vimos atletas de nomeada, como Mateus, Gregório, Cáceres, Aires Martins, A. Domingues e outros.

É o aperitivo para o banho *sádio* da iodada Praia do Sol. E no seu posto de «Guarda dos banhistas» lá se adrega o «Tarzan», atento e vigilante a qualquer possível imprudente, que não respeite as suas indicações. O mar não é para brincadeiras e todo o cuidado é pouco.

E então é uma graça ver centenas de crianças e de adultos regalando-se nas alterosas ondas atlânticas, enchendo os seus pulmões do melhor dos ares. A seguir vem o banho de sol, saudável, *tisnante* e criador.

E depois regressa-se à colónia.

Por volta das 12 e 30, os colonos bem «salgados» e iodados, regressam ao ponto de partida. O espetáculo é quase o mesmo do que o da ida, somente com a diferença do apetite que o passeio, o banho do mar e sol provocaram.

Ei-los chegados à colónia e cada um dirige-se para os seus aposentos onde um «duche» fresco «dessalga» o corpo.

Entretanto houve-se a sineta, convidando os colonos ao almoço que é constituído por sopa e um prato à descrição, qualquer deles suculento e bem condimentado, terminando com uma apetitosa chávena de café.

Alguns dos colonos preferem dormir a sesta nos seus quartos, enquanto outros, empunhando as suas camas de campo, vão repousar para o sossegado pinhal. E até as 17 horas pouco movimento se nota na colónia. Um ou outro menos sonolento, prefere uma partida de pingue-pongue, ou uma «bilharada». Os mais idosos, porém, - e às vezes juntam-se dez e quinze – passam a tarde jogando o loto.

Por volta das 18 horas os colonos mais novos jogam voleibol e patinam.

Os colonos dispõem de um atraente recinto de patinagem que é habitualmente aproveitado para nele se jogar voleibol.

Chegam a disputar-se renhidos encontros entre solteiros e casados, que são animadíssimos mercê das fortes falanges de apoio que não se cansam de aplaudir os seus «apaniguados».

E os patinadores, de todas as idades e sexos, singrando garbosamente, construindo interessantes figuras plásticas delicias numerosos espectadores. Isto quando sabem fazer uso dos patins. Porém quando tal não sucede, então as figuras plásticas tornam-se em «*figuras de trambulhão*» e a assistência ri-se e com justificado motivo, dos desequilibrados patinadores.

Cerca das 20 horas a sineta faz-se ouvir novamente – São horas de jantar.

O imenso refeitório enche-se outra vez e a animação que havia ao almoço mantem-se na última refeição, resultante, de certo, da boa disposição adquirida durante o dia e da comida que se apresenta tentadora.

Serve-se igualmente nesta refeição, sopa e um prato, e o café dado ao almoço é substituído por fruta.

Alguns dos colonos mais curiosos visitam, após a refeição, a enormíssima cozinha – que, aliás, está sempre patente a qualquer pessoa que queira verificar o asseio que preside à confeção da comida – e antes de chegar às cinco marmitas onde ela é feita, passa pela copa onde uma máquina elétrica vai lavando com água fervente, os milhares de pratos que serviram à refeição. Ao lado direito do «átrio» da cozinha, pode o colono atento ver duas câmaras frigoríficas, utilizadas para a conservação dos alimentos, o que contribui para que tudo o que se come na colónia seja sempre fresco e em bom estado.

O «Bar» e as salas de diversão enchem-se depois do jantar, e por vezes, faz-se um «*pé de Dança*».

O colono encontra no «bar» tudo o que deseja, desde a água engarrafada, passando pelo café e pelo «brandy» até ao leite de vaca, bem fervido.

Numa sala, ao lado direito do «bar» tais colonos mais idosos, tendo agora parceiros alguns jovens, continuam o loto enquanto outros jogam as damas e o dominó ou o xadrez.

E do lado oposto, onde há cerca de oito anos era o refeitório, ouve-se um lânguido tango. E dezenas de pares deslizam mais ou menos suavemente, continuando a conversa que iniciaram na praia, de manhã.

Entretanto a dança é interrompida – É a vez dos *altofalantes*.

É verdade. A colónia para servir os seus seiscentos felizes hospedes, tem instalados poderosos *altofalantes*. E a voz do atento funcionário da secretaria – modelarmente montada e dirigida, como todos os serviços de «um lugar ao sol» pelo Sr. Franco de Carvalho, que desde o primeiro dia foi colocado como diretor, e cuja continuidade de exercício justifica a «mecanização» perfeitíssima de todos os seus serviços, que não são poucos – faz-se ouvir: chamam ao telefone a Sra. D. Fulana de tal....

Para os crentes existe na Colónia uma capela de linhas simples mas impressionantes.

Por volta das 8 horas, antes do pequeno almoço, lá está o Tomaz, guarda da Colónia desde a sua criação e que todos conhecem, a ajudar o sacerdote no santo sacrifício da missa.

E nas suas preces a Deus, os colonos lembram suas famílias e os seus amigos que se encontram longe – sim, porque de todos os pontos do país vem gente gozar a delicia de «um lugar ao sol».

E no fim das quinzenas os colonos fazem a sua festa de despedida.

O salão de festas enche-se literalmente e torna-se pequeno para conter os seiscentos colonos que se divertem na sua festa, no seu adeus à colónia.

E nela tomam parte colonos de ambos os sexos, de todas as idades que exibem as suas habilidades: uns, cantando, outros recitando. Depois, famosa orquestra, em ritmo alegre, ataca uma luzida marcha e assim se dá *inicio* ao baile quinzenal que está enraizado no espirito dos colonos.

E o desporto não é esquecido neste adeus a «Um lugar ao Sol». E assiste-se a interessantes competições: corridas de sacos, de três pernas, voleibol, gincana ciclista e burrical e outros divertimentos próprios de gente feliz.

Um parque infantil e uma piscina são agora, as pretensões dos colonos.

Sabemos que essa realização está na mente dos dirigentes da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, à frente dos quase se encontra, desde a primeira hora, o sr. Eng.º Higinio de Queirós, que tem sido um lutador por tudo quanto respeita ao progresso da Colónia e ao bem estar dos seus habitantes.

Quando num período curto, relativamente, se consegue construir uma colónia de férias que dispõe de amplos e bem arejados quartos para casal com e sem filhos, de quartos para solteiros, de casas de banho privativas, de salas para festas e jogos, de barbearia, lavandaria e engomadoria, de matadouro privativo, de um esplendido rinque de patinagem, de cozinhas – as maiores e mais perfeitas que se conhecem, - cujas autoclaves permitem preparar 1.000 refeições rapidamente, em que não foi esquecido o lado espiritual dos colonos dotando-os com uma capela em evocação de Santo António de Lisboa, em que existe um posto médico completíssimo e outras comodidades inerentes a uma feliz estadia, onde o pessoal devidamente instruído por quem de direito, observa uma disciplina que não se «vê» mas que se «sente», não é difícil, estamos certos, a satisfação do desejado pelos milhares de colonos que anualmente passam quinze maravilhosos dias em «Um Lugar ao Sol»: a construção de um parque infantil e de uma piscina.

Esperançados, aguardam que no verão de 1947, já venham a encontrar num dos melhores e mais saudáveis recantos dos arredores de Lisboa – o pinhal da Caparica – o que julgam faltar na colónia de Férias «Um lugar ao Sol».

As sr. Eng.º Higinio de Queirós, que tem sabido rodear-se de elementos valiosos, que, afinal são os seus bons colaboradores devem os colonos tudo quanto ali disfrutam.

Esperam eles – os colonos – da sua boa vontade, do seu desinteresse e do carinho que lhe merece aquela sua realização, o tal parque infantil e a tão desejada piscina.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. III, nº 27 (1947), p.66-67.*

“Colónia de Férias «UM LUGAR AO SOL»

Com uma afluência extraordinária de pretendentes iniciou-se no dia 1 do corrente o serviço de inscrições para o estágio nesta colónia, cuja época começará em 9 de *Junho* e se prolongará até 16 de *Outubro*.

Para um maior benefício dos que ali vão retemperar-se fisicamente a FNAT deliberou que este ano os turnos tivessem a duração de 20 dias. Esta deliberação foi acolhida pelos beneficiários com maior regozijo.

A lotação da Colónia foi imediatamente preenchida, registrando-se já um elevado número de inscrições na situação de «aguardando vaga».

Segundo nos consta verificou-se o mesmo interesse nos organismos que possuem pavilhões privativos na aludida colónia.

Devido ao facto das chuvas do último inverno terem alagado os terrenos aonde se pretendia construir mais 7 pavilhões familiares, um edifício destinado a teatro, cinema e outras diversões além de outras construções que faziam parte do plano de melhoramentos em «um lugar ao sol», a FNAT vê-se por tal motivo impossibilitada de levar a efeito o seu plano, o que implicitamente a colocou numa situação bastante embaraçosa, porquanto alguns pavilhões se destinavam a organismos que solicitaram à FNAT a sua construção para benefício dos seus funcionários e pessoas de família.

No entanto, logo que as condições o permitirem tais construções iniciar-se-ão com o desejo de aceleração, procurando-se assim atenuar tanto quanto possível a contrariedade referida.

As fotografias que publicamos neste boletim demonstram a razão que não permitiu à FNAT com grande pesar, realizar o plano que havia delineado.”

A ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. Vol. IV, nº 39 (1948). P.42-43.*

“EM «UM LUGAR AO SOL» FORAM CONSTRUIDOS MAIS SEIS PAVILHÕES, ATINGINDO-SE ASSIM O LIMITE DA CAPACIDADE DAQUELA COLÓNIA DE FÉRIAS DA F.N.A.T.

Pode considerar-se concluída a colónia de Férias « Um Lugar Ao Sol » instalada na Mata da Caparica. Mais seis Pavilhões foram construídos este ano, atingindo-se, assim, o limite da capacidade para que «um lugar ao sol» constitua uma verdadeira Colónia de Férias e não um centro urbanístico.

Os pavilhões construídos este ano, três para os funcionários dos C.T.T. e outros tantos destinados aos associados beneficiários da F.N.A.T., elevam o seu número a trinta, sem contar com as edificações necessárias ao funcionamento da Colónia: - cozinha e refeitório, lavandaria, casa do correio, posto médico, capela, barbearia, alojamento de pessoal, etc.

(...)

Aumentada assim a colónia com a construção de novos pavilhões, foi necessário, como aliás havia sido previsto, alargar as instalações do refeitório. Este que servia a cerca de oitocentas colonos, em dois turnos, passa a ter capacidade para atender toda a populações de «Um Lugar ao Sol» duma só vez, isto é apenas num turno, pois fica com cerca de mil lugares. Era até agora o maior refeitório do país; continua a *se-lo*, em condições verdadeiramente extraordinárias. Mil pessoas numa sala, confortavelmente instaladas, servidas pela maior brigada de empregadas de mesa e a maior aparelhagem hoteleira que existe entre nós.

A colónia de Férias «Um Lugar Ao Sol» que a F.N.A.T. instalou na Mata da Caparica, não é apenas a demonstração do que é possível realizar (do que já foi realizado) no campo social da política corporativa. É também um exemplo notável sob o áspero de *direcção* e orientação.

Muitos são já os meios *atractivo* indispensável aos colonos, tais como pavilhão de festas, salas de jogos, rink de patinagem, esplanadas, etc. Mas há que criar ainda mais condições de recreio e passatempo. Por isso só falta construir na Colónia da Mata da Caparica uma piscina e um novo pavilhão de festas, este com todos os recursos para que nele possam ser *realizados espectáculos*, tanto teatrais como cinematográficos.

(...)

Está concluído o primeiro «Um Lugar ao Sol» em Portugal.

Mas porque a obra da F.N.A.T. não se *detem*, porque é preciso levar a todos os meios de *acção* social que outros prometeram e não foram capazes de realizar, vai ser construída idêntica colónia de Férias, próximo de Matosinhos, no sítio de Perafita. Trabalha-se já no plano da sua construção e as obras terão começo ainda este ano, de modo a que em 1949 os trabalhadores do Norte tenham na sua região também «Um Lugar ao Sol».

Outra colónia de férias vai ainda ser construída, como aliás, já se noticiou. Essa será uma Colónia de Férias de Média Altitude, quer dizer: de Campo.

Ficará instalada na região de Coimbra, em local que sirva convenientemente à sua função, e será designada por Colónia de Férias «Doutor Oliveira Salazar.»

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 43 (1948).p.131-132.

“Colónias de Férias

Para que a vida seja mais Bela...

(...)

Entre frondoso pinhal, a pequena distância do Atlântico, para lá do Tejo, e a três quilómetros, que em linha *recta* se percorrem à sombra de velhos pinheiros, da linda praia da Costa de Caparica – surge, como por encanto, aos olhos de caminhante despreocupado, o quadro vivo, colorido e movimentado, mal o verão se avizinha, do «Lugar ao sol».

(...)

Na cidade-colónia há pavilhões confortáveis para casados e solteiros; campos de Jogos e uma capelinha para os crentes; refeitórios amplos e higiénicos; alamedas bem regadas, e crianças que correm e riem, num hino enternecedor à Vida. Lojas de *Bijouterias* e um gabinete clínico sempre vigilante; posto-miniatura do CTT, e salões de festas jogos e ainda outros para leitura; uma praia privada, que as águas do Atlântico banham.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 45 (1948). p.174 -176.

“Inaugurada em 31 de *Julho* de 1938 com capacidade apenas para setenta pessoas em cada turno, o que permitiu beneficiar logo 294 pessoas, já no ano seguinte ali estagiaram 421. Foram-se construindo, em ritmo acelerado, novos pavilhões e outras dependências e, em 1940, estiveram ali 522 pessoas; em 1941, 778; em 1942 houve um grande salto: o número de estagiários foi de 1,290. Em 1943, subiu para 1,588; em 1944, para 2,286; em 1945 para 3,265; e em 1946, para 4,308. Em 1947, o estágio passou de quinze para vinte dias, e o número de beneficiários foi de 3,996. Este ano, o número de estagiários subiu para 5,000. O turno que ali se encontra é de 900 pessoas. Estes números dão ideia das proporções que a obra tomou. São magníficos os pavilhões. O refeitório é o maior da península. Há balneários, cozinha ampla e moderna, posto de socorro, capela e outras dependências construídas e decoradas com gosto e que oferecem a maior comodidade. Observam-se os mais completos preceitos de higiene.

(...)

Um lugar ao sol é sítio aprazível, confortável, acolhedor, onde há graça de conjunto, liberdade de movimentos e alegria que refletem os rostos dos adultos e, principalmente, das crianças. É um verdadeiro ninho de sol, de verdura e de alegria.

(...)

Depois de uma rápida visita às dependências da Colónia, onde há de tudo, desde o posto médico, bem montado, até à singela capelazinha, no estilo das nossas aldeias, desde as cozinhas com todo o seu moderno apetrechamento, até aos seus estabelecimentos de frutas e de outros artigos.

(...)

Quanto ao local escolhido, explica-se por ter sido aquela colónia de férias o berço da volumosa obra da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, ora espalhada por todo o País e levada aos mais ignorados e humildes recantos.

(...)

As primitivas construções da Colónia foram adjudicadas por duzentos e poucos contos – o que marca bem nitidamente a modéstia do *principio* da iniciativa.

Uma frase: - «A colónia nasceu, pois, muito pequenina, mas com o bom ar da região privilegiada onde se instalou, foi crescendo e frutificando, partindo hoje da árvore raquítica então lançada, frondosa ramaria que abraça todo o País, em benefício do trabalhador português».

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. IV, nº 47 (1948). p.230-232.

“O jornal «diário de Luanda», que se publica em Angola, na cidade do mesmo nome, inseriu o seguinte artigo, em 5 de *Novembro*, com o título UM LUGAR AO SOL

Não resisto à tentação de descrever, aos leitores, as impressões por mim colhidas na agradável visita que me foi dado a realizar à colónia de férias, que a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho instalou na Mata da Caparica, admirável obra social de benefício para o trabalhador, não apenas «letreiro» de uma atividade catequizadora das massas operárias, mas realização palpável positiva, absoluta, que se impõe, que desvanece quem a vê, e que deve despertar gratidão em quem lhe colhe a utilidade.

(...)

Cada pensionista aloja-se na Colónia durante 20 dias, como se fosse em dispendioso hotel de caríssimas termas.

(...)

Tem direito a alojamento, em esplêndido quarto privativo, dotado de bons móveis, num asseio impecável, boas roupas, banho de imersão ou de chuveiro – três refeições diárias, o pequeno almoço, o almoço e o jantar, todas elas fartas, bem confeccionadas, um mimo!

Utiliza-se dos campos de jogos, pode alugar bicicletas, pode sair e entrar quando entender, vai à praia tomar banhos, ou faz música no salão. Joga a sua partida de cartas ou bilhar, organiza distrações, tem estação de correio e telegrafo dentro do recinto, telefone para todo o mundo, barbeiro e cabeleireiro, e até estabelecimentos privativos que lhe vendem o que careça por preços quase de custo. E o bar, recheado de tudo, faculta-lhes toda a sorte de bebidas economicamente.

(...)

O amplo refeitório, repleto de pensionistas, em mesa de quatro. A servirem aquelas mil pessoas, criadas afáveis, *cortezes*, transportando nos carros, de mesa para mesa, os diversos elementos da ementa.

(...)

Melhor do que em muitos hotéis de primeira classe.

(...)

Tudo, todas as profissões – desde o operário carpinteiro, ao empregado de escritório, desde o ferreiro ao bancário, desde o calafate ao amanuense de secretaria.

Lisboa, Outubro de 1948

Carlos Alves

Beleza, comodidade e asseio adornam todas as instalações desta magnífica colónia de veraneio.

(...)

Ano, após ano, foi aumentando a capacidade da colónia com a construção de novos edifícios, e hoje permite já alojar nos meses de verão, e por turnos de vinte dias, cinco mil trabalhadores.

(...)

Em frente do mar e no amparo de uma espessa cintura de pinhais, os trabalhadores portugueses repousam ali durante as suas férias.”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. V, nº 58,59,60 (1949). P.175.

“A vinda de trabalhadores espanhóis a Portugal, no intercambio estabelecido entre a Fundação Nacional para Alegria no Trabalho e a sua congénere do país vizinho Organizacion Sindical «Educacion y Descanso» deu motivo a demonstrações de carinho por parte dos visitantes, em consequência do acolhimento que aqui tiveram.”

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969. S.p.

“Costa da Caparica

Entre a orla Sul do Tejo e o Oceano Atlântico, a um quarto de hora de Lisboa, ocupando uma extensa área arborizada e tendo como principal atrativo de férias os vastos areais da Costa da Caparica ergue-se em toda a sua grandeza a Colónia de Férias «Um Lugar ao Sol».

Resenha Histórica

Esta colónia de Férias cuja capacidade e vulgarização a colocou entre as primeiras obras sociais do género, resultou da cedência pelo estado de uma parcela de terreno com 39 059 metros quadrados na costa da Caparica.

Em *Julho* de 1937 logo que foi criada a F.N.A.T. se iniciaram os estudos da obra.

Em *Janeiro* de 1938 era cedida a este organismo mais 137 271 metros quadrados de terreno.

Foi inaugurada a Colónia de Férias «Um lugar ao Sol» em 31 de *Julho* de 1938.

Características

É composto por 40 pavilhões familiares com todos os requisitos de higiene, havendo em cada pavilhão 10 Quartos de Casal e 1 anexo para 4 pessoas. Mais 4 pavilhões facultam 35 quartos de dois leitos, a utilizar por indivíduos solteiros.

um refeitório onde podem ser servidas *simultaneamente* mais de 1600 refeições. Uma cozinha central com 2 caldeiras a vapor e 9 marmitas autoclaves alimentam o refeitório.

Um pavilhão Central de Convívio, com biblioteca, jogos e bar.

um pavilhão para serviço de Correios, Posto Médico, Barbearia e Cabeleireiro.

Um Pavilhão para residência de Administração da Colónia, Médico e Capelão.

Um Pavilhão para armazém de géneros e outras instalações de Pessoal.

Um Pavilhão para Lavandaria, rouparia e balneários.

Instalações desportivas e de recreio e Parque infantil.

Salão de festas e para Sessões de Cinema.

Uma Capela sob invocação de Santo António.

Sucessivamente têm sido ampliadas as suas instalações, beneficiando presentemente dela, em cada ano, cerca de 9000 trabalhadores.

Anexo à colónia funciona um Parque de Campismo com todas as instalações e requisitos tais como: cozinha própria, balneários, instalações sanitárias, postos de abastecimento, etc...

o referido Parque regista a mais elevada frequência de todos os Parques de Campismo portugueses, acampando nele *simultâneamente* mais 2500 pessoas em cada turno.”

2. Ficha Técnica da colónia de férias «Dr. Pedro Teotónio Pereira»

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

Colónia «Dr. Pedro Teotónio Pereira» / Fabrica de Conservas Ernesto Salles, Lda.

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

Complexo INATEL Albufeira

LOCALIZAÇÃO

Albufeira

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

1940 – Remodelação para albergar a colónia Infantil.

INAUGURAÇÃO

1960

ALTERAÇÕES

1940

1948

1950

1955-1960

1961-1962

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

Arquiteto Jorge Ribeiro de Oliveira

ENGENHEIROS

DIVERSOS

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969.

No extremo Sul de Portugal na província do Algarve ergue-se a Colónia de Férias de Albufeira, edifício de linhas amplas e harmónicas debruçado sobre uma magnífica praia.

Resenha Histórica

Lançada a ideia de construção de uma colónia Balnear Infantil no Algarve, logo a F.N.A.T inicia as suas diligências para escolha do local.

aquele que reuniu maior número de requisitos para o fim em vista foi a Praia de Albufeira.

Posteriormente, em 1950 foi retirada do campo de atribuição da F.N.A.T. a atividade de administração de Colónias Infantis.

Vários anos se passaram até que esta colónia fosse adaptada para adultos, tendo sido inaugurada como tal em 1960.

Conta, atualmente com uma área superior a 45 200 metros quadrados, estando a F.N.A.T. em negociações para aquisição de mais terrenos.

Características

O pavilhão central tem capacidade para cerca de 250 pessoas.

Um refeitório onde podem ser servidos simultaneamente refeições a todos os colonos.

Cozinha com todos os requisitos modernos.

Um salão de festas, várias salas de convívio e salão de jogos.

Uma biblioteca.

Todos os quartos com casa de banho privativa com águas quentes e frias.

Os quartos voltados ao mar com uma varanda coberta e privativa.

Um posto médico devidamente apetrechado para socorrer qualquer sinistrado.

Bar com esplanada

Serviços administrativos

Instalações para o pessoal

Serviços de rouparia

Existem mais 4 pavilhões pertencentes à federação das Caixas de Previdência, que albergam cerca de 450 pessoas.

A Colónia *possue* ainda praia privativa para os banhistas da F.N.A.T. com instalações adequadas.

Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira, [s.d]. FNAT Administração e Correspondência 1945-1972. Arquivo Histórico INATEL. Cota 1396 - G22.

“Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

Elementos relativos à colónia de férias Dr. Pedro Theotónio Pereira, em Albufeira.

O edifício é constituído por:

1 – cave, com:

Câmaras frigoríficas

Casa das caldeiras

Lavandaria e engomadaria

Depósitos de géneros

2 – Ré-do-chão, com:

Cozinha e copa

Refeitório

Refeitório do pessoal

Sala de Jogos

Sala de leitura

Bar

Posto de socorros

Administração

Duas camaratas para singulares

Um quarto para singular

3 – 1º andar, com:

14 quartos para casal com terraço privativo

14 quartos para casal

4 camaratas para singulares

4 grupos de instalações sanitárias

Sala de estar

2 vestíbulos

4 – Anexo, com:

Garagem

2 camaratas para pessoal

2 grupos de instalações sanitárias para pessoal

Arrecadação.

O edifício constitui a primeira fase das instalações da colónia do alojamento para 300 colonos. Em fase ulterior, a lotação será de 600 pessoas.

A Colónia ocupa uma área total de cerca de 10 hectares, dos quais parte se destina a parque de campismo.

[s.d.]”

ALEGRIA NO TRABALHO - Colónia de férias «Um Lugar ao Sol». *Boletim Da Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho*. Vol. II, nº 18 (1946), p. 104.

“Não foi ainda possível iniciar os trabalhos da Colónia do Algarve, em virtude das dificuldades para a aquisição do edifício que vai ser adaptado para tal fim. Mas vale a pena a este respeito

dizer duas palavras de justiça: a Junta de Província do Algarve ofereceu à F.N.A.T. para o estabelecimento de uma colónia na sua região, um amplo edifício e obteve a Câmara Municipal de Albufeira o fornecimento gratuito da água e da energia *eléctrica* necessárias ao funcionamento desta Colónia.

Uma vez executando o projeto já elaborado ficará possuindo o Algarve uma das mais belas colónias do nosso país, que, por vontade expressa das Casas do Povo daquela Província, tomará o nome do Dr. Pedro Theotónio Pereira, em homenagem ao primeiro *Sub-secretário* de Estado das Corporações e Previdência Social.”

3.Ficha Técnica da colónia de férias «Marechal Carmona»

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

Colónia de férias «Marechal Carmona» / Palacete Francisco Grandela

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

Complexo INATEL Foz do Arelho

LOCALIZAÇÃO

Foz do Arelho

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

INAUGURAÇÃO

Julho de 1940 – Como colónia infantil

Setembro de 1961 – Como estrutura para Adultos

ALTERAÇÕES

1940-1941

1950

1958-1961

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

ENGENHEIROS

DIVERSOS

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria No Trabalho - *DEZ ANOS DE ALEGRIA NO TRABALHO*. Lisboa: Gabinete de divulgação da FNAT. 1945, p.53-54.

“Colónia Balnear infantil «General Carmona»

A colónia balnear infantil «General Carmona» encontra-se instalada numa propriedade adquirida pela F.N.A.T. na Foz do Arelho, denominada Monte do Facho, composta de parte rústica e de parte urbana e ocupando uma área de cerca de 50.000 metros quadrados. A parte rústica é composta por um pinhal e por terras de sementeira onde é feita a exploração agrícola e pecuária para o funcionamento da Colónia.

A parte urbana compõe-se de dois grandes edifícios principais (um dos quais construído pela F.N.A.T.) onde estão instalados os serviços da Colónia, os dormitórios e instalações sanitárias, enfermaria geral e de isolamento, arrecadações, armazéns, copa, cozinha e dispensa, padaria, refeitório dos colonos e do pessoal, recreio coberto e instalação do pessoal vigilante. Existe ainda a capela privativa de invocação do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, um torreão, para habitações dos diretores ou funcionários superiores da F.N.A.T., cocheiras e casas de arrumações, casa dos guardas e casa dos barcos.

Toda a propriedade se encontra murada e com dois metros de terreno em volta dos muros e para fora deles.

A colónia está situada a beira da estrada nacional e junto à lagoa de Óbidos, na foz do Arelho, conselho das caldas da rainha.

A colónia balnear infantil «General Carmona» foi inaugurada oficialmente em 3 de julho de 1940 com a assistência do subsecretário de Estado das corporações e previdência Social, Dr. Manuel Rebelo de Andrade

No dia 22 de setembro de 1944 a colónia foi visitada oficialmente por sua Excelência do Sr. Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona, que se fez acompanhar de várias pessoas da sua família, tendo sido recebido pelo Presidente da *direcção* da F.N.A.T., Engenheiro Higino de Queiroz e pelo Director Guilherme de Sousa *Ottero* Salgado.

Desde então albergou já 6.237 crianças nas cinco épocas de funcionamento, podendo verificar-se pelo gráfico da pag. 62 o seu progressivo desenvolvimento.

Também pelo gráfico da pág. 61 se pode avaliar o acolhimento que a referida Colónia tem obtido dos vários distritos a que se destina e que são todos aqueles que se encontram ao Sul do rio Mondego.

Actualmente possui uma capacidade para 408 crianças em cada época balnear, o que corresponde a 2.040 crianças.”

PORTUGAL, Fundação Nacional para a Alegria no trabalho - FNAT: XXV Aniversário. Inauguração das novas instalações da colónia de férias «Marechal Carmona» na Foz do Arelho. Lisboa: Gabinete de divulgação. 1962, p.7-26.

“I

Discurso proferido pelo Presidente da Direcção da F.N.A.T, Dr. Bento Parreira do Amaral

Senhor Presidente da República:

É meu dever, mas também é meu desejo e gosto, apresentar a Vossa Excelência neste dia festivo da inauguração da colónia de férias «Marechal Carmona», as saudações mais respeitosas da FNAT e o renovado agradecimento por Vossa Excelência se ter dignado a aceitar o convite que a direcção lhe dirigiu, para honrar esta cerimónia com a sua alta presença.

Esta honra, que Vossa Excelência hoje nos concede, já a FNAT a recebeu da bondade de Vossa Excelência no decorrer deste último ano por mais de uma vez. Recordo, Senhor Presidente, a presença de Vossa Excelência no festival do dia 23 de setembro do ano findo, com que se encerrou no pavilhão dos desportos o I grande concurso de filarmónicas e bandas civis de música, promovido pela FNAT e que tanto entusiasmo provocou no Portugal continental e insular. Recordo ainda as visitas de V. Exa às colónias de férias da FNAT «um lugar ao sol», na Caparica, e «Dr. Pedro Theotónio Pereira» em Albufeira. Recordo também a audiência concedida à direcção da FNAT para entrega da medalha comemorativa das bodas de prata da criação deste organismo e das palavras que então nos dirigiu de louvor à ação da FNAT durante esse já longo período da sua existência.

Se recordarei estes contactos directos de Vossa Excelência com a obra da FNAT, durante menos de um ano, é para dizer quanto nos desvaneceu este interesse – eu ia a dizer este carinho especial – que Vossa Excelência lhe dedica, apreciando na *exacta* e larga medida o alcance social das atividades que a FNAT prossegue e desenvolve.

De resto este interesse não é mais do que um aspeto de atenção que Vossa Excelência de há longos anos vem dedicando a tudo o que diga respeito ao *bem estar* e progresso material e espiritual dos trabalhadores portugueses, atenção que eles e nós lhe retribuimos em respeitoso afeto e funda veneração.

Creia, Senhor Presidente, que isso constituirá para nós todos, os que trabalhamos na FNAT, o melhor estímulo para continuarmos a tarefa que nos foi confiada.

Esta colónia que hoje se inaugura tem por patrono a figura sempre saudosa, e o nome sempre respeitosa e recordado, do Marechal Carmona.

Se esse facto representa uma homenagem a quem soube servir a Pátria pela forma mais nobre e mais alta, a quem pelas suas virtudes pôde criar, e ainda conserva, um lugar de afeição quase familiar no coração dos portugueses, não é menos certo que a meditação sobre o que foi a sua vida exemplar será lição para quantos por uns dias aqui vierem repousar das canseiras dos seus trabalhos.

Visitou o Marechal Carmona esta colónia quando funcionava como colónia infantil e sempre testemunhou pela obra da FNAT um carinho particular. Ao recordá-lo a FNAT curva-se respeitosa perante a sua memória.

Na presença de v. Exa Reverendíssima, senhor Arcebispo de Mitilene, a esta cerimónia inaugural, quer a FNAT ver a sanção e bênção da igreja a esta obra, que pretende ser antes de mais uma obra de valorização humana e consequente de dignificação cristã. Com o agradecimento da direcção da FNAT pela aceitação do convite, apresento a Vossa Excelência Reverendíssima as minhas saudações de filial respeito, e fundo admiração pelas suas altas virtudes.

Senhor Ministro das corporações:

É este o primeiro *acto* público em que tenho a honra de me dirigir a V. Exa, desde que há precisamente quatro meses ascendeu às altas, honrosas, mas árduas funções de Ministro das Corporações e Previdência social. É esta, portanto a primeira oportunidade que se me depara de publicamente manifestar a V. Exa. A expressão mais viva e sincera do nosso respeito, da nossa admiração e da nossa perfeita lealdade e dedicação. Estes sentimentos são-lhe devidos pelo conhecimento que temos do passado de V. Exa, como homem da mais elevada formação cristã, como professor ilustre e designadamente da obra por v. exa. Realizada no instituto de formação social e corporativa, e que a ação

de V. Exa. acreditou como dos mais eficientes órgãos de ação do ministério que, em boa hora, lhe foi confinado. No que à FNAT diz respeito diretamente, sempre V. Exa. demonstrou por ela um interesse que eu classificaria de especial e que se firmou talvez ainda mais, por aquelas já recordadas funções de direção do instituto, obrigarem a um contacto permanente com a FNAT.

Desse interesse deu V. Exa. Desde logo sobeja demonstração ao visitar no primeiro mês de seu mandato ministerial, a maior parte das instalações da FNAT, inteirando-se dos seus projetos, anseios e também e principalmente das suas grandes dificuldades materiais.

A forma por que Vossa Excelência tem conduzido os assuntos do seu ministério durante este curto período de duração do seu mandato, dão já aos trabalhadores portugueses a absoluta confiança de que os seus problemas estão confiados a mãos honradas, que saberão dar-lhe caminho para as soluções possíveis, dentro dos princípios da mais sã justiça social. Essa confiança é para a FNAT já a certeza de que as soluções para os seus problemas específicos também serão encontradas.

A Vossas Excelências Senhores Governador Civil de Leira, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, delegado do Instituto Nacional do Trabalho e da FNAT, e restantes autoridades civis, militares e religiosas, agradece a FNAT a vossa presença e o brilho que ela acrescenta a esta cerimónia inaugural.

Aos dignos representantes da *impresa*, rádio, televisão e cinema, quero aproveitar este ensejo para mais uma vez vos saudar e agradecer a simpatia que sempre dispensam às realizações e atividades da FNAT.

Senhor Presidente da República

Senhor Ministro

Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor arcebispo de Mitilena

Minhas senhoras e senhores:

Esta colónia que hoje se inaugura é a quarta instalação de férias posta pela FNAT ao serviço dos trabalhadores portugueses

A propriedade onde se acha instalada, com uma área de 70 mil metros quadrados, foi adquirida pela FNAT em 1940 e em 3 de julho desse mesmo ano aqui começou funcionando uma colónia balnear infantil, e como tal continuou até 1951. Durante esse período passaram por esta colónia cerca de 25 mil crianças, filhas de trabalhadores sócios das casas do povo e sindicatos nacionais.

Com a publicação do decreto nº37 836, em maio de 1950, foi retirada à FNAT a administração de colónias balneares infantis.

É então que a colónia da Foz do Arelho – já denominada de Marechal Carmona – passa por arrendamento a ser administrada pela junta de ação social da Diocese de Leiria que a manteve desde 1952 a 57.

Neste ano, e por determinação do Ministro das corporações de então, Dr. Veiga Macedo, a colónia volta à posse da FNAT, com intenção de nela se realizarem as necessárias obras de adaptação a colónia de adultos, reiniciando no entanto e desde logo a sua actividade, neste modalidade mesmo nas velhas instalações

Em 1959, dá-se início às obras. Foram elas de grande vulto, como poderá comprová-lo que conheceu estas velhas casas e hoje vê estes belos edifícios modernos, arejados, com amplas esplanadas debruçadas sobre esta paisagem de beleza tão serena.

Nessas obras investiu a FNAT alguns milhares de contos, sem qualquer participação do Estado, convertendo os velhos casarões que aqui existiam, nestas novas instalações, sem luxos, mas com a dignidade e comodidade necessárias à finalidade a que se destinam.

Cabe aqui testemunhar uma vez mais ao Sr. Dr. Veiga Macedo, a gratidão da FNAT pelas possibilidades materiais que lhe concedeu e permitiram a realização desta vultuosa obra.

Não há duvida de que se não fora a alta compreensão de sua Excelência pelo alcance social extraordinário das tarefas confinadas a este organismo, não teria sido possível estarmos hoje aqui nesta cerimónia, como não teria sido possível adquirir e adaptar o esplêndido edifício antigo Palácio Hotel das Termas de S. Pedro do Sul, hoje Colónia de Férias «Dr. António Corrêa d'Oliveira», inaugurada há precisamente um ano.

Foi dotando a FNAT dos necessários meios materiais, embora a título de subsídios extraordinários, que o sr. Dr. Veiga Macedo, permitiu a FNAT o alargamento das suas atividades, designadamente no sector das colónias de férias sem qualquer participação do estado.

Aqui fica pois a expressão do nosso reconhecimento que será também o de todos os trabalhadores que por estas colónias passarem.

Além dos trabalhos de adaptação dos dois edifícios existentes, construíram-se mais dois grandes pavilhões de apartamentos destinados ao sindicato nacional dos empregados de escritório do distrito de Lisboa e ao sindicato nacional dos empregados dos serviços administrativos da marinha mercante, aeronavegação e Pesca às direções destes dois organismos sindicais, dirige a FNAT as mais amigas saudações com o agradecimento pela boa colaboração dispensada para a realização das obras desses pavilhões.

Todos os quartos da colónia são dotados com casa de banho privativa e a maior parte também com varanda coberta privativa.

A capacidade da colónia é atualmente de cerca de 2000 pessoas por cada época balnear – de junho a outubro.

E digo atualmente, por já ter sido posta a concurso, a construção de mais dois pavilhões de quartos, o que elevará a lotação total para mais de 2500 pessoas por época balnear.

Para serviço e bem estar dos colonos tem a colónia uma ampla sala de jantar onde podem ser servidas simultaneamente cerca de 500 refeições, uma cozinha o mais modernamente apetrechada, serviços de posto médico, barbearia, cabeleireiro posto de correio, posto de vendas de recordações, objetos de toilette, etc... salões de festas e de convívio, biblioteca, televisão e cinema, capela sob invocação do santo condestável, instalações de praia para banhistas, barcos e num futuro próximo um parque de campismo.

Esta é a traços largos a descrição da obra que v. exa. Senhor Presidente da República, acaba de inaugurar.

Vou terminar. Mas antes de o fazer queria ainda com a benevolente licença de V. Exa, focar um ponto:

A cerimonia a que estamos a assistir é uma cerimónia alegre, uma manifestação de boa disposição por entrar ao serviço dos trabalhadores portugueses mais uma esplendida unidade de férias. É uma cerimónia que bem se enquadra na finalidade primeira da FNAT e está definida no seu próprio nome de baptismo: « alegria no trabalho »

Ora eu penso que um dos grandes males de que enferma o mundo de hoje é a tristeza.

A desvergonha que campeia nas relações internacionais, que a toda a hora põe em perigo a paz, o caminhar da barbárie perante a cedência cobarde de quem tinha por dever estar em posição de se lhe opor e pelo contrario o ajuda com uma leviandade e inconsciência trágicas, tudo isso enfim que o senhor Presidente do Conselho, como sempre, tão bem definiu no seu último discurso, tudo isto pesa sobre os ombros da humanidade e a conduz a essa tristeza profunda.

Mas é contra esse estado de espirito que nós portugueses temos que reagir, e nas próprias vicissitudes e amarguras porque estamos passando, ir encontrar a alegria sem a qual não se buscam iniciativas e se não retemperam as almas para os grandes cometimentos.

Essa alegria havemos de busca-la na grandeza do nosso passado e nos feitos dos nossos maiores, mas também e principalmente na fé dos princípios e das incontroversas verdades que informam o nosso espirito e inspiram a nossa ação, e ainda na confiança cega e total nos chefes que nos guiam, com o

nobre exemplo das altas virtudes do Venerado Chefe de Estado e da total dádiva de si próprio à perpetuidade da pátria, do senhor Presidente do Conselho.

Sigamo-lo em unidade perfeita...e com alegria! A alegria de sermos únicos no mundo de hoje; a alegria de estarmos cumprindo não apenas o nosso dever mas também o dos outros.

E com a firmeza da nossa determinação, a dedicação ao chefe providencial, que no plano humano é a garantia única da nossa continuidade, e a ajuda de Deus e da Virgem que nos momentos fundamentais da nossa historia nunca nos faltou, havemos de vencer todos os inimigos da pátria, que legaremos ao futuro mais prestigiada e engrandecida do que a recebemos do passado!!”

“II

Discurso proferido por sua excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, prof. Doutor José João Gonçalves de Proença

Senhor Presidente da República,

Senhor Ministro do Interior

Excelência Reverendíssima

Minhas senhoras e meus senhores:

Constitucionalmente garantido, o direito ao trabalho tem como necessário complemento o direito ao repouso, indispensável ao recuperar das energias e ao retemperar da vontade esgotadas pela atividade quotidiana. Outro não é o significado bíblico do descanso ao sétimo dia imposto a si próprio pelo autor da Criação. E outro não é também o fundamento da preocupação dominante em todos os sistemas sociais, desejosos de ajustar os seus esquemas legislativos às exigências próprias da vida humana, de modo a procurar assegurar a cada um, com a retribuição justa pelo esforço feito, o descanso bastante ao permanente recomeço do trabalho.

A verdade, porém, é que, aparentemente simples e de fácil solução, a questão é muito mais complicada do que parece e no seu equacionar suscita problemas e implicações insuspeitadas. Dificuldade que lhe advém do facto de repouso e paragem de atividade não serem conceitos inteiramente sinónimos sob o ponto de vista psicológico e poderem atuar até como antónimos sob o ponto de vista social e cívico.

Com efeito, e encarando a questão no duplo aspecto enunciado, para que possam ser alcançados os objetivos pretendidos com o descanso, não basta determinar o ócio ou simples suspensão de trabalho; se assim fosse o problema ficaria solucionado de maneira elementar – tudo se resumiria em conceder aos trabalhadores um período de férias e, quando muito, assegurar a sua conveniente sustentação durante esse período.

Tal solução, no entanto, não só não dá plena satisfação aos que dela usufruíam, como se apresenta, a muitos, manifestamente inconveniente, sobretudo quando, no domínio do trabalho, se passa do simples esforço físico que é necessário retemperar para o esforço intelectual que é indispensável compensar.

Quer-se com isto traduzir que o repouso tem de envolver algo mais do que a simples paralisação da *actividade*; para ser completo deverá incluir elementos de outra ordem suscetíveis de fornecer aos homens, em derivativos de natureza física ou intelectual, o complemento de desenvolvimento que a atividade diária – do campo, da fábrica, da oficina ou do escritório – não permitem por outra forma obter.

Assim o exige o perfeito equilíbrio e a harmonia de conjunto da personalidade humana. É o sedentarismo que convém neutralizar com atividades adequadas; o esforço físico que importa equilibrar com iniciativas capazes, simultaneamente de proporcionar a reparação do desgaste sofrido e o harmónico desenvolvimento do conjunto humano; a tensão nervosa que se impõe aliviar com as variantes ambientais e sociais.

E seja tudo isto acrescentarmos a função social do repouso – período particularmente adequado à concretização de anseios de formação e de cultura que todo o homem deve em si mesmo acalentar, qualquer que seja a sua posição social: o livro que se lê durante as férias; a investigação que se completa em ambiente de repouso; a visita de estudo que se realiza em excursão ou passeio ameno – ficará esboçado, em traços largos, embora, o quadro perfeito em que se deve desenvolver-se e processar-se toda a complexa problemática do descanso.

Acresce que como acima se acentua, se o repouso se limitar ao simples ócio ou paragem, não só não se cumprirá a sua função específica *de factor* de compensação do trabalho como, em muitos casos, poderá mesmo derivar em fator de deseducação. De desequilíbrio ou até de vício; perda de hábitos ou quebra de vontade, amolecimento de energia ou sua canalização para fins menos ajustados ao *objectivo de retemperador de repouso*.

Explicado fica assim se explicação necessitasse, o facto de em numerosos países, os problemas da utilização conveniente dos períodos de férias dos trabalhadores serem confiados a organismos especializados, unicamente orientados no sentido da sua rigorosa determinação e conseqüente solução.

É o caso, entre outros, da organização sindical espanhola «Educación y Descanso» e , entre nós, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Criada em 1935, logo se afirmou no artigo primeiro do seu diploma instituidor que a FNAT tem por objetivo primacial «aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral».

Da forma como a FNAT tem sabido cumprir a sua missão dizem-no as suas numerosíssimas atividades, dirigidas todas elas ao fim acima proposto, desde o fomento da cultura física, pelos seus numerosos cursos de ginástica e centros desportivos, ate ao desenvolvimento moral e cultural dos trabalhadores através das suas bibliotecas, cursos de cultura excursões, visitas de estudo, sessões de cinema, teatro, palestras radiofónicas, etc.

Mas, mais do que qualquer outra atividade, pela *projecção* imensa dos seus objetivos sociais, depõe a favor do esforço desenvolvido pela fundação, no sentido do melhor e mais conveniente aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores, a obra realizada no setor das colónias de férias em que se integra a presente inauguração oficial da colónia de Férias Marechal Carmona, a mais recente e sem dúvida uma das mais belas realizações do género...tão bela que a muitos custa acreditar como foi possível.

Pese embora à solenidade do *acto*, não resisto à tentação de contar aqui um episodio que pelas suas características quase reveste tom anedótico não fora o sentido profundo de incompreensão que contém. Há cerca de pouco mais de um mês, em noite cálida como têm sido deste tórrido *Agosto*, passava pela estrada que conduz ao facho, um potente automóvel conduzido por um casal norte-americano. Na *agua* serena da lagoa *reflectia-se* em todo o seu esplendor a iluminação da colónia, que vista assim, mais se apresentava aos olhos deslumbrados dos turistas como luxuoso hotel de elegante estância de veraneio. E, seguros do poder de compra dos seus dólares não hesitaram em subir a rampa que conduz ao edifício central, pedindo alojamento. Qual não foi, porém, a sua surpresa quando, em vez de um porteiro de alamares e vistosa farda, lhes surgiu o guarda da noite informando-os que aquele majestoso edifício não era um hotel mas uma simples colónia de férias para trabalhadores portugueses. Os nossos visitantes começaram por não compreender bem a explicação e depois, descrentes, inquiriram preços.

Perante a resposta de que a diária oscilava por 30\$00 para adultos e 1\$00 por ano de idade para as crianças, a sua descrença longe de diminuir, aumentou ainda mais e sem qualquer outra explicação, retomaram o *veiculo* e partiram.

Não acreditaram no que viam, nem no que se lhes dizia.

Pura propaganda!

No seu simbolismo, este episodio transcende em significado o facto que narra e ajuda a compreender muita coisa que de outra forma escapa à nossa *percepção*.

A incompreensão perante a colônia de férias é afinal apenas um aspecto de incompreensão geral do caso português para muitos estrangeiros, trate-se da política de *protecção* social entre nós praticada, pioneira e na vanguarda da generalidade dos países, trate-se da política de integração racial que está na base da comunidade portuguesa espelhada pelo mundo, tão forte em sua realidade que se torna necessária uma com uma conjectura mundial para a tentar abalar.

É possível que essa incompreensão persista ainda por algum tempo como a daqueles americanos que não acreditaram na colônia de férias para trabalhadores, o que não impede que esta seja uma realidade, como a realidade é toda a verdade histórica e social do «caso português» desde o Minho a Timor.

Deixemos, porém, a incompreensão dos outros (e prouvera a Deus que só partilhassem dessa incompreensão os estrangeiros) para regressar de novo ao facto que hoje aqui é comemorado.

Tem a colônia Marechal Carmona uma pequena historia que merecia ser contada, mas de que me limitarei a destacar o facto que considero mais significativo e relevante para a sua existência: a determinação, em 1958, do meu ilustre antecessor, Ministro Veiga Macedo, ordenando o regresso à FNAT das instalações que serviriam de base à actual implantação. Deste modo, bem se pode dizer que foi sua excelência o verdadeiro fundador e impulsionador da obra, inscrevendo assim, no *respeito* historial, o seu nome em letras definitivas. Grande reconhecimento e homenagem por isso lhe são devidos.

Logo nesse ano de 1958 começaram os trabalhos de adaptação à nova finalidade de colônia para adultos, obra que pela sua magnitude se prolongou até ao presente e continuará ainda por algum tempo com a construção de novos pavilhões e possível alargamento dos serviços centrais.

Para o efeito e já com a anuência do senhor Presidente do Conselho foi solicitada ao Ministério da Marinha a cedência de uma parcela de terreno confinante com a actual cerca que, a vir ser utilizada. Permitirá novo e amplo desenvolvimento das possibilidades em curso.

Não obstante a fase de crescimento que tem vindo a atravessar, a colônia pôde já, até ao *inicio* do presente época, beneficiar e cerca de 1.500 pessoas.

Completada esta primeira fase que hoje vossa excelência, senhor Presidente da República, inaugura, a colônia ficará em condições de albergar, por ano, nos seus 6 turnos, cerca de 2.000 pessoas.

Este número que tem já bastante significado, melhor se compreenderá ainda se for incluído nas cifras globais atingidas por todas as colônias da FNAT e que montam já a cerca de 25.000 beneficiários em cada ano.

Longe porém do que pode aparecer e não obstante o orgulho com que tais números são citados, sobretudo se tivermos em conta o reduzidíssimo tempo em que foram atingidos é ainda muito grande a nossa insatisfação a seu respeito.

E bendita seja a insatisfação que nos faz aspirar para período tão curto quanto possível números da ordem dos 100.000 beneficiários anuais.

Exigi-o o ritmo de crescimento da população e sobretudo o anseio prepotente de justiça e bem-estar social que contamina toda a nossa política e legislação de trabalho.

Conhecemos as dificuldades que será necessário vencer, as disponibilidades que será indispensável acumular, mas, conhecemos também a força de animo de que estão animados quantos à obra se dedicam e o carinho e interesse – bem concretizados pela presença de vossa excelência, senhor Presidente da República – que ao Governo da Nação merecem todas as iniciativas tendentes à valorização moral e social dos trabalhadores.

Mas o nosso anseio não se limita apenas a aspiração do alargamento do numero de beneficiários – tal poderá e virá a ser alcançado com a simples execução material de um vasto plano de novas instalações, já em projeto, a executar por todo o País e de que possivelmente a Colónia de Matozinhos, no «cabo do mundo» será o primeiro passo, para logo outros se seguirem no centro e norte, tanto à beira-mar como no interior. O nosso anseio vai um pouco mais longe. Não basta que às colónias tenham acesso mais pessoas pelo simples aumento da cotação, é indispensável que a elas tenham acesso camadas mais amplas da população com abertura crescente às classes economicamente desfavorecidas.

Por outras palavras: impõe-se tornar a frequência das colonias mais cessível, de modo que a elas possam afluir trabalhadores de menores recursos.

Nessa ordem de ideias se filia, em pleno, o projeto que se espera pôs em prática já no próximo ano, e que prevê a existência de turnos de férias mais curtos do que os atuais condicionados às férias normais dos trabalhadores, com uma considerável redução de preço obtida pelo recurso a sistemas de compensação julgados convenientes.

Na mesma orientação se embrecha também o estudo a que procedem já os serviços no sentido de dar aproveitamento às instalações das colónias durante o período de inverno, particularmente daquelas que o consintam, quer utilizando-as como casas de repouso temporário para os beneficiários da Previdência, quer como centros de formação e doutrinação, pela organização de cursos, colóquios e outras manifestações culturais de sentido e valor idênticos. Para a primeira finalidade estamos a pensar, de modo especial, nas colonias «Pedro Theotónio Pereira» em Albufeira, e «António Corrêa d'Oliveira» em S. Pedro do Sul; para a segunda finalidade parecem-nos particularmente ajustadas a colónia da Caparica «um lugar ao sol», e a colónia «Marechal Carmona» em que nos encontramos.

A Deus só pedimos que não se quebrem nas dificuldades materiais que necessariamente *hãode* surgir a fé e o entusiasmo com que afoita e decididamente nos propomos dedicar a tão aliciante campanha: dar a cada português que trabalha o repouso a que tem direito.

Senhor Presidente:

Dignou-se V. E vir honrar esta *cerimonia* de inauguração com a sua presença insigne de mais alto magistrado da Nação. Não podem assim ser mais alevantados os auspícios de uma instituição que, devota à *protecção* sagrada do Condestável Dom Nuno, e criada sob Invocação do Inesquecível Presidente que foi Marechal António Óscar de fragoso Carmona, dá agora os seus primeiros passos sob a égide do Chefe de Estado que na História tem já assegurado o direito de gratidão das gerações presentes e futuras, como guardião da integridade da Pátria.

São sombrias, Senhor Presidente, as horas, que atravessamos como o eram no fenecer do século XIV em Aljubarrota e nos últimos anos da era de 20 deste século. Mas, como então, Portugal nunca perdeu a fé e a sua fé o salvou. No horizonte, anteveem-se já os clarões da nova aurora que em breve nascerá e de novo Portugal retomará o rumo tranquilo da sua história.

Emergido das suas páginas imorredoiras a impor-se a consagração dos séculos dois nomes ficarão então a assinalar na sua epopeia o momento que passa: o do chefe de Estado e o do seu Presidente do Conselho que a si chamaram, na hora mais difícil, toda a responsabilidade da defesa de uma inteira civilização.”

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969. S.p.

“Foz do Arelho

No centro do País, no Monte do Facho, debruçadas sobre a Lagoa de Óbidos, com uma surpreendente panorâmica, encontramos a Colónia da Foz do Arelho.

Está situada na zona Atlântica, da maior faixa do Litoral português, perto de outras praias sobejamente conhecidas - Nazaré e S. Martinho do Porto.

Breve Resenha Histórica

Foi inaugurada em 3 de *Julho* de 1940 como Colónia Balnear Infantil. No período de Funcionamento que decorreu entre 1940 e 1951 beneficiou cerca de 25 000 crianças.

por disposição legal (Decreto nº 37 836 de 24-5-50) é retirado à F.N.A.T. a administração das Colónias infantis passando a Colónia da Foz do Arelho a ser administrada pela junta de Ação social da Diocese de Leiria, que a deteve de 1952 a 1957.

Por determinação do então Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Veiga de Macedo, a F.N.A.T. retomou a posse da Colónia, executando-se grandes obras de adaptação para instalar adultos.

Em 1958 reiniciou o funcionamento já como colónia de adultos, mas a título provisório e nas velhas instalações.

Em 1961 já completamente remodelada e ampliada foi inaugurada em 2 de *Setembro* desse ano com a presença de sua Excelência o Presidente da República e membros do Governo.

Características

Além dos 2 edifícios principais tem mais 5 grandes pavilhões.

ocupa uma área de cerca de 70 000 metros quadrados, todos os quartos são dotados com casa de banho privativa.

sala de estar com terraço, proporciona ambiente de *convívio* aos beneficiários.

amplo refeitório onde podem ser servidas *simultaneamente* cerca de 500 refeições.

Cozinha modernamente apetrechada.

Serviços de Posto médico, Barbearia e cabeleireiro.

Salão de festas e salas de *convívio*

Posto de C.T.T

Biblioteca

Capela sob invocação do Santo Condestável.

instalações junto à praia para banhistas da F.N.A.T. e armazém para apetrechos de socorros e oficina de barcos.

Parque de Campismo (em instalação)

A capacidade da Colónia *actual* é de cerca de 3500 pessoas, por época balnear.”

4. Ficha Técnica de colónia de férias «António Corrêa d'Oliveira»

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

Colónia de férias «António Corrêa d'Oliveira» / Palace Termal de S. Pedro do Sul

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

Complexo INATEL S. Pedro do Sul

LOCALIZAÇÃO

S. Pedro do Sul

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

INAUGURAÇÃO

Setembro de 1960.

ALTERAÇÕES

1961

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

ENGENHEIROS

DIVERSOS

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969, s.p.

S. Pedro Do Sul

No Norte de Portugal nas célebres Termas de S. Pedro do Sul, local verdadeiramente paradisíaco de abundante e fresca vegetação que se reflete nas águas serenas do rio Vouga, alteia-se esta formosíssima Colónia de Férias cujo o nome presta homenagem a um grande Poeta português.

Breve resenha Histórica

A colónia de férias «A. Corrêa d'Oliveira» foi inaugurada em 11 de Setembro de 1960. Está instalada no magnifico edifício que fora o Palácio Hotel das Termas de S. Pedro do Sul.

Foi adquirida pela F.N.A.T. um antes da sua inauguração, à Caixa Geral de Depósitos que tinha posto este belo imóvel à Praça.

Nessa altura foram feitas grandes obras de adaptação e renovação no equipamento especialmente no sector da cozinha, que foi totalmente novo e ampliado.

Ultimamente têm sido feitas nesta Colónia, obras de ampliação da sua capacidade.

Características

É constituída por um edifício central e mais três construções anexas.

Ocupa uma área coberta de 2400 metros quadrados e tem terrenos anexos arborizados com a área de 36 000 metros quadrados.

Um parque infantil devidamente equipado.

Instalações de barbearia, cabeleireiro, de serviço de posto médico, C.T.T. e *cabina telefonica*.

Uma ampla sala de jantar, com galeria.

A cozinha que sofreu uma remodelação total está apetrechada com os requisitos mais modernos.

Salão de Festas e várias salas de convívio.

Várias salas de Jogos.

A sua biblioteca instalada no 1º piso tem mais dum milhar de livros.

Um bar devidamente equipado proporciona ambiente de *convívio* aos beneficiários.

Instalações para lavandaria e rouparia que ocupam as outras construções existentes na colónia.

Logradouros e jardins diversos.

A sua capacidade de alojamento pode ir até cerca de 1000 pessoas podendo por isso albergar em cada época termal cerca de 6000 trabalhadores e seus familiares.”

5. Ficha Técnica da colónia de férias da Praia do Cabedelo

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

Colónia de férias da Praia do Cabedelo

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

LOCALIZAÇÃO

Praia do Cabedelo, Viana do Castelo

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Em 1969, na obra *Colónias de Férias*

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

ENGENHEIROS

DIVERSOS

NUNES, Claro; CRESPO, Diogo; SILVA, Óscar Coelho da - Colónia de Férias. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. 1969

“Viana do Castelo

Ao norte de Portugal em Viana do Castelo, no Cabedelo (onde já existem duas piscinas e um parque de campismo da FNAT) ficará situada esta nova colónia junto ao mar, na foz do rio Lima, dispondo de condições naturais excelentes para o fim a que se destina

Características

Bloco central com área coberta de mais de 2000 metros quadrados onde ficarão instalados além de outros os seguintes serviços:

- receção, salas de espera, bar, salas de jogos, salas de crianças, sala de leitura.
- refeitório (*self service*) onde podem ser servidas mais de 400 pessoas simultaneamente.
- cozinha, copa, câmaras frigoríficas, serviços de lavandaria, rouparia, casa de máquinas, etc...

6. Ficha Técnica da colónia de férias Entre-os-Rios

IDENTIFICAÇÃO DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ORIGINAL

----- / Complexo Termal da Quinta da Torre

DESIGNAÇÃO / PROGRAMA ACTUAL

Complexo Termal INATEL Entre-os-Rios

LOCALIZAÇÃO

Entre-os-Rios.

CRONOLOGIA

CONSTRUÇÃO

INAUGURAÇÃO

1971

ALTERAÇÕES

Julho de 1970

TÉCNICOS E PROJECTISTAS

ARQUITECTOS

ENGENHEIROS

DIVERSOS
